

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CLAUDIA ELEONORA STEFFENS

**A PERMANÊNCIA DA ATIVIDADE AGRÍCOLA DE BASE ECOLÓGICA
EM PORTO ALEGRE**

Porto Alegre

2018

CLAUDIA ELEONORA STEFFENS

**A PERMANÊNCIA DA ATIVIDADE AGRÍCOLA DE BASE ECOLÓGICA
EM PORTO ALEGRE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Garcez
Wives

Coorientador: Prof. Dr. Glauco Schultz

Porto Alegre

2018

Steffens, Claudia Eleonora

A permanência da atividade agrícola de base ecológica em Porto Alegre / Claudia Eleonora Steffens. -- 2018.

113 f.

Orientador: Daniela Garcez Wives.

Coorientador: Glauco Schultz.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Agricultura de base ecológica. 2. Agricultura em Porto Alegre. 3. Agricultura urbana. I. Wives, Daniela Garcez, orient. II. Schultz, Glauco, coorient. III. Título.

CLAUDIA ELEONORA STEFFENS

**A PERMANÊNCIA DA ATIVIDADE AGRÍCOLA DE BASE ECOLÓGICA
EM PORTO ALEGRE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 25 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Daniela Garcez Wives – Orientadora
UFRGS

Prof. Dra. Daniela Dias Kuhn
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
UFRGS

Prof. Dra. Daniela Oliveira
UFRGS Campus Litoral

Eu dedico este trabalho a minha querida mãe, Iria Melo Steffens (*in memoriam*), que sempre valorizou o conhecimento e nunca deixou de querer aprender.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, a professora Daniela Garcez Wives, pelo apoio, pela dedicação e pela confiança depositada em mim. Agradeço aos demais professores que contribuíram para o meu crescimento intelectual, bem como a esta instituição de ensino, o PGDR - Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, que oportunizou a realização deste projeto. Também, agradeço aos agricultores entrevistados, que dispuseram atenção ao enriqueceram esta pesquisa. Também, agradeço ao meu incentivador, amigo e colega, professor André Gagliardi.

RESUMO

O atual âmbito alimentar está subordinado ao crescente número de habitantes em áreas urbanas e à vulnerabilidade da distribuição agroalimentar, colocando em risco a permanência da agricultura em áreas de crescente densidade populacional e colocando em risco a manutenção do abastecimento alimentar. No caso de Porto Alegre, a administração municipal instaurou o retorno da zona rural, a fim de manter a agricultura na capital, bem como penalizou os feirantes das Feiras Ecológicas de Porto Alegre que não estivessem regularizados pela certificação orgânica, a fim de manter a segurança dos alimentos comercializados nas feiras. Portanto, apesar do zoneamento e da regulamentação, cabe indagar se estas medidas, tomadas pela gestão municipal, poderão manter a atividade agrícola de base ecológica. O objetivo desta pesquisa é compreender os fatores de permanência dos agricultores nas atividades agrícolas de base ecológica em Porto Alegre. A fundamentação teórica foi baseada em Karl Polanyi (2000), a partir da obra “A Grande Transformação: as origens de nossa época”, considerando, fundamentalmente, a abordagem formalista e a abordagem substantivista. Além de Polanyi, outros autores foram utilizados, como Block (2003); Adaman e Madra (2002); Caporal e Costabeber (2004) e Mertz (2002). Como instrumento metodológico foi empregada a análise de conteúdo. Como resultado, os principais fatores apurados em relação à permanência da atividade agrícola de base ecológica em Porto Alegre foram quatro. O primeiro refere-se ao protecionismo; o segundo refere-se à regulamentação; o terceiro refere-se à subjetividade econômica deste mercado e o quarto refere-se ao comportamento como sujeito econômico binário (subject-object-binary) dos agricultores.

Palavras-chave: Agricultura de base ecológica. Agricultura em Porto Alegre. Agricultura urbana.

ABSTRACT

The current food situation is related to the growing number of population in urban areas and to the vulnerability of agri-food distribution, putting at risk the permanence of agriculture in areas of increasing population density and making food supply vulnerable. In the case of Porto Alegre, the local government introduced the return of the “ rural area ” in order to maintain agricultural production in the capital, as well as penalized the farmers of Ecological Fairs of Porto Alegre that were not regularized by organic certification. Therefore, despite the zoning and regulation, it is questionable whether these measures, taken by the municipal management, could maintain ecologically agricultural activity. So, the goal of this research is to understand the permanence factors of ecologically-based farmers in agricultural activities in Porto Alegre. The theoretical basis was based on Karl Polanyi (2000), from the work "The Great Transformation: the origins of our time", considering the formalist approach and the substantivist approach. Besides Polanyi, other authors were used, The theoretical basis is constituted by Karl Polanyi (2000), as well as by the contribution of other authors such as Block (2003); Adaman and Madra (2002); Caporal and Costabeber (2004) and Mertz (2002). As a result, the main factors in relation to the permanence of ecologically based agricultural activity in Porto Alegre were four. The first refers to protectionism; the second refers to regulation; the third refers to the economic subjectivity of this market and the fourth refers to behavior as a binary economic subject (subject-object-binary) of the farmers.

Keywords: Ecologically-based agriculture. Agriculture in Porto Alegre. Urban agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diretrizes para desenvolvimento sustentável da Zona Sul.....	63
Figura 2 – Unidades de produção e ocupações irregulares da Zona Sul.....	64
Figura 3 – Gráfico da mobilização política dos agricultores	70
Figura 4 – Prognóstico dos agricultores sobre a zona rural	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pilares conceituais, de Polanyi, empregados no estudo	20
Quadro 2 – Abordagens econômicas: formalismo e substantivismo	23
Quadro 3 – Dinâmicas da Economia	24
Quadro 4 – Definições sobre o sujeito econômico	26
Quadro 5 – Princípios de integração econômica	28
Quadro 6 – Definições do caminho da mercantilização	30
Quadro 7 – Definições sobre o papel do Estado	32
Quadro 8 – Definição de contratos	33
Quadro 9 – Institucionalização do mercado agrícola	36
Quadro 10 – Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização	38
Quadro 11 – Fatores urbanos que influenciaram a agricultura em Porto Alegre	48
Quadro 12 – A evolução da agricultura de base ecológica em Porto Alegre	50
Quadro 13 – Perfil dos agricultores entrevistados	54
Quadro 14 – Fatores da urbanização	58
Quadro 15 – Alterações do Plano Diretor de Porto Alegre	60
Quadro 16 – A urbanização da zona sul	66
Quadro 17 – Fatores da regulamentação do mercado de orgânicos	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS	– Áreas Especiais de Interesse Social
AOI	– Área de Ocupação Intensiva
AOR	– Área de Ocupação Rarefeita
APAN	– Área de Proteção ao Ambiente Natural
ASCAR	– Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
AUOE	– Área Urbana Ocupação Extensiva
AUOI	– Área Urbana de Ocupação Intensiva
CAD	– Centro Agrícola Demonstrativo
CEASA	– Central de Abastecimento S/A
CNPJ	– Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COAGRE	– Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAE	– Feira dos Agricultores Ecologistas
FAO	– Food and Agriculture Organization of the United Nations
FASE	– Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
LC	– Lei Complementar
MAPA	– Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento
MZ	– Macrozona
OAC	– Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica
OCS	– Organização de Controle Social
ONU	– Organização das Nações Unidas
OPAC	– Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica
PDDU	– Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDDUA	– Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
PMPA	– Prefeitura Municipal de Porto Alegre
RAMA	– Associação dos Produtores de Rede Agroecológica Metropolitana
RMPA	– Região Metropolitana de Porto Alegre
SDR	– Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SDU	– Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEPDAG	– Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário
SFA	– Superintendência Federal de Agricultura

SGPDR	– Sistema de Gestão da Política de Desenvolvimento Rural
SIM	– Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Vegetal
SISorg	– Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SMIC	– Secretaria Municipal da Indústria e Comércio
SMP	– Secretaria Municipal de Planejamento
SMS	– Secretaria Municipal de Saúde
SMUR	– Secretaria Municipal de Urbanismo
SPG	– Sistema Participativo de Garantia
UFPP	– Urban Food Policy Pact
UPA	– Urban and Peri-urban Agriculture
INMETRO	– Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.2	PROBLEMA.....	17
1.3	JUSTIFICATIVA.....	18
1.4	OBJETIVOS.....	19
1.4.1	Objetivo Geral	19
1.4.2	Objetivos Específicos.....	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	ABORDAGENS ECONÔMICAS: FORMALISMO E SUBSTANTIVISMO	20
2.1.1	O sujeito econômico.....	24
2.1.2	Princípios comportamentais de integração econômica.....	27
2.2	O CAMINHO DA MERCANTILIZAÇÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENRAIZAMENTO	28
2.3	O PAPEL DO ESTADO	30
2.3.1	Contratos: a formalização da mercantilização	32
2.4	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MERCADO AGRÍCOLA: A TRANSIÇÃO DA REVOLUÇÃO VERDE PARA A AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA.....	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
3.1	TIPO DE PESQUISA	39
3.2	ÁREA DE ESTUDO, POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	40
3.3	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	42
3.4	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS	43
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	45
4.1	HISTÓRIA DO ESPAÇO RURAL E URBANO DE PORTO ALEGRE, A AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA E O PERFIL DOS AGRICULTORES DO ESTUDO E SEU ENTENDIMENTO SOBRE AS FUNÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL	45
4.1.1	História do espaço rural e urbano de Porto Alegre	45
4.1.2	A evolução da agricultura de base ecológica em Porto Alegre.....	49

4.1.3	A expansão urbana sobre o rural em Porto Alegre: a evolução do planejamento urbano municipal em prol da agricultura de base ecológica.....	56
4.1.4	O entendimento dos agricultores sobre a urbanização da zona sul.....	65
4.1.5	O entendimento dos agricultores quanto ao papel do Estado	67
4.2	A REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE PRODUTOS DE BASE ECOLÓGICA EM PORTO ALEGRE: AS TRANSFORMAÇÕES DAS FEIRAS SOB O OLHAR DOS AGRICULTORES	73
4.2.1	A regulamentação do mercado de orgânicos em Porto Alegre.....	74
4.2.2	As transformações da feira sob o prisma dos agricultores feirantes em Porto Alegre	78
4.2.3	A interpretação dos agricultores sobre a certificação	80
4.3	ANÁLISE DOS FATORES DE PERMANÊNCIA DOS AGRICULTORES DE BASE ECOLÓGICA.....	84
4.3.1	Fatores de permanência dos agricultores de base ecológica, considerando a escolha pela atividade agrícola.....	84
4.3.2	Fatores importantes para permanência: a relação do agricultor com a agricultura de base ecológica	90
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICE A – TIPOS DE OCUPAÇÃO	102
	APÊNDICE C – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADA AOS AGRICULTORES.....	106
	APÊNDICE E – IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS TERRITORIAL DE PORTO ALEGRE.....	110
	APÊNDICE F – ATIVIDADES PERMITIDAS NA ÁREA DE OCUPAÇÃO RAREFEITA (AOR) DE BAIXA DENSIDADE.....	111
	APÊNDICE G – AGRICULTORES DA MACROZONA 8 E SUAS RESPECTIVAS BANCAS	113

1 INTRODUÇÃO

O estilo de vida contemporâneo tende a formar aglomerados humanos em megacidades, ou em regiões metropolitanas, havendo a necessidade de garantir o abastecimento alimentar para estas populações. Para tanto, a regulamentação, estabelecida pelo Estado é necessária para garantir a segurança do alimento (higiene sanitária), porém, não garante a segurança alimentar (abastecimento). Como estratégia para garantir o abastecimento de alimentos em regiões de alta densidade populacional, a produção agrícola deve estar próxima às áreas e o Estado deve garantir a manutenção destas áreas. Portanto, para melhor compreensão do atual âmbito alimentar, dois aspectos foram sintetizados: (1) o crescente número de habitantes em áreas urbanas e (2) a vulnerabilidade da distribuição agroalimentar.

Em relação ao primeiro aspecto, o crescimento da população em áreas urbanas, observa-se que os espaços rurais contemporâneos estão cada vez mais próximos aos aglomerados urbanos. Estas áreas são proeminentes para a produção agrícola, bem como uma solução alternativa para o abastecimento alimentar. Estes espaços interpelam as relações do campo na contemporaneidade, abordando as relações econômicas e sociais, não deixando claros os limites entre o urbano e o rural.

A urbanização no Brasil tornou-se intensa em meados dos anos de 1930 (MERTZ, 2002). Neste período, o modelo de desenvolvimento nacional intensificou seus investimentos para a instalação de infraestrutura nos aglomerados urbanos, tornando-os mais atrativos para a demanda de força de trabalho para as novas indústrias no país. Com a intensificação populacional, cada vez mais eram necessários novos investimentos e ampliação de serviços públicos, como energia, saneamento e comunicação.

Quanto ao segundo aspecto, a vulnerabilidade da distribuição agroalimentar, verifica-se que, apesar da modernização e intensificação agrícolas dos anos de 1960, foi na década de 1990 que a produção agrícola aumentou significativamente no Brasil, integralizando a cadeia global agroalimentar e consolidando o agronegócio (SCHNEIDER; ESCHER, 2011). Este aumento foi devido à abertura dos mercados e a globalização. A estratégia de modernização agrícola foi transformada em um mercado integralizado e ativo mundialmente. Com este fenômeno, houve o aumento

da produção do alimento processado para atender a demanda de países mais ricos e suprir as necessidades do estilo de vida contemporâneo.

Os fornecedores de produtos primários da cadeia agroalimentar global tornaram-se suscetíveis à instabilidade econômica, gerida pelo mercado externo, bem como vulneráveis à injustiça social e à degradação ambiental. Assim, esta reestruturação da distribuição alimentar se transformou e se integralizou no domínio financeiro corporativo. Apesar de o Brasil estar inserido neste sistema, sendo um forte exportador de commodities, é a produção da agricultura familiar, em pequenas e médias unidades agrícolas, que abastece o mercado interno e garante a segurança alimentar local.

Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), 60% da população mundial se concentrará nestas áreas até 2030, havendo risco no abastecimento alimentar (FAO, 2009). O aumento da população urbana é maior nos países em desenvolvimento, como resultado da imigração das áreas rurais para os aglomerados urbanos em busca de trabalho, segurança e alimentos. A ascensão urbana é concomitante com o crescimento da pobreza nas cidades. Portanto, estratégias são necessárias para assegurar sistemas adequados de abastecimento e distribuição de alimentos nestas áreas vulneráveis em decorrência da alta densidade demográfica. Além da pobreza e da falta de alimentos, o aumento do desemprego e da violência são questões latentes para a governança municipal.

É neste contexto que a FAO considera que a agricultura urbana e periurbana (*Urban and Peri-urban Agriculture - UPA*), bem como a horticultura urbana e periurbana (*Urban and Peri-urban Horticulture - UPH*) são componentes importantes das estratégias de sobrevivência das camadas mais pobres da população, bem como possibilita o abastecimento urbano de alimentos frescos, através da venda direta do produtor ao consumidor, e a geração de emprego e renda (FAO, 2009). Um dos objetivos deste programa é criar políticas, estratégias e mecanismos de apoio técnico para a gestão sustentável dos sistemas agrícolas urbanos e periurbanos, da produção à comercialização.

É na gestão sustentável dos sistemas agrícolas que as práticas de base ecológica são mais adequadas, segundo Aquino e Assis (2007), pois se adaptam à realidade dos agroecossistemas urbanos. Para tanto, faz-se necessário o zoneamento para a difusão da atividade, além da utilização de tecnologias e de insumos específicos, como o aproveitamento de resíduos orgânicos urbanos como

adubos, bem como a disponibilidade de substratos e de mecanismos de controle de pragas e doenças vegetais de baixo custo e de baixo impacto ambiental. Também, os autores destacam a necessidade de desenvolver capacidades locais, desenvolvendo a interdisciplinaridade, com o suporte contínuo do poder público, através de políticas e ações para a promoção da agricultura em áreas urbanizadas, sendo fortalecida com o engajamento da sociedade.

Entre as ações da FAO, está o apoio ao Pacto Mundial pela Política Alimentar Urbana (*Urban Food Policy Pact*), conhecido como Carta de Milão¹. Este pacto é um movimento mundial, liderado pela Prefeitura de Milão, que tem por objetivo estimular a produção de alimentos nas áreas próximas de grandes aglomerados urbanos, respeitando os princípios da sustentabilidade e da justiça social. O apoio que a FAO oferece à iniciativa é estabelecer indicadores para medir o impacto que este projeto poderá gerar. Em 2015, Porto Alegre aderiu ao Pacto Mundial pela Política Alimentar Urbana (*Urban Food Policy Pact*).

É nesta conjuntura, em que o crescimento populacional põe em risco a permanência da agricultura em áreas de crescente densidade populacional e em que a falta de produção agrícola local torna vulnerável o abastecimento alimentar, o município de Porto Alegre está inserido.

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, se destaca por ser o centro da região metropolitana, abrigando 1.481.019 habitantes (BRASIL/IBGE, 2017) e em uma área de 496,64 km² (PORTO ALEGRE, 2012). A área da zona sul é de 225,47 km², cerca de 48% da área total do município (PORTO ALEGRE, 2012), onde estão localizadas 720 unidades de produção agrícola (SCHIFINO, 2015a).

O relevo de Porto Alegre dividiu o território em duas regiões: a zona norte e a zona sul. A região norte caracteriza-se pela densa ocupação, resultado da instalação de fábricas, e a região sul caracteriza-se pela paisagem natural e rural. Porém, com a metropolização, nos anos de 1970, o crescimento demográfico foi intensificado, devido às migrações vindas de outras regiões do estado e do país. Estes novos habitantes ocupavam, progressivamente, os espaços vazios em direção sul do município.

Com a extensão da cidade para a zona sul, novos investimentos foram necessários em infraestrutura, que resultou na vinda de mais ocupantes. A dinâmica

¹ **La Carta di Milano.** Oltre un milione di firme. 2015. Disponível em: <<http://www.expo2015.org/rivivi-expo/la-carta-di-milano/>>. Acessado em: 24 de julho de 2017.

entre a ocupação do espaço e a instalação de infraestrutura compôs um processo sucessivo de expansão urbana, que coloca em risco a manutenção da área rural, a atividade agrícola e o ambiente natural.

A falta de previsão da ocupação e de regulamentação para esta conjuntura fez com que a gestão municipal revisasse o Plano Diretor, criando o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PPDU), em 1979, e, posteriormente, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PPDUA), em 1999, criando o zoneamento do território municipal. A partir deste zoneamento municipal que foi possível restaurar a zona rural, em 2015.

Da mesma forma que é necessária a proteção da área agrícola, é necessária a proteção da comercialização dos alimentos produzidos. Esta proteção é alcançada por meio da regulamentação estabelecida pelo Estado, a fim de regular, não somente a venda, mas a qualidade do produto, através das práticas de manejo.

Desde os anos de 1980, quando a comercialização de produtos de base ecológica começou em Porto Alegre, o mercado vem se aprimorando, tanto nas técnicas de produção, como na organização da comercialização. Inicialmente, o aprimoramento da comercialização foi através da normatização das feiras. Posteriormente, a normatização se estendeu às técnicas de produção e, finalmente, ao produto comercializado. Este segmento agrícola vem aumentando a regulamentação, com o passar dos anos, em decorrência do aumento do mercado, resultado da crescente demanda por produtos de base ecológica. Portanto, a regulamentação é importante para garantir a segurança do alimento para os consumidores. Recentemente, em 2017, a gestão municipal alocou os feirantes que não estivessem regularizados, conforme as normas de comercialização.

Este estudo está dividido em cinco partes que são: introdução; referencial teórico, procedimentos metodológicos; apresentação e análise de resultados e considerações finais. O referencial teórico foi dividido em quatro seções que abordam os seguintes temas: as abordagens econômicas formalista e substantivista; a institucionalização do enraizamento; o papel do Estado e a institucionalização do mercado agrícola. A apresentação e análise de resultados estão divididas em três partes. A primeira refere-se à história do espaço rural e urbano de Porto Alegre, bem como a agricultura de base ecológica, o perfil dos agricultores do estudo e seu entendimento sobre as funções da gestão municipal. A segunda parte refere-se à regulamentação do mercado de produtos de base ecológica em Porto Alegre, bem

como as transformações das feiras sob o olhar dos agricultores. Por fim, a terceira parte refere-se à análise dos fatores de permanência dos agricultores de base ecológica.

1.2 PROBLEMA

A realidade atual é que as cidades estão crescendo, porque a população busca nos centros urbanos melhores condições de vida, por meio de oportunidades de trabalho. Por mais que o planejamento urbano e o controle populacional sejam de competência da gestão municipal, na prática, é difícil a manutenção da organização espacial urbana, em decorrência das constantes migrações. Porém, cabe ao governo municipal atender às demandas da crescente população, por meio de projetos e de leis, que visem atender as necessidades, tais como o acesso ao alimento.

No caso de Porto Alegre, a administração municipal, visando o abastecimento alimentar, através da permanência da agricultura na capital, instaurou o retorno da zona rural em 2015. Em 2017, com o objetivo de garantir à população a segurança do alimento de base ecológica, a administração municipal penalizou os feirantes das Feiras Ecológicas de Porto Alegre que não estivessem regularizados. Por outro lado, os feirantes que estavam regularizados e permaneceram nas feiras, ampliaram as vendas, em decorrência do aumento da demanda.

Apesar do retorno da zona rural e da ampliação do mercado de produtos de base ecológica na capital, as dificuldades dos agricultores de Porto Alegre são: (1) o descontrole do crescimento populacional em direção à zona sul, onde está localizada a zona rural e (2) o aumento das exigências burocráticas referentes ao mercado agrícola de base ecológica, tornando vulnerável a participação dos agricultores neste segmento, caso não estejam devidamente regulamentados.

Portanto, cabe indagar se a proteção do governo municipal, através do zoneamento e retorno da zona rural, poderá garantir, não somente a permanência destes agricultores em suas unidades de produção, mas que as unidades mantenham as características rurais e a atividade agrícola para fins de abastecimento alimentar. Também, se a regulamentação dos produtos de base ecológica, tanto para fins sanitários, como para fins de manejo, é suficiente para

garantir a segurança do alimento, livre de contaminação biológica e química, bem como a manutenção deste mercado e a produção agrícola de base ecológica.

Se estas ações do governo municipal não garantem a permanência dos agricultores em Porto Alegre, quais outros fatores que a mantêm? Portanto, a questão central desta pesquisa é “a permanência da atividade agrícola de base ecológica em porto alegre”.

1.3 JUSTIFICATIVA

Apesar dos esforços dos agricultores para manter suas unidades de produção e a atividade agrícola para fins de abastecimento alimentar, bem como os esforços da gestão municipal para conservação das atividades agrícolas no município, a permanência da agricultura de base ecológica em Porto Alegre é vulnerável, tendo em vista a crescente urbanização sobre o espaço rural. Para tanto, torna-se relevante investigar se tais ações da gestão municipal podem garantir a permanência da atividade. Também, averiguar quais os demais fatores intrincados nesta realidade que afetam a atividade. São estas análises que poderão gerar subsídios para novas ações, justificando a relevância desta pesquisa.

Além disso, a segunda justificativa para a realização desta pesquisa é que, até o momento, as pesquisas relativas à atividade agrícola em Porto Alegre não abordaram conjuntamente as inter-relações entre agricultores, governo municipal e mercado de produtos de base ecológica na capital. Este estudo visa integralizar os resultados de estudos passados, como também, incorporar novas informações da presente realidade, apurando diretrizes para a realidade do rural na capital gaúcha. Entre os estudos sobre o tema, para esta pesquisa foram utilizados os trabalhos de Kozenieski (2010) e de Schultz (2001). Kozenieski (2010) aborda a territorialidade do rural na capital e Schultz (2001) trata da comercialização dos produtos orgânicos na feira ecológica do bairro Bom Fim. Além deles, foram estudos realizados pela Prefeitura Municipal, sobre zoneamento e desenvolvimento sustentável para a zona sul de Porto Alegre, foram considerados.

A fundamentação teórica foi baseada na obra de Karl Polanyi (2000), com aporte de outros autores, como Adaman e Madras (2002); Maucourant e Plociniczak (2013); Somers e Block (2014); entre outros, tendo como norte a abordagem substantivista. Para Polanyi (2000) a abordagem substantivista descreve o *homo*

reciprocans, como autônomo e coletivo, e a abordagem formalista descreve o *homo economicus*, como dependente e individualista. Por outro lado, Adaman e Madra (2002) denominam o sujeito econômico como binário (*subject-object binary*), porque ora o comportamento inclina-se ao substantivismo, ora ao formalismo, dependendo das demandas internas e das externas. Através de ambas as abordagens, tanto substantivista, como formalista, buscou-se analisar as inter-relações e identificar os fatores de permanência da agricultura. Assim, este estudo visa contribuir com a pesquisa científica, através da identificação e análise da permanência da agricultura de base ecológica em Porto Alegre, contribuindo para a manutenção de ações eficientes e para instauração de novas estratégias que visam solidificar a atividade agrícola de base ecológica para fins de abastecimento alimentar.

1.4 OBJETIVOS

Nesta seção são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos referentes à pesquisa.

1.4.1 Objetivo Geral

Compreender os fatores de permanência dos agricultores de Base Ecológica nas atividades agrícolas em Porto Alegre.

1.4.2 Objetivos Específicos

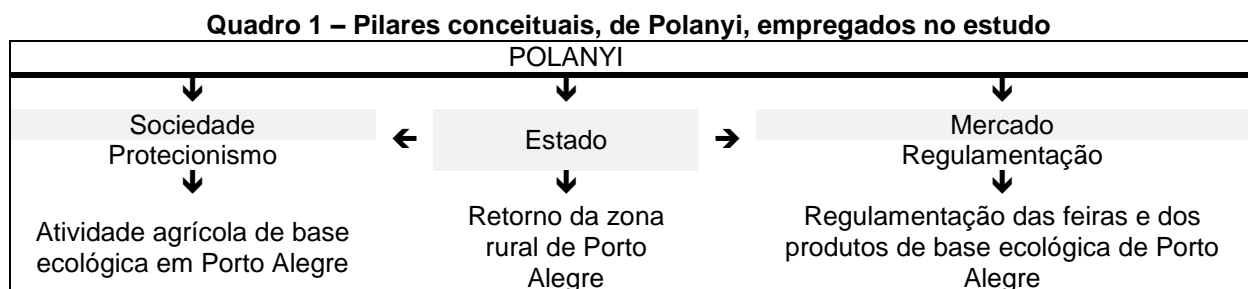
Os objetivos específicos para esta pesquisa são os seguintes:

- a) descrever a expansão urbana sobre a área rural, a agricultura de base ecológica em Porto Alegre e o entendimento dos agricultores sobre as funções da gestão municipal;
- b) relatar os atos da gestão municipal para a formalização da comercialização dos produtos de base ecológica e a compreensão dos agricultores;
- c) analisar os fatores de permanência dos agricultores de base ecológica considerando a abordagem substantivista e formalista.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica da pesquisa foi embasada na obra de Karl Polanyi (2000), bem como outros autores recentes, os quais revisaram a obra do autor sob o prisma atual. A teoria de Polanyi (2000) está fundamentada nas inter-relações de três pilares: sociedade, mercado e Estado. Segundo ele, o crescimento do mercado o tornou dominante, podendo interferir nas dinâmicas socioeconômicas, quando o Estado se mostra ausente de suas funções.

Nesta pesquisa, os três pilares de Polanyi (2000) foram considerados para identificar os elementos que mantêm a agricultura de base ecológica em Porto Alegre. Para tanto, informações secundárias foram coletadas junto aos documentos e outras pesquisas do mesmo tema, e as informações primárias foram coletadas junto aos agricultores de base ecológica da capital. Desta forma o esquema para a evolução da pesquisa está representado no Quadro 1.



Fonte: Elaborado pela autora com base em Polanyi (2000).

Nesta pesquisa, também, foi considerada a abordagem substantivista que Polanyi define o *homo reciprocans* como autônomo e coletivo, enquanto que a abordagem formalista define o *homo economicus* como dependente e individualista. Porém, na visão de Adaman e Madras (2002), o como sujeito econômico como sujeito-objeto-binário (*subject-object-binary*), que ora tende ao substantivismo, ora ao formalismo, dependendo das necessidades intrínsecas e as exigências externas.

2.1 ABORDAGENS ECONÔMICAS: FORMALISMO E SUBSTANTIVISMO

A análise econômica é realizada de forma lógica e autônoma. Qualquer dinâmica econômica deve ser entendida como uma interação entre sujeitos com

interesses próprios. O conceito de economia, para Polanyi (2000), é um processo que compreende dois níveis: (1) a interação do homem com o seu ambiente natural e social e (2) a institucionalização desse processo. A institucionalização econômica pode ser feita sob duas abordagens: a formalista e a substantivista.

Nos anos de 1960 houve forte discussão entre a abordagem neoclássica (formalista) e os novos institucionalistas (substantivista), porém em ambas as posições o indivíduo era o ponto de partida das pesquisas. Nos anos de 1980, segundo Adaman e Madra (2002), um número considerável de estudiosos utilizou a abordagem substantivista para analisar a sociedade de mercado, saindo da tradicional abordagem formalista, a qual moldou as sociedades contemporâneas e formou a cultura consumista do século XXI.

Na abordagem formalista de Polanyi (2000), o modelo econômico neoclássico¹ está baseado na tomada de preços, desempenhando um papel crucial nas sociedades de mercado. Por outro lado, segundo o autor, a aplicação da abordagem substantivista em sociedade de mercado poderia gerar uma desincorporação, pois esta abordagem é aplicada em atividades econômicas socialmente integradas (ADAMAN; MADRA, 2002).

A abordagem substantivista para Polanyi (2000) teve origem a partir de sua análise histórica antropológica, na qual o autor constatou que o tema econômico nas sociedades pré-mercado estavam embutidas no contexto sociocultural (ADAMAN; MADRA, 2002). Segundo Machado (2010), a abordagem substantivista trata com formas institucionais tomadas pelo processo de satisfação das necessidades humanas em diferentes sociedades, tanto no passado, como no presente, tendo como preocupação a suficiência, ao invés da eficiência.

A análise substantivista da economia concentra-se no estudo das diferentes instituições sociais em que se baseiam os meios de vida dos sujeitos. Assim, o mercado é apenas uma entre muitas instituições que determina a natureza das transações econômicas. O argumento central de Polanyi (2000) é que as instituições são os principais organizadores de processos econômicos, tornando a abordagem

¹ Segundo Adaman e Madra (2002), a teoria neoclássica analisa tanto o mercado, quanto as atividades não-mercantis, através de uma estrutura formal construída sobre o comportamento calculista, individual e racional. Os pressupostos que separaram a escola de economia em teoria neoclássica e em economia institucionalista é semelhante aos pressupostos que separaram os formalistas dos substantivistas, na década de 1960, sendo que a maioria dos institucionalistas contemporâneos considera que as atividades econômicas estão incorporadas socialmente. É a partir desta ideia que Polanyi se refere à economia neoclássica, questionando e rompendo este modelo econômico.

substantivista da economia um processo de imersão e de interação entre o homem e seu ambiente, resultando no suprimento de suas necessidades materiais.

Segundo Maucourant e Plociniczak (2013), na sociedade de mercado as motivações e valores sociais têm origem na orientação para o mercado, tornando menos relevante o controle social. Polanyi (2000) constatou que a modernidade capitalista foi a primeira sociedade “econômica” na história humana, integrando o materialismo e o utilitarismo a ela, a partir da Revolução Industrial, universalizando atividade econômica humana. O utilitarismo, segundo Polanyi (2000), difere entre as motivações “materiais” e as “ideais”, assumindo que os incentivos “materiais” são as motivações preferenciais. É importante que se mantenha a universalização da atividade econômica, pois o comportamento do sujeito é heterogêneo, devido ao seu interesse individual, tornando-se uma variável do mercado que dificulta as explicações sobre os fenômenos econômicos passados e as previsões destes no futuro (ADAMAN; MADRA, 2002).

Polanyi (2000) ao analisar as atividades mercantis e não mercantis verificou que a premissa econômica está em todos os indivíduos. Assim, enquanto que nas sociedades de mercado as atividades econômicas se adequaram à modelagem econômica, nas sociedades não mercantis as intuições não eram puramente econômicas, trazendo subjetividade à economia.

A subjetividade da teoria econômica produz fenômenos econômicos e não-econômicos tautológicos, ou seja, fenômenos que expressam a mesma ideia de maneiras diferentes. É através da organização socioeconômica que é possível analisar quais os processos econômicos e não-econômicos que moldam o sujeito e quais os processos econômicos e não-econômicos que são moldados por ele. Para compreender as peculiaridades da organização econômica é necessário reconhecer a diversificação de processos econômicos e não-econômicos, em quais o sujeito participa e como ele se molda para a construção de tais processos (ADAMAN; MADRA, 2002).

Os sujeitos, assim, são moldados pela organização social que pode causar impacto positivo, ou negativo, conforme a satisfação individual de cada sujeito. Desta forma, são estes impactos sobre o sujeito que geram o deslocamento da ação social coletiva, podendo tornar o sujeito mais independente, resultando no

individualismo que tem sido promovido pelas trocas de mercado (ADAMAN; MADRA, 2002), conforme o Quadro 2, que apresenta o resumo da discussão².

Quadro 2 – Abordagens econômicas: formalismo e substantivismo	
Evolução das Abordagens Econômicas Formalista e Substantivista	
Autores e Definições	
Conceito de Economia - Polanyi (2000) -É o processo de interação do homem com o seu ambiente natural e social e a institucionalização desse processo.	
↓	
Institucionalização Econômica - Polanyi (2000) -Organiza os processos econômicos, através da imersão e da interação entre o homem e o ambiente para suprimir suas necessidades.	
↓	↓
Abordagem Formalista Polanyi (2000) -Baseada no modelo econômico neoclássico.	Abordagem Substantivista Polanyi (2000) -Teve origem a partir de sua análise histórica antropológica. -Estuda diferentes instituições sociais como meio de vida. - O mercado é uma instituição que define a natureza das transações econômicas.
Sociedade de Mercado Maucourant e Plociniczak (2013) -As motivações e valores sociais tornam irrelevante o controle social, porque se originam da orientação para o mercado.	Sociedade Não Mercantil Polanyi (2000) -As intuições trazem subjetividade à economia.
↓	↓
Utilitarismo Polanyi (2000) -Ele difere entre as motivações "materiais" e as "ideais"; -A modernidade integrou o materialismo e o utilitarismo, tornando as motivações "materiais" preferenciais.	Subjetividade da Teoria Econômica Adaman e Madra (2002) -Produz fenômenos econômicos e não-econômicos tautológicos
↓	↓
Atividades Mercantis Polanyi (2000)	Atividades Não Mercantis Polanyi (2000)
- A premissa econômica (troca) está em todos os indivíduos.	
↓	↓
Processos Econômicos Adaman e Madra (2002)	Processos Não-econômicos Adaman e Madra (2002)
-Reconhece a diversificação dos processos econômicos e não-econômicos, como o sujeito participa dos processos, como ele se molda para a construção de tais processos e quais os impactos que a "moldagem" causa, conforme a satisfação individual de cada sujeito.	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Maucourant e Plociniczak (2013) e Adaman e Madra (2002).

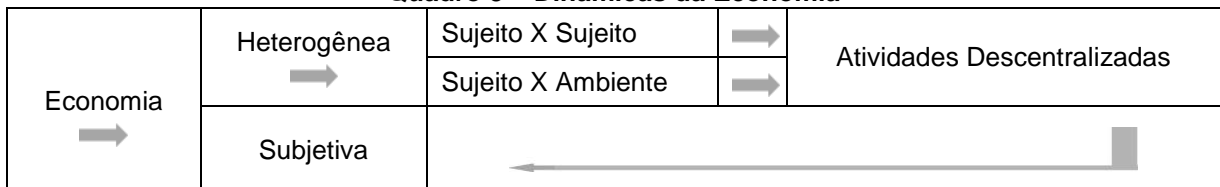
² Cabe salientar que os conceitos desta seção foram consolidados em trabalhos anteriores, considerando desnecessária a referência de cada um deles.

2.1.1 O sujeito econômico

Os temas econômicos, sob o ponto de vista dos sujeitos, não são construídos puramente a partir da participação destes nas atividades econômicas, mas são eles que precedem tais atividades, exercendo o papel de sujeito econômico. Assim, a economia poderá ser construída através da coexistência de várias formas de integração, não apenas entre os sujeitos econômicos, mas entre os sujeitos e seu ambiente, sendo caracterizada pela heterogenia (POLANYI, 2000).

Uma vez que o sujeito participa de diferentes atividades econômicas, criando um ambiente heterogêneo, o trabalho se tornará naturalmente descentralizado, pois existem vários segmentos a serem operacionalizados de maneira distinta. Esta descentralização econômica acaba contaminando outras atividades, tornando a economia subjetiva. É importante observar que esta contaminação pode ser favorável, ou não, dependendo das formas de interação e integração entre os sujeitos e seus ambientes. O Quadro 3 apresenta o resumo desta discussão.

Quadro 3 – Dinâmicas da Economia



Fonte: Elaborado pela autora com base em Polanyi (2000).

A articulação do sujeito econômico é determinada pelas estruturas sociais e pelas estruturas conceituais (ADAMAN; MADRA, 2002). Como o sujeito econômico não é dotado de uma predeterminação comportamental são as estruturas sociais (institucionais) que formam o contexto da sociedade e constituem a economia, enquanto que as estruturas conceituais (formalistas) são necessárias para dar sentido ao mundo, como um todo, como forma de orientação.

Apesar dos arcabouços conceituais serem necessários, as tendências excessivamente formalistas nem sempre são resultado de um mecanismo estrutural, formado a partir da heterogeneidade dos sujeitos e dos interesses individuais, bem como da diversidade do grupo. A conduta comportamental do sujeito independe do comportamento dos demais sujeitos, podendo variar a cada situação.

Para Adaman e Madra (2002), a formalização das heterogeneidades das motivações econômicas pode ser teorizada de duas maneiras. A primeira maneira é considerar a distribuição das diferentes orientações comportamentais em uma determinada população, como um mecanismo estrutural, adotando a escolha de uma conduta específica para determinada situação recorrente. Como, por exemplo, o ato de copiar normas e características culturais. Portanto, o padrão comportamental está fundamentado na subjetividade exógena, vinculando o comportamento do indivíduo aos fatores externos, ou seja, aos mecanismos estruturais (mecanismos de uma população) que tornam formal a motivação econômica. A segunda maneira é explicar a escolha de um padrão comportamental ao nível do indivíduo. A segunda estratégia é explicar a escolha de um padrão de comportamento na esfera do indivíduo, tendo em vista que as orientações comportamentais são modelos de discurso individualista que teoriza o processo da escolha destes modelos.

A tomada de decisão do sujeito econômico é evidenciada pela racionalidade substantivista e pela racionalidade calculista. Na racionalidade substantivista as decisões tomadas pelos sujeitos são fundamentadas na tradição, a qual foi construída a partir da cultura gerada pela ação social coletiva (JANOSKI, 2015). Ou seja, a tomada de decisão não é apenas baseada na escolha individual, mas nas relações sociais; nos valores culturais e morais; na mobilização política; na religião ou, ainda, pelo medo instalado por uma liderança autoritária. Deste modo, são as emoções envolvidas no processo de decisão que definem as deliberações. Na racionalidade calculista as decisões tomadas são fundamentadas nos resultados da participação ativa do sujeito nos mercados, sem considerar o decorrer do processo, mas o objetivo que se propõe, como “meio-fim” (ADAMAN; MADRA, 2002).

O individualismo é um comportamento que desconsidera as formas de inter-relação e integração entre os sujeitos e seu ambiente. É a partir deste isolamento que o individualismo consagra o sujeito econômico sobre um mundo material, tornando os bens e mercadorias alienáveis (transferíveis), pois as relações deixam de ser solidárias e coletivas, tornando-se de propriedade e de contratos (ADAMAN; MADRA, 2002). É através deste comportamento, individualista e exógeno, que o sujeito econômico se caracteriza como *subject-object-binary* (sujeito-objeto binário).

Segundo Adaman e Madra (2002), este sujeito-objeto binário é o ponto central da abordagem formalista, pois considera que os contratos são fundamentados em

pressupostos de uma autonomia do indivíduo como um axioma ontológico. Ou seja, uma premissa baseada na história moderna que não precisou ser validada e que constituiu a essência das relações econômicas. O axioma ontológico é combinado com uma metodologia de formalismo (individualista), que aplica a concepção contratual indiscriminadamente em todo tempo e lugar, sem considerar as peculiaridades de cada região do planeta. Na abordagem substantivista (institucionalista) se baseia em estudos da teoria econômica que levam à endogenia do sujeito em diferentes formas de integração (ADAMAN; MADRA, 2002).

O Quadro 4 apresenta o resumo das definições sobre o sujeito econômico³, com fundamentação em Polanyi (2000) e Adaman e Madra (2002).

Quadro 4 – Definições sobre o sujeito econômico

O SUJEITO ECONÔMICO Autores e Definições	
Atividades Econômicas Polanyi (2000)	Heterogenia: é a integração variada entre os sujeitos econômicos, ou entre os sujeitos e seus ambientes. Ambiente heterogêneo: transforma a economia em subjetiva porque o trabalho é descentralizado e há diferentes operacionalizações.
Articulação do Sujeito Adaman e Madra (2002)	Estruturas Sociais: ausência de predeterminação comportamental. Estruturas Conceituais (formalistas): dão sentido ao mundo como forma de orientação. Formalismo: é resultado da heterogeneidade dos sujeitos e dos interesses individuais.
Motivações Econômicas Adaman e Madra (2002)	Orientações Comportamentais de uma População: baseia-se na escolha de uma conduta específica para determinada situação recorrente e na explicação de tal escolha. Padrão Comportamental: está fundamentado na subjetividade exógena. Subjetividade exógena: vincula o comportamento do indivíduo aos fatores externos, tornando formal o mecanismo da motivação econômica.
Tomada de Decisão Adaman e Madra (2002)	Racionalidade Substantivista: nela as decisões tomadas não são pela escolha individual, mas fundamentadas na tradição; nas relações sociais e nas emoções, como o medo instalado por uma liderança autoritária. Racionalidade Calculista: nela as decisões resultam da participação ativa dos sujeitos nos mercados, visando o “meio-fim”.
Individualismo Adaman e Madra (2002)	É um comportamento que desconsidera as formas de inter-relação e integração entre os sujeitos e seu ambiente; torna os bens e mercadorias alienáveis, através da propriedade e dos contratos e caracteriza o <i>subject-object binary</i> (sujeito-objeto binário).
Subject-Object Binary Adaman e Madra (2002)	É caracterizado pelo comportamento individualista (motivação interna) e exógeno (motivação externa) e considera o axioma ontológico como premissa.
Axioma Ontológico Adaman e Madra (2002)	É fundamentado na premissa de não comprovação dos processos para constituir as relações econômicas e aplica a metodologia formalista, que não considera as peculiaridades regionais.
Contrato	Na Abordagem Formalista: é fundamentado em axioma ontológico.

³ Cabe salientar que os conceitos desta seção foram consolidados em trabalhos anteriores, considerando desnecessária a referência de cada um deles.

O SUJEITO ECONÔMICO Autores e Definições	
Adaman e Madra (2002)	Na Abordagem Substantivista: se baseia na endogenia do sujeito (motivações internas) em diferentes formas de integração.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Polanyi (2000) e Adaman e Madra (2002).

2.1.2 Princípios comportamentais de integração econômica

Se o comportamento do sujeito é binário, pois ora é individualista e ora é exógeno, a abordagem do substantivismo na institucionalização do processo econômico é essencial, segundo Polanyi (1977 apud ADAMAN; MADRA, 2002). Se a sobrevivência do homem depende da sua interação com a sociedade e com a natureza, as transações econômicas são tão importantes para a economia humana, quanto às relações sociais e ambientais, que geram as motivações que as constituem.

Para Polanyi (2000), os meios de subsistência não estavam fundamentados na troca de mercado nas sociedades capitalistas pré-industrial. Segundo ele, nas sociedades primitivas as motivações econômicas se originavam da vida social, havendo ausência do lucro, do trabalho por remuneração, da regra do menor esforço e de qualquer outra instituição motivada pela economia. A forma que essas sociedades garantiam a produção e a distribuição era através da motivação individual, ou seja, através da orientação comportamental e do comportamento padronizado. Eram os costumes e as leis que induziam o sujeito a cumprir as regras e a garantir o funcionamento do sistema econômico e não as regras formais construídas pela sociedade (POLANYI, 2000).

O padrão comportamental da reciprocidade, segundo Adaman e Madra (2002) é baseado em evidências empíricas recentes no campo da economia experimental que utiliza métodos experimentais nas quais o sujeito econômico pode ser gentil, ou hostil, em resposta a bondade ou adversidade, formando um padrão de comportamento que visa fundamentar uma atividade econômica.

Isto significa que a sobrevivência do *homo reciprocans* também depende da atuação do *homo economicus*, que ora pode ser recíproco, ora individualista. O comportamento austero é chamado de reciprocidade negativa. Por outro lado, para o *homo reciprocans* a reputação é o mecanismo de normas e regras, fundamentado

na abordagem substantivista (ADAMAN; MADRA, 2002). É importante ressaltar que a reciprocidade é baseada na simetria e na organização.

A reciprocidade, segundo Polanyi (1977 apud ADAMAN; MADRA, 2002), envolve o movimento de bens e serviços entre sujeitos econômicos que estão simetricamente interligados em uma rede simbólica. Porém, a simetria não se limita à equivalência. Ou seja, mesmo que haja mútua circulação, o bem ou o serviço pode não ser igual. A reciprocidade pode ser mantida somente por uma estrutura institucional que suporte a simetria (interligação equilibrada). É importante ressaltar que a reciprocidade é baseada na simetria e na organização. O Quadro 5 apresenta as definições sobre os princípios de integração econômica, a partir de Polanyi (2000) e Adaman e Madra (2002).

Quadro 5 – Princípios de integração econômica

PRINCÍPIOS COMPORTAMENTAIS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA Autores e Definições	
Padrão Comportamental da Reciprocidade Adaman e Madra (2002)	<ul style="list-style-type: none"> -O sujeito econômico pode ser gentil, ou hostil; -A sobrevivência do <i>homo reciprocans</i> também depende da atuação do <i>homo economicus</i>; - Envolve sujeitos econômicos que estão simetricamente interligados em uma rede simbólica; - A simetria não se limita à equivalência; - A reciprocidade é baseada na simetria e na organização.
Reciprocidade Negativa Polanyi (1977, apud ADAMAN; MADRA, 2002)	-É decorrente do comportamento austero.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Polanyi (2000) e Adaman e Madra (2002).

2.2 O CAMINHO DA MERCANTILIZAÇÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENRAIZAMENTO

Para justificar o individualismo e o domínio capitalista o enraizamento institucionalizado pressupõe uma autossuficiência, que diverge do autointeresse (HART; LEVILLE; CATTANI, 2010). Isto significa que o sujeito exerce a autonomia, porém, com vistas para o interesse coletivo. Este comportamento se justifica porque são necessárias, tanto a autossuficiência, como a cooperação externa, estendendo-se além das ideologias e das instituições econômicas organizadas pelo Estado.

Polanyi (2000) utiliza a metáfora de enraizamento para compreender a lógica institucional, apoiando-se nela para explicar o seu pensamento (MAUCOURANT;

PLOCINICZAK, 2013). O conceito de enraizamento econômico, de Polanyi (2000), significa que a economia está imersa nas relações sociais, ou seja, não pode ser uma esfera autônoma separada da sociedade como um todo. O autor comparou diversas economias para enfatizar o enraizamento em diferentes sistemas sociais e econômicos, analisando como eram as sociedades antes do capitalismo. Portanto, o enraizamento é atribuído à formação de ações dos sujeitos inseridos em um ambiente institucional, como sociedade, mercado e governo, o qual condiciona a estrutura social a partir do comportamento destes sujeitos, conforme suas regras, normas, convenções e hábitos estabelecidos (POLANYI, 2000).

Para Somers e Block (2014), Polanyi (2000) usou a metáfora de enraizamento como referência ao método dialético das instituições. Esta dialética corresponde à necessidade de enraizamento institucional para a manutenção da vida social e para a sobrevivência dos mercados. Segundo os autores, para que haja o equilíbrio e a manutenção dessas instituições, como forma de sobrevivência humana, é preciso que haja equiparação entre os direitos sociais e econômicos. Com o nivelamento das instituições e a expansão democrática, em um contexto socializado, é possível ampliar e aprofundar a governança econômica.

A governança econômica é praticável através da regularização das instituições, por meio das leis, as quais são elaboradas e modificadas pelas demandas da sociedade. A formalização da regularização se dá pela formalização dos contratos, que remete à abordagem formalista (ADAMAN; MADRA, 2002).

Na ausência de contrato formal poderá haver uma instituição onipotente capaz de fazer cumprir as obrigações decorrentes de um contrato. Estes contratos são informais e estão estabelecidos implicitamente como resultado de uma longa relação de reputação. Portanto, é este modelo de troca, fundamentado na confiança, que pode fornecer a prática da ausência de contratos (ADAMAN; MADRA, 2002). A seguir, o Quadro 6 demonstra um resumo deste debate.

Quadro 6 – Definições do caminho da mercantilização

O CAMINHO DA MERCANTILIZAÇÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENRAIZAMENTO Autores e Definições	
Enraizamento Institucionalizado Hart; Leville e Cattani (2010)	-O sujeito exerce a autonomia com vistas para o interesse coletivo para alcançar o desenvolvimento social. - A autossuficiência (autonomia) e o interesse coletivo ultrapassam as instituições econômicas formalizadas.
Metáfora de Enraizamento de Polanyi Somers e Block (2014)	Polanyi usou a metáfora de enraizamento como referência ao método dialético das instituições; -A dialética corresponde à: manutenção da vida social e sobrevivência dos mercados. -A metáfora significa que a economia está imersa nas relações sociais; -É atribuído às ações dos sujeitos em um ambiente institucional, como sociedade, mercado e governo; - O comportamento dos sujeitos forma a estrutura social, conforme suas regras, normas, convenções e hábitos estabelecidos.
Governança Econômica Adaman e Madra (2002)	-É instaurada através da regularização das instituições e da formalização dos contratos, remetendo à formalização.
Ausência de Contrato Formal Adaman e Madra (2002)	- É o resultado de uma longa relação e da reputação, resultando em um modelo de troca.

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Hart, Leville e Cattani (2010), Somers e Block (2014) e Adaman e Madra (2002).

2.3 O PAPEL DO ESTADO

Uma das referências da obra de Polanyi (2000) é a análise da interferência do Estado perante o crescimento do liberalismo econômico e o empobrecimento da sociedade, a partir do século XIX, durante a Revolução Industrial. Segundo o autor, o efeito degradante que o mercado causaria sobre a sociedade resultaria em uma transformação social, resultando no protecionismo social, denominado por ele de "duplo movimento" (POLANYI, 2000). Porém, nesta dinâmica, entre o liberalismo econômico e a proteção social, existe uma tensão. Ao mesmo tempo em que a economia de mercado gera desempenho econômico, favorecendo a sociedade através de emprego e renda, ela também gera crises, procedentes do funcionamento do mercado de auto-regulação (BLOCK; POLANYI, 2003).

É a partir desta inter-relação entre o liberalismo econômico e a sociedade que o papel do governo e da política é voltado para o centro das análises das economias de mercado. Portanto, as principais funções do Estado são: (1) a regulamentação, que rege as normas do mercado (contratos) sobre o homem (salário) e sobre a natureza (propriedade) e (2) a medida compensatória, que visa promover a assistência social (POLANYI, 2000).

É através das regulamentações que o Estado oferece garantias de menor vulnerabilidade à sociedade de mercado perante as oscilações da comercialização, preservando o sistema capitalista. É desta forma que o sistema econômico capitalista se enraíza no Estado, sendo improvável a desintegração. É através do Estado que é possível a abertura de novos mercados, bem como a instauração de bases não contratuais, as quais facilitaríamos tais aberturas (BLOCK; POLANYI, 2003). São nestes casos que Estado promove a proteção do mercado, incorporando regras protecionistas na economia.

É através de medidas compensatórias que o Estado promove a assistência social, que servem para contornar os efeitos sociais da expansão desenfreada dos mercados (MAUCOURANT; PLOCINICZAK, 2013). Esta assistência é instaurada através de uma legislação protetora que atenda às demandas sociais, reivindicadas por movimentos sociais organizados, denominados por Polanyi (2000) como contra-movimento.

A origem do contra-movimento foi na classe trabalhadora organizada (sindicatos e partidos), que exerceu a democracia política, fonte de intervencionismo (POLANYI, 2000). O papel do contra-movimento é promover o protecionismo social, através do Estado, e alterar as dinâmicas do mercado e as configurações políticas. Quando o contra-movimento não é capaz de intervir e reivindicar as demandas através do Estado e este permite que o mercado as atenda, torna a sociedade propensa a responder aos interesses do mercado. Porém, o mercado não é capaz de promover o bem estar social, podendo apenas atender às necessidades sociais específicas, enquanto que o Estado tem a capacidade ampliada de fomentar o bem estar social (JANOSKI, 2015).

Portanto, o contra-movimento tem a função de proteger a sobrevivência social, por meio da tutela do Estado e da ação social, que transfere bens necessários para fora do mecanismo de mercado. Este movimento é decorrente da dinâmica das relações entre o Estado e as instâncias administrativas; as organizações da sociedade civil e os conglomerados empresariais. Estas dinâmicas manifestam a institucionalização das organizações, as quais são capazes de romper com a ordem neoliberal da economia, promovendo a descentralização das estruturas do Estado e a democratização econômica com fundamentação social ativa (BURAWOY, 2003).

O Quadro 7 apresenta a síntese desta discussão, apresentando as definições sobre o papel do Estado, conforme Polanyi (2000), Block (2003), Maucourant e Plociniczak (2013).

Quadro 7 – Definições sobre o papel do Estado

O PAPEL DO ESTADO Autores e Definições	
Funções do Estado Polanyi (2000) Block (2003) Maucourant e Plociniczak (2013)	<p>-Regulamentações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -São garantias de menor vulnerabilidade à sociedade em relação ao mercado; -Possibilitam a abertura de novos mercados e a instauração de bases não contratuais; -Incorporam regras protecionistas na economia e promovem a proteção do mercado. <p>Medidas Compensatórias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promove a assistência social, contorna expansão desenfreada dos mercados, atende às demandas sociais, através de uma legislação protetora; - As reivindicações são através de movimentos sociais organizados denominados de contra-movimento.
Ausência do Estado no Contra-Movimento Janoski (2015)	<ul style="list-style-type: none"> -Torna a sociedade propensa a responder aos interesses do mercado; -O mercado atende as necessidades sociais específicas; -O Estado tem a capacidade ampliada de atender bem estar social.
Contra-Movimento Polanyi (2000) Burawoy (2003)	<ul style="list-style-type: none"> -Promove o protecionismo social; -Alterar as dinâmicas do mercado e as configurações políticas; - Tem a função de proteger a sobrevivência social; -É decorrente da dinâmica das relações entre o Estado e as instâncias administrativas; as organizações da sociedade civil e os conglomerados empresariais; - Estas dinâmicas manifestam a institucionalização das organizações.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Polanyi (2000), Block (2003), Maucourant e Plociniczak (2013), Janoski (2015) e Burawoy (2003).

2.3.1 Contratos: a formalização da mercantilização

Segundo Adaman e Madra (2002), a ontologia dos contratos continua a inibindo a teorização da heterogeniedade e das especificidades institucionais de cada contrato, tendo em vista a globalização e a regionalização, modificando a realidade econômica. Assim, para os autores, o uso desta teoria dificulta a capacidade de imaginar e construir os arranjos socioeconômicos alternativos.

Os contratos determinam os padrões comportamentais que constituem o mercado e que tornam os bens e mercadorias alienáveis (transferíveis), construindo relações de propriedade e transações. Os padrões contratuais são caracterizados pelo grau de ética, moral e ideais; por ritos e hábitos, como a religião; por grupos sociais, como o ambiente familiar e de trabalho. Assim, os contratos de origem

econômica não podem ser conceituados de forma isolada, sem considerar os múltiplos contextos, pois é o sujeito que constrói a economia, não permitindo, efetivamente, a universalização.

Apesar de a economia prever características institucionais baseadas em precedentes, deve-se considerar a heterogeneidade social, a qual define como imprevisto o comportamento econômico futuro. Uma resposta negativa de algum contrato que o sujeito possa vir a ter poderá ser transferida para o seu comportamento futuro, afetando a economia.

Segundo Adaman e Madra (2002), a fundamentação contratual teve como base as atividades econômicas apuradas ao longo do tempo, considerando o contexto sociocultural, econômico e político e o aprofundamento da taxonomia (sistemática). A organização contratual ocorreu através das essências comportamentais dos sujeitos envolvidos, como o *homo reciprocans*, recíproco e coletivo, e o *homo economicus*, individualista e autônomo. No Quadro 8 apresenta-se a síntese desta discussão, com fundamentação em Adaman e Madras (2002).

Quadro 8 – Definição de contratos

CONTRATOS: A FORMALIZAÇÃO DA MERCANTILIZAÇÃO Por Adaman e Madra (2002)	
Ontologia dos Contratos	-Inibe a teorização da heterogeneidade e das especificidades institucionais de cada contrato; -Tem em vista a globalização e a regionalização; -Determina os padrões comportamentais que constituem o mercado e que tornam os bens e mercadorias alienáveis.
Padrões Contratuais	-São caracterizados pelo grau de ética, ritos, ideais, sendo considerar os múltiplos contextos.
Resposta Negativa	- A resposta negativa de um sujeito frente a um contrato afetará o seu comportamento futuro e a economia.
Heterogeneidade Social	-O comportamento econômico futuro imprevisto é definido pela heterogeneidade social.
Fundamentação Contratual	-Está baseada no contexto sociocultural, econômico e político; no aprofundamento da taxonomia (sistemática) e no comportamento do <i>homo reciprocans</i> e do <i>homo economicus</i> .
Transações realizadas pelo <i>homo economicus</i>	- Mesmo não-mercantil, é variante do mercado tornando a economia utilitária.
Transações realizadas pelo <i>homo reciprocans</i>	-Resulta das interações e da reciprocidade; -Torna as trocas eficientes, mesmo com a ausência de contratos.

Fonte: Elaborado pela autora com fundamentação em Adaman e Madra (2002)

As transações realizadas pelo *homo economicus*, mesmo sendo inicialmente uma atividade não-mercantil, é declarada como uma variante do mercado (ADAMAN; MADRA, 2002), tornando a economia utilitária. Esta construção teórica é de que todas as interações humanas são intercâmbios, onde o sujeito está inserido em uma sociedade movida por bens, transformando-o em *homo economicus*.

Assim, as transações realizadas pelo *homo reciprocans* ganham sustentação através das interações e da reciprocidade, garantindo a eficiência das trocas. A importância do *homo reciprocans* está na formulação teórica do comportamento humano que pode produzir resultados eficazes na ausência de contratos.

2.4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MERCADO AGRÍCOLA: A TRANSIÇÃO DA REVOLUÇÃO VERDE PARA A AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA

Pode-se dizer que uma das principais transformações do meio rural que ocorreram com o capitalismo foi inserção de atividades intelectuais, de técnicas agrônômicas e de tecnologias. Tais mudanças tornaram-se institucionalizadas por países desenvolvidos e foram difundidas em países subdesenvolvidos, a partir dos anos de 1950, durante a era desenvolvimentista, a qual introduziu a Revolução Verde na agricultura e a urbanização nas cidades.

Neste período o agricultor foi integralizado no mercado agrícola, sendo distanciado de suas atividades tradicionais, assumindo gradativamente o papel de empresário e não mais de agricultor familiar. O protecionismo estatal e o liberalismo econômico se opuseram, sendo o primeiro defendido pelas classes trabalhadoras e fundiárias, rurais e agrárias, e o último, pelas classes médias, urbanas e industriais. Apesar dos esforços sociais, a classe agrária dominante prevaleceu, o que gerou, nas décadas seguintes, políticas públicas em seu benefício (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

Na década de 1970, as discussões ambientais se tornam mais presentes, em torno dos problemas que a produção em escala poderia causar. Foi através da Declaração da Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em junho de 1972, que a necessidade de critério e princípios como guia para preservar ambiente passou a ser discutida. A Conferência foi um marco para a busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental. A partir de então houve a

incorporação da problemática da degradação ambiental nas discussões sobre produção (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b). Assim, a integração entre Agronomia e Ecologia possibilitou a geração de novos conhecimentos sobre a intervenção humana no manejo e a possibilidade de torna-lo mais sustentável em agroecossistemas sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

Em contrapartida, o Estado brasileiro, com o enfoque produtivista de exportador agrícola para atender a demanda do mercado internacional, promoveu políticas de intervenção, sendo os principais beneficiários os produtores mais eficientes. Este posicionamento do Estado gerou mudanças no meio rural, transformando o comportamento dos agricultores, os modelos de agricultura e a estrutura econômica hegemônica em diferentes formas de reprodução social.

Nos anos de 1980, Ignacy Sachs definiu como conceito de Ecodesenvolvimento a necessidade de considerar os ciclos da natureza, reaproveitar resíduos, reduzir o desperdício energético e alcançar a diversificação das atividades, oposta ao monocultivo e à especialização. Para o autor, isto seria possível através das práticas tradicionais camponesas, como modelo agrícola de produção (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

Segundo Caporal e Costabeber (2004b), o enfoque agroecológico compreende que o desenvolvimento parte da endogenia, porém, não está isolado da sociedade como um todo. Este enfoque segue o oposto das teorias convencionais, as quais argumentam que o desenvolvimento provém da mudança sociocultural e tecnológica inseridas nas sociedades. Já o desenvolvimento rural é um potencial endógeno, tanto ecológico, como humano, e suas inter-relações com os sistemas econômicos, e a Agroecologia, em termos teóricos e metodológicos, parte dos fatores sociais da unidade familiar de produção, como das comunidades, dos grupos, das cooperativas e de grupos organizados os agricultores (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

O capitalismo tornou a vida mercantilizada, sendo intensificada através da globalização e do neoliberalismo. Por este viés é que ocorreu a institucionalização do agronegócio, imbricado na cadeia global agroalimentar, articulado por organizações transnacionais e sustentado pelo agricultor empresário, através da integração linear. Apesar disso, o campesinato não sofreu desagregação (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Estas mudanças, de fato, transformam os espaços rurais em estratificações socioeconômicas, alterando as características tradicionais. Esta heterogeneidade é consequência da capacidade que os sujeitos têm de processar a experiência social e influenciar a mudança institucional econômica. O Quadro 9 expõe uma síntese desta discussão, com base em Caporal e Costabeber (2004b) e Schneider e Escher (2011).

Quadro 9 – Institucionalização do mercado agrícola

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MERCADO AGRÍCOLA: DA REVOLUÇÃO VERDE À AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA	
Período	Fatores
1950 Caporal e Costabeber (2004b)	Desenvolvimento Agrícola: a partir da inserção e institucionalização de atividades intelectuais, de técnicas agrônômicas e de tecnologias, sendo difundidas em países subdesenvolvidos, na era desenvolvimentista. Agricultor: integralização do agricultor no mercado agrícola e distanciado das atividades tradicionais. Protecionismo Estatal: gerou políticas públicas que beneficiaram os interesses das classes fundiárias.
1970 Caporal e Costabeber (2004b)	Estado Brasileiro: enfoque produtivista de exportador agrícola para atender a demanda do mercado internacional, promovendo políticas de intervenção consolidando a estrutura econômica hegemônica. Discussões Ambientais: através da Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972. Agricultura: integração entre Agronomia e Ecologia em agroecossistemas sustentáveis.
1980 Caporal e Costabeber (2004b)	Ecodesenvolvimento: conceito definido por Ignacy Sachs, tendo como enfoque a necessidade de considerar os ciclos da natureza, reaproveitar resíduos, reduzir o desperdício energético e alcançar a diversificação das atividades. Enfoque Agroecológico: o desenvolvimento parte da endogenia e não está separado da sociedade como um todo. Desenvolvimento Rural: é potencial endógeno, ecológico e humano, que visa as inter-relações entre sistemas econômicos e fatores sociais da unidade familiar de produção.
1990 Institucionalização do Agronegócio Schneider e Escher (2011)	Agricultor Empresário: com a globalização e do neoliberalismo formou organizações transnacionais e a integração linear do agricultor. Estratificações Socioeconômicas dos Espaços Rurais: alteração das características tradicionais. Heterogeneidade do Espaço Rural: é consequência da capacidade que os sujeitos têm de processar a experiência social e influenciar a mudança institucional econômica.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Caporal e Costabeber (2004b) e Schneider e Escher (2011).

A transição do produtivismo à agricultura de base ecológica teve como princípio estratégias orientadas para sistemas agrários sustentáveis e para inter-relação entre os sujeitos. Estas inter-relações visam os aspectos econômicos, sociais, ecológicos, políticos e culturais da agricultura (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a).

A transição agroecológica, que começou anos 2000, segundo Buttel (1995 apud CAPORAL; COSTABEBER, 2004a) é a passagem do modelo produtivista convencional para o manejo evoluído de conservação dos recursos naturais sustentáveis no médio e longo prazo. O fundamental da transição é a ecologização da agricultura, que integra nas práticas agrárias da Agronomia e da Ecologia. A ecologização da agricultura tende à homogeneização das agriculturas mundiais, limitando a intervenção humana no processo de produção agrícola em cada ecossistema. Mudar o atual modelo produtivista seria um imperativo ecológico, já que os problemas ambientais requerem mais esforços que garantam a agricultura.

O conceito de agricultura de base ecológica é a aplicação dos princípios da agroecologia, como ciência, tanto no modelo da agricultura convencional, como nas correntes de caráter ambientalistas e preservacionistas. Este conceito enfatiza o uso racional dos recursos locais, humanos e naturais; admite a combinação de insumos internos e externos, priorizando os insumos locais; preza por métodos participativos, bem como a valorização do saber dos agricultores e a consideração de princípios ecológicos para o manejo adequado dos agroecossistemas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

A terminologia de agricultura de base ecológica foi popularizada como agricultura alternativa que engloba vários estilos como agricultura orgânica, biodinâmica, natural, biológica, ecológica, regenerativa, entre outras. Estes estilos de agricultura são consequência da aplicação dos princípios e conceitos da agroecologia. Estes estilos, teoricamente, apresentam maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazo em relação ao modelo de agricultura convencional ou agroquímica (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

A agricultura de base ecológica determina diferenças entre estilos de agricultura que são resultados da intensificação verde, as quais incorporam elementos ecológicos nas práticas agrícolas e que denota a reconstituição do modelo de Revolução Verde (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b). A agricultura orgânica, por exemplo, é definida pela aplicação de técnicas e métodos

estabelecidos de acordo com os regulamentos e as regras que impõe limites ao uso de determinados insumos na produção (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

A agricultura de base ecológica torna-se vulnerável quando considera apenas a não utilização de agrotóxicos ou fertilizantes químicos no processo produtivo. Mesmo que não houve acesso aos insumos, por falta de recursos, ou acesso à informação, por falta de políticas públicas, a sustentabilidade deste processo deve ser mantida através do engajamento dos participantes (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b). O Quadro 10 apresenta a síntese desta discussão, apresentando o processo de transição agroecológica.

Quadro 10 – Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização

Período	Fatores
2000 Buttel, (<i>apud</i> CAPORAL e COSTABEBER, 2004a)	Modelo Produtivista: os princípios, as propostas e as estratégias estão orientados para a transição do atual modelo produtivista. Transição Agroecológica: é a passagem do modelo produtivista convencional para o manejo evoluído de conservação dos recursos naturais sustentáveis no médio e longo prazo.
Conceito de agricultura de base ecológica Caporal e Costabeber (2004b)	- Aplicação dos princípios da agroecologia no modelo da agricultura convencional, nas correntes de caráter ambientalistas e preservacionistas.
Terminologia de agricultura de base Caporal e Costabeber (2004b)	-Engloba vários estilos como agricultura orgânica, biodinâmica, natural, biológica, ecológica, regenerativa, entre outras. -Determina diferenças estilos de agricultura, que são resultados da intensificação verde e que reconstituem o modelo de Revolução Verde.
Vulnerabilidade da agricultura de base ecológica Caporal e Costabeber (2004b)	-Quando não se considera o engajamento dos participantes.

Fonte: Elaborado pela autora fundamentado em Buttel (1995⁴ *apud* CAPORAL; COSTABEBER, 2004a) e Caporal e Costabeber (2004b).

⁴ Buttel, F. H. Ideologia e tecnologia agrícolas no final do século XX: biotecnologia como símbolo e substância. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 1, n. 14, p. 303-322, 1993.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos adotados na elaboração da pesquisa, que permitiram atingir os objetivos propostos anteriormente. Para facilitar a organização metodológica este trabalho foi dividido em tipo de pesquisa; área de estudo, população e amostra; técnicas de coleta de dados e análise dos dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Segundo Gil (2008), a pesquisa científica é desenvolvida mediante os conhecimentos disponíveis, a fim de haver reflexão sobre o objeto estudado. A utilização formal e criteriosa dos métodos é necessária, bem como técnicas e outros procedimentos científicos. A pesquisa deve ter a intelectualidade como forma de argumentação as ideias sobre o tema em questão. Para Lakatos e Marconi (2007), a pesquisa constitui a orientação para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso, pois foram analisados os agricultores de base ecológica, localizados na MZ8. Para Alves-Mazzotti (2006), os estudos de casos podem ser múltiplos, podendo ser conduzidos simultaneamente, considerando vários indivíduos, vários grupos, várias organizações, ou vários programas.

O método de pesquisa foi o exploratório, pois este tipo de pesquisa proporciona maior proximidade com o problema, possibilitando a construção de hipóteses. Segundo Gil (2007), a maioria destas pesquisas requer levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas envolvidas no problema pesquisado e análise dos dados que propiciam maior compreensão da realidade.

A abordagem desta pesquisa foi qualitativa, para que as informações coletadas pudessem ser aprofundadas e analisadas, foram consideradas as interfaces entre os agricultores, o governo municipal e o mercado local. Segundo Lakatos e Marconi (2007), a abordagem qualitativa permite apresentar a evolução das condições de vida dos sujeitos, aprofundamento a compreensão de um grupo social. Segundo Silveira e Córdova (2009), os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa argumentam que as ciências sociais têm suas especificidades

e, portanto, não é apropriado utilizar um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

O estudo tem caráter exploratório, pois busca identificar os elementos que incidem na permanência dos agricultores de base ecológica de Porto Alegre. Conforme Almeida (1989) e Gil (2008), uma pesquisa com objetivos exploratórios busca aprofundar o tema abordado, a partir da construção de uma problemática sobre determinados fenômenos.

3.2 ÁREA DE ESTUDO, POPULAÇÃO E AMOSTRA

O zoneamento foi importante para o retorno da zona rural e para garantir, através de estudo de viabilidade técnica, a permanência da atividade no município. Assim, o governo municipal teve relevância como agente mediador neste processo. Nesta parte serão caracterizadas a Macrozona 8 (MZ8) e a zona rural, respectivamente.

A partir do zoneamento instaurado pelo PDDUA, foi possível, em 2008, categorizar a zona sul como MZ8 (KLEIN, 2015). A MZ8 está localizada na região extremo sul de Porto Alegre e sua importância é porque abriga patrimônio natural e áreas de produção rural de hortigranjeiros, sendo AOR. A região compreende os núcleos de Belém Velho, Belém Novo e Lami, como também os morros da Companhia, da Polícia, Teresópolis, Tapera, das Abertas e Ponta Grossa (PORTO ALEGRE, 1999).

A ocupação do solo, portanto, é para a produção rural, para o comércio, para a indústria e para as habitações, formando duas unidades espaciais distintas. Uma área com maior concentração populacional, tendo como centro geográfico o núcleo de Belém Velho, mesclando-se às áreas com atividades rurais e outra área mais extensa, com características agrárias, a partir dos terraços fluviais do Arroio do Salso em direção sul, até a margem do Lago Guaíba, e ao leste, até o Morro da Extrema, no limite com Viamão, abrangendo Belém Novo e Lami. Este zoneamento é importante para impedir que os loteamentos habitacionais avancem sobre a área rural (PORTO ALEGRE, 2012).

Para identificar a dispersa ocupação na MZ8, o plano estratégico estabeleceu sete tipos de ocupação que são Pontual; Área de Ocupação Urbana; Ocupação

Intermediária; Predominantemente Rarefeita; Áreas de Produção; Bens Ambientais e Condomínios Fechados (PORTO ALEGRE, 2012) (APÊNDICE A).

A Lei Complementar nº 775, de 2015, restabeleceu a zona rural de Porto Alegre, que foi extinta pelo PDDUA, de 1999 (PORTO ALEGRE, 2015). A restauração da Zona Rural e a implantação do Sistema de Gestão da Política de Desenvolvimento Rural do Município de Porto Alegre foi através da Lei Complementar nº 646, de 2010, fundamentada na Lei Complementar nº 434, de 1999, do PDDUA. A restauração foi viabilizada a partir do estudo técnico coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo - SMURB. A zona rural está localizada na região extremo sul do município, abrangendo uma área de 4,1 mil hectares, que representa em torno de 8,28% do total da área do município e representa 17,5% da MZ8 (FERNANDES; PETRIK, 2015). São 720 estabelecimentos que ocupam doze mil hectares de área rural no município, abrangendo os núcleos Belém Velho, Belém Novo, Lami, Lageado, Boa Vista, Extrema e Jardim Floresta, como as demais áreas a partir dos morros da Compainha, da Polícia, Teresópolis, Tapera, das Abertas, Ponta Grossa e Redenção (SCHIFINO, 2015a).

A zona rural está na Área de Produção Primária, denominada Área de Ocupação Rarefeita (AOR), nos limites da MZ8. Esta área é definida como área não passível de ocupação intensiva, destinada à produção primária e extrativa, podendo haver usos e serviços compatíveis com seu meio, como lazer, turismo ecológico ou rural, serviços de apoio, conservação dos recursos naturais e indústrias vinculadas à produção local (PORTO ALEGRE, 2015). As áreas excluídas da zona rural são as Áreas de Interesse Institucional existentes, como a Estação de Tratamento de Esgoto do Lami e a área da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), como também áreas industriais, comerciais e residenciais, como a faixa da Avenida do Lami (PORTO ALEGRE, 2015).

O objeto de estudo refere-se aos agricultores que participam das feiras de base ecológica de Porto Alegre e que têm suas unidades de produção localizadas na Macrozona 8 – MZ8, delimitando a área de estudo. Como no Censo Agropecuário de 2006 não há a categoria de “agricultores de base ecológica” e a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre - SMIC não dispõe de cadastro da população total destes agricultores, optou-se por utilizar a listagem de pontos de venda de produtos de base ecológica nas feiras de base ecológica da capital. A

população foi definida, portanto, através desta listagem, de outubro de 2014, fornecida pela SMIC. A partir da lista, foram selecionados os produtores localizados na MZ8, que resultou no montante de vinte agricultores. O objetivo inicial foi entrevistar, ao menos, 50% da população, ou seja, dez entrevistados. Porém, alguns dos entrevistados optaram por não dar depoimento. A amostra, portanto, foi reduzida a oito agricultores. A pesquisadora buscou manter a diversidade entre os entrevistados, tendo como base a idade, pois, as gerações trazem experiências de vida diferentes, que vão interferir no comportamento futuro e na atividade agrícola (APÊNDICE B).

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi baseada em informações apuradas em duas etapas. Na primeira etapa foi realizada a pesquisa bibliográfica, que envolveu fontes secundárias oficiais e estudos realizados sobre o tema. Na segunda etapa foi realizada a pesquisa de campo, junto aos agricultores de base ecológica, localizados na MZ8.

Para a contextualização da primeira etapa foram utilizados trabalhos acadêmicos já realizados, pesquisa eletrônica em sites de instituições, como o Escritório Municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, entre outros. A apuração destas informações teve o enfoque sistêmico, possibilitando obter a ideia global sobre a área estudada, tendo em vista a análise das inter-relações entre os agricultores, a gestão municipal e o mercado de produtos de base ecológica em Porto Alegre. Desta forma, foi possível descrever o avanço da cidade sobre o meio rural; a evolução do planejamento urbano municipal e as transformações da agricultura na capital.

Na segunda etapa foi executada a pesquisa de campo, para apurar a compreensão dos agricultores sobre a realidade atual. De acordo com Gil (2008), um estudo de campo apresenta semelhanças com um levantamento, mas visa aprofundar as questões propostas. Este procedimento possibilita maior autenticidade nas respostas dos sujeitos em questão.

A pesquisa de campo foi realizada junto aos agricultores de base ecológica da MZ8, através de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE C), com roteiro

organizado a partir de entrevistas semiestruturadas prévias sugerem (LAKATOS; MARCONI; 2007).

Os critérios de seleção dos entrevistados foi a partir da localização do estabelecimento agrícola, dentro da MZ8, e as entrevistas foram realizadas no período de julho a setembro de 2017, com duração média de duas horas. A seleção dos tópicos ocorreu a partir da fundamentação teórica, tendo em vista tanto a abordagem substantivista, como a formalista, interpondo as questões referentes à história de vida, ao retorno da zona rural e à regulamentação das feiras ecológicas de Porto Alegre.

A documentação de dados do campo foi composta pela coleta de dados em notas de campo e gravação das entrevistas. Segundo Flick (2009), o intercâmbio linguístico representa um meio para o estudo de determinados conteúdos e apenas em casos excepcionais que padrões exagerados de exatidão nas transcrições são necessários. Uma ponderação entre a percepção e os registros é necessária para obter melhor resultado nas análises. Portanto, se ater demais, tanto nas observações, como nas gravações, pode prejudicar o resultado final. A realidade na forma de texto é válida sobre dois aspectos. O primeiro aspecto denota o processo que abre um campo, enquanto que o segundo aspecto denota o resultado deste processo, transformando a realidade em texto. Assim, a minimização dos dados tem por objetivo documentar o caso em sua especificidade e estrutura, permitindo ao pesquisador reconstruir e analisar a realidade, fragmentando as regras que a fazem funcionar, bem como descobrindo os elementos que a constroem.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para compreender a realidade é fundamental que se colete dados para obter fatores determinantes da realidade. Ao analisar os dados é possível estabelecer as relações entre eles (LANDÍN, 1990). Ou seja, identificar os elementos que estão transformando a zona rural de Porto Alegre, bem como as dinâmicas da atividade agrícola, e descrever o contexto da realidade, sob a perspectiva do agricultor em relação ao governo municipal e ao mercado de base ecológica de Porto Alegre. Assim, para analisar, compreender e interpretar um material qualitativo foi necessário transpor os significados que os sujeitos analisados compartilham em sua

realidade. Uma das formas de fazer esta transposição é através da análise de conteúdo.

A análise qualitativa de conteúdo é um dos procedimentos clássicos para análise de material textual. O método utiliza categorias, extraídas de modelos teóricos, as quais são levadas ao material empírico, tornando mais fácil o controle dos dados, através da redução o volume dos textos, da padronização das categorias e da comparação entre diferentes casos. Além disso, este método possibilita a análise de questões subjetivas.

Para esta pesquisa foi utilizado o software WebQDA, o qual possibilitou o agrupamento de dados, podendo acrescentar, modificar, ligar e cruzar informações (GUIZZO; KRZIMINSKI; OLIVEIRA, 2003). As categorias foram criadas a partir das análises das respostas das questões apuradas na pesquisa de campo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Esta seção tem por objetivo, inicialmente, descrever a história da agricultura de base ecológica em Porto Alegre e o entendimento dos agricultores de base ecológica, sobre as funções da gestão municipal e a expansão urbana sobre a área rural. Após, busca-se, em um segundo momento, relatar os atos da gestão municipal para a formalização da comercialização dos produtos de base ecológica e a compreensão dos agricultores sobre este processo. Finalmente, apresenta-se a análise dos fatores de permanência dos agricultores de base ecológica, considerando a abordagem substantivista e formalista.

4.1 HISTÓRIA DO ESPAÇO RURAL E URBANO DE PORTO ALEGRE, A AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA E O PERFIL DOS AGRICULTORES DO ESTUDO E SEU ENTENDIMENTO SOBRE AS FUNÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL

Esta seção trata da descrição da história da agricultura de base ecológica em Porto Alegre e o entendimento dos agricultores de base ecológica, bem como a expansão urbana sobre a área rural e as funções da gestão municipal.

4.1.1 História do espaço rural e urbano de Porto Alegre

A partir de 1740 o Rio Grande do Sul passou a receber os açorianos, que ganharam meia data de terra no núcleo que hoje é Porto Alegre. Eles foram para o espaço urbano da Freguesia (várzeas), onde cultivaram o trigo e utilizavam o arroio Dilúvio para mover as azenhas (ou moinhos) e fazer a farinha. A economia era baseada em produtos primários para a exportação e os açorianos iniciaram a plantação de trigo para este fim (SOUZA; MÜLLER, 2007). Desta forma, havia carência de assegurar produtos para o abastecimento interno.

Porto Alegre foi essencialmente agrícola até 1935, quando ainda as chácaras ocupavam as margens da zona urbana (MERTZ, 2002). Neste período a produção era compatível com as demandas para a subsistência e para o abastecimento da população local. Os primeiros habitantes da zona sul eram sesmeiros, açorianos e outros imigrantes, em menor número. Neste período, a divisão das glebas teve

início, sendo que os estabelecimentos eram de porte intermediário e pequeno. As atividades econômicas dos estabelecimentos era a criação de gado e pequenos animais e a policultura, segundo Mertz (2002), utilizando mão de obra familiar e equipamentos rudimentares. A comercialização dos produtos excedentes era local, no centro da capital e em feiras livres.

Na década de 1950, com a urbanização do município e a construção de novos eixos para o escoamento da produção agrícola, a agricultura da zona sul permaneceu estagnada, pois as colônias dos imigrantes alemães e italianos da região do Vale dos Sinos tinham alta produtividade, que abasteciam a capital (SOUZA; MÜLLER, 2007). A agricultura remanescente permaneceu no sistema de rotação de cultura, sem alterar a estrutura produtiva e as técnicas de produção, tronando a produção agrícola estagnada (MERTZ, 2002). As unidades de produção mantinham-se de porte intermediário e pequeno (chácaras), criando gado e pequenos animais, cultivando a policultura e utilizando mão de obra familiar.

Em meados de 1960 havia 99 unidades de produção rural em Porto Alegre (HAETINGER; MATTE, 1961). Com o início da mecanização agrícola foram introduzidas máquinas para plantio, colheita e arado, eram utilizados adubos para melhorar o solo e embora o sistema de drenagem ainda fosse precário (HAETINGER; MATTE, 1961). Os agricultores que não conseguiram se mecanizar, mantiveram as práticas artesanais de cultivos. A comercialização do excedente agrícola era local, em feiras e na Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA).

Nos anos de 1970 o declínio da produtividade agrícola aconteceu em decorrência do esgotamento do solo e da pecuária de corte. Com o aumento populacional e a demanda do mercado por produtos agrícolas, foi necessário aumentar a produção, através da intensificação da mecanização e do uso de insumos. A economia primária recebe estímulo do governo federal para plantar soja e trigo no país, que favoreceu a migração de pequenos agricultores para outras regiões do país, como a região centro-oeste. O setor primário se adaptou para o mercado externo (SOUZA; MÜLLER, 2007). Assim, os produtos primários que abasteciam a capital vinham, em grande medida, de outros estados.

A mecanização passou a fazer parte da produção, iniciando com o arado mecanizado, com micro e pequenos tratores. A maior parte do plantio era convencional. Parte dos agricultores não tinha condições de se mecanizar, pois teve

que investir na aquisição das glebas (compra de terras) e abandonou o campo em busca de emprego nos centros urbanos (STROHAECKER, 2004). Os agricultores que, mesmo sem a mecanização, permaneceram no campo, se mantiveram pela agricultura de subsistência e a produção utilizava força de trabalho familiar. Como a estrutura fundiária era intermediária e pequena, era possível criar gado e pequenos animais, além da policultura. A venda do excedente agrícola permanecia local. Os derivados de animais eram vendidos para beneficiadoras da região, de carne suína e de laticínios.

A partir dos anos 1980 houve o aumento da migração para a zona sul e os habitantes da zona rural de Porto Alegre, que abandonaram a atividade agrícola para buscar emprego nos centros urbanos, na década anterior, retornaram a suas unidades de produção porque o custo de vida na cidade era alto, em decorrência dos migrantes de outras regiões do estado (STROHAECKER, 2004). A migração, portanto, ocorreu por dois grupos. O primeiro grupo era de migrantes estabelecidos em Porto Alegre, que não suportaram manter o alto custo de vida e mudaram-se para as regiões periféricas, comprando lotes baratos. O segundo grupo era de agricultores que migraram da zona rural de Porto Alegre para o centro urbano da capital, retornando para suas unidades de produção, devido a mesma razão do primeiro grupo.

Na década de 1990, as atividades agrícolas desenvolvidas na zona sul, desde o processo de mecanização agrícola, são a pecuária de pequeno porte, o cultivo de olericultura. Entre 1980 e 1990 os agricultores vendiam suínos e leite para indústrias de processamento da região e os hortifrúteis e frutíferas eram vendidos para o mercado local, em feiras e para a CEASA. O município foi um forte produtor agrícola, mas acabou perdendo espaço para outros municípios da região metropolitana (FAUTH, 2002). A produção mantinha a força de trabalho familiar e as técnicas de produção eram a agricultura convencional mecanizada, entretanto a agroecologia começou a ganhar destaque (FAUTH, 2002).

Na década de 2000, a população rural da capital era equivalente a 2,62% de habitantes (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001). O declínio desta atividade em Porto Alegre aconteceu devido ao crescimento das atividades não-agrícolas, que tornaram-se importantes para o desenvolvimento (urbano) na região. Entre as atividades não-agrícola destacavam-se os serviços, entre eles a instalação de sítios de lazer, hotéis para animais, pousadas e outras atividades sociais. Além deste

crescimento de serviços, as atividades produtivas agropecuárias estavam em processo de estagnação, principalmente a pecuária de leite, olericultura e fruticultura. Entre as atividades agrícolas que conseguiram se manter, estão as de base ecológica.

Em 2010, com o avanço das grandes construtoras, houve ainda mais redução dos estabelecimentos agrícolas. Este fenômeno fez com que os agricultores acreditassem que o futuro do rural de Porto Alegre era de redução progressiva dos espaços destinados à atividade agrícola (KOZENIESKI, 2010). Diante deste cenário podemos observar que as mudanças vivenciadas no espaço rural e na agricultura do município de Porto Alegre foram grandes assim, no Quadro 11 pode-se observar o resumo dos fatores que influenciaram a agricultura em Porto Alegre, entre os anos de 1935 e 2010.

Quadro 11 – Fatores urbanos que influenciaram a agricultura em Porto Alegre

1935	Porto Alegre foi agrícola até 1935. A população era de sesmeiros, açorianos e outros imigrantes. O porte dos estabelecimentos era intermediário e pequeno. A produção era a criação de gado e de pequenos animais, além da policultura.
1950	Com a urbanização do município houve a construção de novos eixos. A agricultura permaneceu no sistema de rotação de cultura e a produção agrícola ficou estagnada. A estrutura fundiária era intermediária e pequena (chácaras) e a mão de obra mantinha-se familiar.
1960	Havia 99 unidades de produção rural em Porto Alegre. Com o início da mecanização agrícola foram introduzidas máquinas e insumos. Os agricultores que não conseguiram se mecanizar, mantiveram as práticas artesanais. Os produtos eram vendidos para a CEASA. Com a urbanização, fábricas de beneficiamento foram instaladas na zona sul (suínos e laticínios).
1970	Houve o declínio da produtividade agrícola, devido ao esgotamento do solo, e da pecuária de corte. Houve a intensificação da mecanização e do uso de insumos. A economia primária recebe estímulo do governo federal para plantar soja e trigo no país. A mecanização não foi possível para os agricultores que precisaram priorizar a aquisição das glebas. O êxodo rural foi em decorrência à procura de trabalho nos centros urbanos. Ainda havia criação de gado e pequenos animais.
1980	Os agricultores retornaram às suas unidades porque o custo de vida na cidade era alto.
1990	A agricultura perdia espaço para outros municípios da região metropolitana.
2000	A população rural equivalia a 2,62% de habitantes. A redução da população foi em decorrência do crescimento das atividades não-agrícolas.
2010	Avanço das grandes construtoras.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Kozenieski (2010), Porto Alegre (2012), Klein (2016), Souza e Müller (2007), Mertz (2002), Haetinger e Matte (1961), Schneider e Waquil (2001) e Fauth (2002).

4.1.2 A evolução da agricultura de base ecológica em Porto Alegre

Nos anos de 1970, a motivação dos agricultores para ingressarem na agricultura de base ecológica foi a insatisfação com o padrão convencional e influenciados pelas organizações de base ecológica (RAMOS et al., 2013). As organizações iniciaram com os consumidores inconformados com a contaminação dos alimentos por resíduos químicos, que formaram o movimento chamado Pró-Agroecológico, a fim de criar um mercado onde alimentos de base ecológica pudessem ser comercializados. Para tanto, as famílias se uniram ao movimento, no final da década, iniciando o processo de transição. Como consequência, houve o aumento da oferta e demanda por regularidade na entrega dos produtos. A solução que agricultores encontraram foi através da organização de grupos de agricultores (RAMOS et al., 2013).

Já nos anos de 1980, os grupos da agricultura de base ecológica criaram cooperativas, associações e feiras, a fim de aprimorar a distribuição de seus produtos. Os pioneiros foram a Cooperativa dos Produtores Ecológicos de Porto Alegre Ltda. - ARCOOÍRIS; a Associação dos Consumidores e Feirantes Ecológicos do Rio Grande do Sul - ACONFERS e a Feira Ecológica Tupambaé, que foi a precursora da Feira dos Agricultores Ecologistas - FAE, em 1989 (RAMOS et al., 2013). Assim, em decorrência do crescimento do mercado de base ecológica na capital, discussões sobre agroecologia se iniciaram, em meados dos anos de 1990. Os sistemas de produção de base ecológica ganharam destaque restituindo a agricultura familiar (FAUTH, 2002).

A distribuição, da produção, era feita principalmente nas feiras, sendo o melhor canal de venda. Novos canais de distribuição não foram abertos em função do alto custo de operacionalização (SCHULTZ, 2000). Esta mobilidade urbana possibilitou o aumento da comercialização dos produtos de base ecológica. Porém, segundo Schultz (2002), a ausência da certificação orgânica era uma barreira para a diversificação de canais de venda dos produtos de base ecológica. A certificação facilitava a abertura de canais de distribuição, sendo adquirida através da formação de Organizações de Controle Social - OCS's e de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade - OPAC's. Recentemente, com o auxílio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul – EMATER/RS foi

criado o OPAC/RAMA - Rede Agroecológica Metropolitana, com quarenta produtores de Viamão e Porto Alegre (RAMOS et al., 2013). (APÊNDICE D)

Foi através de um modelo inédito de certificação, baseado em valores como autonomia e colaboração, que a Rede Ecovida, fundada em 1998, auxiliou os agricultores de base ecológica a adquirirem seus certificados. A Rede Ecovida certificava através do processo “participativo em rede” e metodologia participativa, promovendo credibilidade e reduzindo custos, contrapondo-se ao modelo de auditoria por inspeção externa (ECOVIDA, [2016]). O Quadro 12 apresenta a síntese da evolução da agricultura de base ecológica em Porto Alegre, desde 1970 até a atualidade.

Quadro 12 – A evolução da agricultura de base ecológica em Porto Alegre

Período	Fatores
Anos 1970	O mercado de produtos de base ecológica foi criado a partir do movimento chamado Pró-Agroecológico.
	Criação da Associação Macrobiótica.
	Criação da COOLMEIA.
	Formação de grupos de agricultores para oferecer produtos regulares pela demanda do mercado.
Anos 1980	Foram criadas cooperativas, associações e feiras, a partir dos grupos.
	Criação da ARCOOÍRIS.
	Associação dos Consumidores e Feirantes Ecológicos do Rio Grande do Sul (ACONFERS)
	Criação da FAE.
Anos 1990	Início das discussões sobre agroecologia. Criação das associações: APEL; APRESUL; Essência da Terra; Herdeiros; Jeito Natural; Portal da Mãe Terra; Pró-Lami e Quilombo dos Alpes.
	Técnica de comercialização modos operandi legitimados.
	Canais de vendas: feiras, entreposto, cooperativas.
	Mercado: formalização através das cooperativas.
	Distribuição: Principal canal de venda era a feira. Custo alto de operacionalização para abertura de novos canais.
	Produtos: sem padronização
	Certificação: facilitador para a abertura de canais de distribuição. Ausência da certificação orgânica era uma barreira para venda.
	Fundação da Rede Ecovida.
Criação dos OCS's, OPAC's, OPAC.	
2010	Distribuição: a mobilidade urbana possibilitou o aumento da comercialização.
Hoje	Distribuição: abertura de canais alternativos de distribuição.
	Produtos: o consumidor não está satisfeito com os preços mais altos que o alimento convencional, que limita o mercado.

Período	Fatores
	Produtos nas feiras: há variedade, similaridade e quantidade.
	RAMA - 40 produtores de Viamão e Porto Alegre

Fonte: Elaborado pela autora com base em Schultz (2000), Kozenieski (2010) e Ramos et al. (2013).

4.1.2.1 Os fatores da agricultura que interferiram na agricultura de base ecológica em Porto Alegre

Os fatores gerados dos fatos históricos da agricultura na área de estudo que interferiram na agricultura de base ecológica em Porto Alegre, resultaram em três ciclos. O primeiro ciclo aborda as transformações do espaço rural, desde a promoção da hegemonia agrícola às estratificações dos espaços rurais, fundamentado no enraizamento econômico (POLANYI, 2000). O segundo ciclo aborda a transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica, fundamentada no contra-movimento (POLANYI, 2000). Por fim, o terceiro ciclo aborda a intensificação da regulamentação, fundamentado no papel do Estado.

O primeiro ciclo se caracteriza pela transformação do espaço rural em um ambiente heterogêneo, como resultado das interações entre os agricultores, que são sujeitos binários - ora endógenos, ora exógenos - e os mercados agrícolas, que são ambientes econômicos. Da mesma forma, os sistemas de produção de base ecológica enfatizam o potencial endógeno - ecológico e humano - que está associado aos sistemas econômicos e às unidades de produção familiares. Ou seja, ao mesmo tempo em que a heterogeneidade dos sujeitos transformou os espaços rurais, o modelo produtivista é transformado em sistemas agrários sustentáveis.

De acordo com Caporal e Costabeber (2014a) o conceito de Agricultura de Base Ecológica é a aplicação dos princípios da Agroecologia para a transição do modelo produtivista para os sistemas de produção sustentáveis, e de acordo com base nestes pressupostos os agricultores de base ecológica de Porto Alegre pautaram sua transição. Estes consideram tais práticas agrícolas (ecológicas), como necessárias por fazerem uso da criatividade para a solução de problemas na atividade, bem como evidencia da qualidade e não a quantidade, à suficiência e não à eficiência, conforme depoimento:

[...] quando a gente vem da (agricultura) convencional e passa para o orgânico, [...] pensa em lucro, pensa em quantidade. [...] e quando a gente vai para o ecológico [...] tem que se preocupar com a qualidade, e não com a quantidade. [...] isto é uma mudança muito grande! (Fala de EP4, 73 anos, agricultor).

É importante ressaltar que os agricultores deste estudo denotam atenção aos problemas ambientais causados pela agricultura convencional, bem como o desperdício de alimentos que estão fora dos padrões do mercado de produtos agrícolas convencionais. Desta forma foi possível observar a heterogeneidade dos sujeitos, a qual interferiu na dinâmica hegemônica do mercado agrícola, através da interação entre os interesses individuais dos agricultores e as novas demandas de mercado, por meio de um novo sistema de atividade agrícola, a partir dos princípios ecológicos.

O segundo ciclo aborda a transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica, fundamentada no contra-movimento. Este conceito manifesta a institucionalização das organizações que podem romper com a ordem econômica e descentralizar as estruturas do Estado. Sob este prisma, a partir dos anos de 1970, quando as discussões ambientais tiveram início, em Porto Alegre as organizações sociais (consumidores e ambientalistas) iniciaram o movimento ecológico, influenciando os agricultores (RAMOS et al., 2013).

O terceiro ciclo aborda a intensificação da regulamentação na agricultura de base ecológica, ou seja, dos mercados. A partir da fundamentação teórica de Adaman e Madra (2002), de que, quando o contra-movimento não atende as demandas sociais através do Estado, o mercado pode atendê-las. Portanto, é possível que a sociedade responda aos interesses do mercado, tornando o interesse individual em comportamento heterogêneo, transformando o comportamento em variável do mercado e dificultando as explicações sobre os fenômenos econômicos passados e as previsões futuras. Portanto, os contratos inibem a heterogeneidade dos sujeitos e as especificidades institucionais dos contratos, buscando a globalização e a regionalização, através da instauração de padrões comportamentais que estruturam o mercado (ADAMAN; MADRA, 2002).

A intenção inicial dos agricultores de Porto Alegre era mudar o padrão de mercado instaurado pela agricultura orgânica. Desde os anos de 1980, o mercado de produtos de base ecológica se institucionalizava, por meio da feira ecológica do Bom Fim, a FAE. A partir de então, este segmento de mercado cresceu, tornando a

formalização necessária, passando por três estágios. No primeiro estágio, entre os anos de 1980 e 1990, tiveram início discussões sobre agroecologia e foram criadas as associações e a FAE. Neste período, não havia padronização dos produtos. A primeira formalização do mercado foi através das cooperativas (SCHULTZ, 2000) e, posteriormente, através da criação dos OCS's e OPAC's (RAMOS et al., 2013).

No segundo estágio, a partir de 2008, foi instaurada a regulamentação sobre a produção e comercialização dos produtos de base ecológica, através da Instrução Normativa Nº 64, do MAPA, para unidade de produção que produzissem e beneficiassem produtos vegetais nas agroindústrias da zona rural de Porto Alegre. Em 2011, foi instaurada RAMA, e em 2016, os agricultores sem certificação orgânica foram excluídos da FAE, permanecendo somente os certificados pela OPAC-RAMA (RAMOS et al., 2013).

No terceiro estágio, a partir dos anos de 2010, é estabelecida a normatização do ponto de vendas. Em 2012, a SMIC estabelece a disciplina das Feiras Ecológicas no Município de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2012).

4.1.2.2 Os agricultores e a atividade agrícola de base ecológica

Este estudo apurou que dos oito agricultores entrevistados residentes na MZ8, dos bairros Lami (EP2, EP3, EP4 e EP5), Lajeado (EP1), Campo Novo (EP6), Belém Novo (EP7) e Estrada Aberta dos Morros, são migrantes de outras regiões do estado e do país, sendo que são herdeiros, que moram no mesmo local por gerações. Dos migrantes, a grande maioria comprou a unidade de produção, a partir dos anos de 1985, e apenas um entrevistado arrenda a unidade, desde 2007. As unidades de produção dos herdeiros são decorrentes do fracionamento de propriedades maiores, herdada pelos agricultores.

Em relação à ascendência, os entrevistados foram organizados em três grupos. O primeiro grupo é formado por agricultores mais velhos, entre 66 e 75 anos, que são a quarta geração na atividade (bisavôs, avôs, pais, filhos). O segundo é formado por agricultores de idade intermediária, entre 35 e 65 anos, que são a primeira geração a ingressar na agricultura (em torno de 25 anos). O terceiro grupo é formado pelos mais jovens, entre 20 e 34 anos, que são a segunda geração (pais e filhos).

Em relação à escolaridade, os entrevistados têm curso superior e idade entre 25 e 55 anos; têm formação educacional fundamental e idade entre 65 e 75 anos de idade e têm curso técnico e idade entre 20 e 65 anos. Pode-se dizer que alguns dos agricultores mais velhos, idade entre 65 à 75 anos, ou seja, não tiveram a oportunidade de se educar formalmente, porque na sua infância não havia escolas na região.

Em relação às atividades realizadas antes de ingressar na agricultura de base ecológica, a metade dos agricultores sempre esteve em contato com a atividade agrícola, ou porque iniciou a atividade desde criança (agricultores mais velhos), ou porque ingressou atividade recentemente, sendo o “primeiro emprego” (agricultores mais jovens). Por outro lado, o restante dos entrevistados tinham outras atividades não-agrícolas antes de iniciar na agricultura de base ecológica. As atividades eram diversas, como empresário, publicitário, militar e administrador de empresas.

Em relação à sucessão, o agricultor sucessor é jovem e já assumiu o papel dentro da unidade de produção, mantendo a atividade agrícola para fins de abastecimento alimentar, bem como o turismo rural. Dos entrevistados, os agricultores que não terão sucessores é devido ao fato de que seus filhos não estão na atividade agrícola. Estes agricultores transformaram as unidades de produção em lotes como herança para os descendentes. Os entrevistados que não responderam foi porque não sabe o futuro de seus descendentes.

O Quadro 13 apresenta uma síntese com os dados que compõe o perfil dos agricultores entrevistados.

Quadro 13 – Perfil dos agricultores entrevistados

Entrevistado	1	2	3	4	5	6	7	8
Idade	56	27	67	73	19	65	53	36
Escolaridade	S	S	F	F	T	T	T	S
Antecedência na agricultura	3ª	2ª	3ª	3ª	2ª	1ª	2ª	1ª
Atividade antes da agricultura	Empresário	Auxiliar Agrícola	-	-	Estudante	Aposentado	Militar	Administrador
Procedência	M	M	L	L	L	L	M	L
Local da propriedade	Lajeado	Lami	Lami	Lami	Lami	Campo Novo	Belém Novo	Aberta dos Morros
Forma de aquisição da propriedade	comprou	comprou	herança	herança	herança	arrendou	herança	comprou
Força de trabalho	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar e temporária	Familiar
Ano de entrada na feira	2010	2006	1999	2000	2009	2005	2016	2016

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas de campo (2017).

Nota: Escolaridade: F - Ensino fundamental; S – Ensino Superior; T – Ensino Técnico. Ascendência: 1ª- Primeira geração; 2ª - Segunda geração; 3ª - Terceira geração. Atividade antes da agricultura: EMP – Empresário; AUX AGR - Auxiliar agrícola; NT - Não tinha (era criança); EST – Estudante; APS – Aposentado; MIL – Militar; ADM – Administrador de Empresas. Procedência: M – Migrante; L – Local. Forma de aquisição da propriedade: COM – Compra; HER – Herança; ARR- Arrendamento. Tipo de mão de obra da unidade de produção: F – Familiar; T – Temporária. Sucessão: SR - Sem resposta; S - Sucessor; SS - Sem sucessor; CS – Com sucessor.

Em relação à força de trabalho da unidade de produção, a mão de obra é familiar, podendo ser contratada por serviço temporário, Neste caso, são os agricultores que estão em processo de transição da agricultura convencional para a de base ecológica, mantendo a contratação de serviços temporários, além da mão de obra familiar.

Em relação à aquisição de conhecimento dos agricultores, pode-se dizer que está embasada na heterogeneidade, como resultado da mescla entre o conhecimento formal (especializado e acadêmico) e o conhecimento subjetivo (prático e popular). Considerando que o conceito de agricultura de base ecológica visa à aplicação dos princípios da agroecologia nas práticas agrícolas, bem como o uso de métodos participativos e a integração do saber dos agricultores (Caporal e Costabeber, 2004b), foram apurados quatro tipos de conhecimentos¹ utilizados pelos agricultores, sendo que dois são conhecimentos formalizados e dois são conhecimentos institucionalizados.

O primeiro conhecimento formalizado é o conhecimento técnico especializado, adquirido através da assistência técnica, em decorrência da necessidade de implantar as práticas da agricultura de base ecológica para a aquisição da certificação orgânica. Além disso, este conhecimento foi necessário para alcançar maior produtividade, em decorrência da ampliação do mercado, assim como para a recuperação do solo, devido aos danos causados pela agricultura convencional. Para os agricultores entrevistados, o conhecimento técnico evita equívocos e qualifica o manejo tradicional. O segundo conhecimento formalizado é o acadêmico, que, para os agricultores com este conhecimento, o processo de certificação não trouxe nada de novo, apenas gerou mais trâmites formais, conforme depoimento:

¹ Neste estudo as denominações de conhecimento foram embasadas a partir das análises da pesquisa de campo, tendo em vista as abordagens formalista e substantivista, estando desvinculadas aos debates teóricos acerca das formas de construção do conhecimento, bem como as respectivas definições

O meu contato com os meus colegas na Agronomia (na faculdade), em grande parte, era da agricultura convencional. Eu aprendi muita coisa com eles! Ninguém está nesta vida porque quer. Não é questão de opção. É sempre bom analisar a história de vida de cada um. (Fala de EP2, 27 anos, agricultor, agrônomo).

O primeiro conhecimento institucionalizado é o conhecimento popular que foi adquirido pelos agricultores nas relações interpessoais durante as feiras, onde há troca de experiências, conhecimentos e informações de mesmo interesse. Os agricultores entrevistados consideram esta troca mais importante do que a lucratividade da feira. O segundo conhecimento institucionalizado é o conhecimento adquirido com a experiência prática. Para os entrevistados que tiveram sua formação profissional apoiada nas vivências práticas, o processo de certificação foi considerado por eles distante da prática tradicional, conforme relato:

Eu tenho uma sabedoria. [...] A gente tem uma vivência. Aproveitar o momento, as chances que a gente tem na terra. A terra que está nos dando oportunidade. (Fala de EP3, 67 anos, agricultor).

4.1.3 A expansão urbana sobre o rural em Porto Alegre: a evolução do planejamento urbano municipal em prol da agricultura de base ecológica

Esta subseção tem por objetivo descrever a ocupação do espaço e o avanço urbano em Porto Alegre; as alterações do Plano Diretor; os principais estudos que embasaram as alterações do Plano Diretor; as características do zoneamento municipal e o entendimento dos agricultores sobre o papel da gestão pública.

4.1.3.1 A urbanização da zona sul

Na década de 1930, os esforços econômicos municipais em Porto Alegre estavam voltados para o aumento da infraestrutura da cidade, no entorno do porto. O porto era o precursor econômico local, porque escoava a produção agrícola da região, vinda das colônias alemãs e italianas (MERTZ, 2002).

Neste período, a cidade cresceu de forma radial, a partir do porto, sendo necessária a construção de eixos rodoviários para atender o crescimento urbano. Assim, os principais eixos de expansão do centro para a zona sul eram a Estrada da Cavalhada e a Estrada da Cascata (atual avenida professor Oscar Pereira). A

estrada da Cascata seguia em direção sul, até o bairro Belém Velho, enquanto que a Avenida Teresópolis se dirigia ao bairro Belém Novo (SOUZA; MÜLLER, 2007). A construção destes eixos foi importante para a região sul, sobretudo para o escoamento da produção agropecuária. Porém, o sistema de radiais permaneceu sem a integração com as perimetrais, mantendo os vazios urbanos nestas regiões.

Até 1940 o porto foi muito importante para o crescimento da capital por escoar a produção da região, porém, não teve melhorias. A partir deste período houve a ampliação do porto, a construção das Avenidas Mauá e Farrapos e a pavimentação dos acessos centrais de Porto Alegre (SOUZA; MÜLLER, 2007). Neste processo de infraestrutura em torno do centro da cidade, evidencia o quanto a zona sul ainda era remota na década de 1940.

Segundo Ricardo (1971), citado por Mertz (2002), a expansão da cidade se intensifica, sendo necessários investimentos em infraestrutura. Na década de 1950 o número de habitantes em Porto Alegre era um pouco mais de 394 mil habitantes que representavam 9,46% da total do estado, e neste ano a taxa de crescimento populacional foi 3,80% em relação a década de 1940. Com a industrialização da zona norte da capital, nos anos 1960 e 1970, os investimentos municipais estavam voltados para a infraestrutura desta área, porque a população da região aumentou em uma taxa de 5,00% e 3,23% respectivamente, em razão da demanda por trabalhadores nas fábricas (RICARDO, 1971, *apud* MERTZ, 2002).

A partir de 1970, a população avança para a região periférica. O crescimento da região metropolitana aconteceu porque o custo de vida da capital era mais elevado que as cidades periféricas, que dificultou a permanência dos migrantes provenientes de outros municípios do Estado (STROHAECKER, 2004). Por esta razão, a ocupação espacial da zona sul foi intensificada.

Com a urbanização expandindo para a zona rural de Porto Alegre, em 1975 foi elaborado o Decreto nº 5162, que define o último perímetro da área urbana denominado de extensão "D". Esta extensão, na direção sul, segue até a ponta de Serraria e contorna a zona rural, até a Avenida Bento Gonçalves, nas proximidades de Viamão (SOUZA; MÜLLER, 2007). Em 1979, o Plano Diretor aprova o perímetro legal dos bairros Serraria, Teresópolis e Tristeza, bairros localizados na zona sul de Porto Alegre, reduzindo consideravelmente a área rural.

Nos anos de 1990, a zona sul de Porto Alegre dispunha de espaços vazios, totalizando 866 hectares (MENEGAT et al., 1998). Entre 1991 e 1996 houve um

aumento da população rural de Porto Alegre de 113% (MENEGAT et al., 1998). Em 2005, com a ampliação da atual Avenida Juca Batista, antiga estrada de Belém Novo, e sendo construída a III Perimetral, a urbanização em direção à zona sul aumentou ainda mais. A ocupação da região se deu pela construção de loteamentos, a partir de 2010, houve o avanço das grandes construtoras na região (KOZENIESKI, 2010).

Entre 2005 e 2012, na cidade rurubana foram listados quarenta e quatro empreendimentos como “em fase de aprovação” ou “já aprovados” (PORTO ALEGRE, 2014). Estes empreendimentos instalados na Área de Ocupação Rarefeita têm ocasionado impactos negativos, pois densificaram as áreas de produção primária e desequilibram o ambiente natural.

Em 2010, com o avanço das grandes construtoras, houve significativa redução dos estabelecimentos agrícolas. Este fenômeno fez com que os agricultores acreditassem que o futuro do rural de Porto Alegre era de redução progressiva dos espaços destinados à atividade agrícola (KOZENIESKI, 2010).

Atualmente, a área de Porto Alegre é de 496,64 Km² e a área da zona sul é de 225,47 km², cerca de 48% da área total do município (PORTO ALEGRE, 2012). É na zona sul que está o espaço para a zona rural e o espaço para a preservação ambiental, os quais somam 17 mil hectares, sendo seis mil para a agricultura. O Quadro 14 apresenta o resumo desta discussão, tratando dos fatores da urbanização.

Quadro 14 – Fatores da urbanização

Período	Fatores da Urbanização
1930	Os investimentos estavam voltados para o aumento da infraestrutura urbana da cidade. Com a expansão da cidade foi necessária a construção de eixos rodoviários, para escoamento da produção agropecuária, do centro para a zona norte.
1940	Houve a ampliação do porto e a construção das avenidas Mauá e Farrapos.
1950	Havia mais de 394 mil habitantes, que representavam 9,46% do total do estado. Parte deles vinha para suprir a demanda por mão de obra das fábricas.
1970	A população avança para a região periférica, sendo criada a extensão “D”. Em 1979, o Plano Diretor aprova o perímetro legal dos bairros localizados na zona sul de Porto Alegre, reduzindo consideravelmente a área rural.
1990	Havia espaços vazios, totalizando 866 hectares. Entre 1991 e 1996 houve um aumento da população rural de Porto Alegre de 113%.
2000	Em 2005, foi construída a III Perimetral, expandindo a urbanização na direção sul e aumentando ainda mais a construção de loteamentos.
2010	Houve o avanço das grandes construtoras na região.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Mertz (2002) e Ricardo (1971).

4.1.3.2 A evolução do Plano Diretor de Porto Alegre e a relação com a agricultura

Esta seção aborda a evolução do Plano Diretor, bem como os estudos que serviram para seu embasamento considerando o 1º Plano Diretor de Porto Alegre; o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA).

O Plano Diretor Municipal é uma ferramenta política capaz de planejar a organização, o desenvolvimento e a expansão urbana, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos. O primeiro Plano Diretor de Porto Alegre foi implantado no fim dos anos de 1950, no qual o crescimento vertical da cidade foi evidenciado (BELLO, 2006). Este plano foi necessário porque a capital edificava prédios públicos e estabelecia rede de serviços, como habitação popular, transporte coletivo e saneamento, principalmente nas regiões central e norte, onde havia demanda em consequência da povoação².

Com o crescimento regional e a metropolização, em 1979, foi instaurado o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que considerava 70% do território do município como Zona Urbana e estava subdividida em duas áreas: (1) Área Urbana de Ocupação Intensiva - AUOI e (2) Área Urbana Ocupação Extensiva – AUOE ((APÊNDICE E). Portanto, a área rural representava 30% do território municipal, sendo 20% em território continental e 10% nas ilhas. Estes 20% de Zona Rural continental não eram estruturados apenas por unidades com funções produtivas rurais, mas também por áreas definidas de Área de Preservação Permanente (PORTO ALEGRE, 2014).

No PDDU as unidades rurais de comércio e de subsistência estavam localizadas nas áreas urbanas e nas áreas rurais legais. Porém, os sítios de lazer, as moradias isoladas e as ocupações irregulares também estavam em áreas rurais legais (PORTO ALEGRE, 2014). Para evitar a remoção das habitações irregulares, em 1990, a Lei Orgânica de Porto Alegre constituiu a permanência dos moradores em espaços que já estivessem instalados, independente das orientações do Plano Diretor (PORTO ALEGRE, 2014).

² Assim como a densidade demográfica da capital aumentava, aumentava também a dos municípios vizinhos, devido às migrações internas e as emancipações municipais foram impulsionadas. Como consequência, houve a construção da malha viária que interligava a capital aos demais municípios próximos, o que impulsionou ainda mais a migração para a capital. A fim de organizar a ocupação espacial e distribuir serviços e equipamentos públicos, foi instituída, em 1973, a Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA (PORTO ALEGRE, 2017).

Em 1999, foi aprovada a Lei Complementar nº 434/1999, que instaurou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA. O plano passou por um longo processo de desenvolvimento, de 2003 a 2010, com texto legal publicado em 2012 (PORTO ALEGRE, 2014). O PDDUA considerou todo o município como “urbano legal”, dividindo o território em duas grandes áreas: (1) Área de Ocupação Intensiva - AOI e (2) Área de Ocupação Rarefeita - AOR (PORTO ALEGRE, 2014) (APÊNDICE E). O plano desenvolveu a gestão territorial municipal integrada, considerando que “tudo é cidade”, tanto urbana, quanto rural. Assim, Porto Alegre foi definida como “cidade rururbana” (PORTO ALEGRE, 2014).

Em 2015, através da Lei Complementar Nº 775/2015, a Prefeitura Municipal institui a zona rural no município de Porto Alegre e cria o Sistema de Gestão da Política de Desenvolvimento Rural – SGPDR (PORTO ALEGRE, 2015). As alterações do Plano Diretor de Porto Alegre, portanto, são apresentadas em síntese, conforme demonstra o Quadro 15.

Quadro 15 – Alterações do Plano Diretor de Porto Alegre

Período	Alterações do Plano Diretor
1950	No fim da década foi instituído o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre.
1979	Foi instituído o PPDU: AUOI e AUOE.
1999 - 2012	Foi instituído o PDDUA: AOI e AOR.
2015	Foi instituída a Zona Rural e cria o Sistema de Gestão da Política de Desenvolvimento Rural.

Fonte: Elaborado pela autora conforme Bello (2006), Monteiro (2004) e Porto Alegre (2014).

4.1.3.3 A relevância dos estudos das Secretarias Municipais de Porto Alegre para o desenvolvimento sustentável da zona sul e a permanência da agricultura de base ecológica no município

Os estudos realizados pelas Secretarias Municipais de Porto Alegre tinham como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da zona sul e a permanência da agricultura na capital. Portanto, fez-se necessária a abordagem destes estudos para contextualizar esta seção que são o Diagnóstico do Meio Rural; o estudo denominado de Bases do Plano Estratégico da Zona Sul e o estudo “Urbano, rural, rururbano: considerações da Supervisão do Desenvolvimento Urbano – SMURB para a discussão do disposto no Artigo 141 da LC nº 646/ 2010”.

Em 1994, foi realizado o estudo denominado Diagnóstico do Meio Rural do Município de Porto Alegre, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio – SMIC. Através do estudo, a área de produção foi definida em 80% do território do município (HAUSCHILD, [2012]). Foram analisadas 813 unidades, sem incorporar loteamentos clandestinos ou irregulares. Neste diagnóstico foram identificados quatro tipos de unidades que são para a produção e para o comércio; para moradia e/ou subsistência; para lazer (sítios) e outras (PORTO ALEGRE, 2014).

Estas propriedades estavam geograficamente dispersas pelo território, misturando-se com clubes, templos religiosos, pequenos comércios, vilas populares e loteamentos, sendo necessários investimentos de infraestrutura. Em virtude disto, foi possível incorporar o turismo como atividade econômica (PORTO ALEGRE, 2014). O diagnóstico também indicou que 52,3 % da população do meio rural encontrava-se em unidades destinadas à subsistência e não à produção agropecuária (PORTO ALEGRE, 2014). Por esta razão, em 1995, a Lei Complementar nº 338 proibiu a implantação de novos empreendimentos habitacionais na AOR (PORTO ALEGRE, 2014).

Entre 2008 e 2010, foi desenvolvido o estudo denominado Bases do Plano Estratégico da Zona Sul, sob a coordenação da Secretaria do Planejamento Municipal - SMP e participação de organismos multidisciplinares Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, comunidades locais e representantes da sociedade organizada. O objetivo principal era definir diretrizes e implantar o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8 – MZ8, considerando a conservação do ambiente natural, a mitigação dos impactos da ocupação habitacional irregular e a indicação de ações estratégicas para promoção do desenvolvimento sustentável (PORTO ALEGRE, 2012).

Entre os aspectos do plano estratégico, dois se destacaram. O primeiro foi o reconhecimento espacial, através de um Sistema de Macrozonas e o segundo foram as diretrizes para desenvolvimento sustentável, através da gestão participativa. Por meio do reconhecimento espacial foi possível identificar as zonas de uso da AOR, a fim de manter as características de baixa densidade, que são a Área de Proteção ao

Ambiente Natural – APAN; a Área de Desenvolvimento Diversificado; o Corredor Agroindustrial e a Área de Produção Primária³.

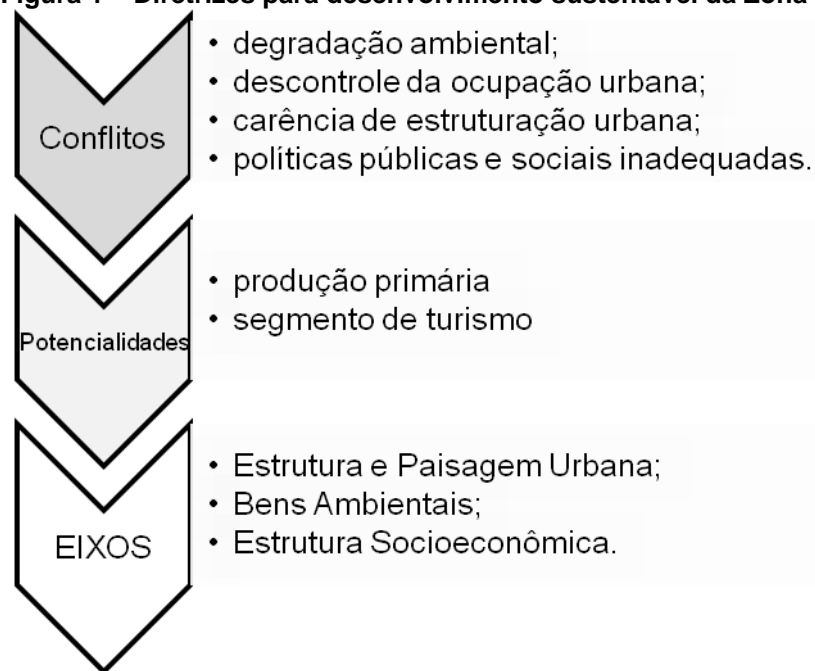
Por meio do processo de gestão participativa foi possível a identificação de conflitos e de potencialidades que impactavam diversos aspectos da zona sul, entre eles a atividade agrícola. Os conflitos que impactavam a atividade agrícola foram a degradação ambiental; o descontrole da ocupação urbana; a carência de estruturação urbana e as políticas públicas e sociais inadequadas. Por outro lado, as potencialidades que impactavam a atividade agrícola foram a produção primária e o segmento de turismo. Deste resultado, foram definidas diretrizes, as quais foram organizadas em três eixos temáticos que foram a Estrutura e Paisagem Urbana; os Bens Ambientais e a Estrutura Socioeconômica. Estes eixos foram indicações para aprimorarem políticas públicas, a fim de alcançar o desenvolvimento da zona sul (PORTO ALEGRE, 2012) (APÊNDICE F).

O esquema, da Figura 1, representa o processo de gestão participativa que resultou na identificação de conflitos e de potencialidades e que gerou as diretrizes para a definição dos três eixos temáticos⁴.

³ Em 1994, a Lei Estadual nº 10.116, Artigo nº 12, que se refere ao desenvolvimento urbano, considera o espaço urbanizado, total ou parcialmente, aquele que tenha dois dos seguintes equipamentos instalados: (1) pavimentação pública; (2) rede de água potável; (3) rede de energia elétrica; (4) iluminação pública; (5) rede de esgoto sanitário e (6) sistema de drenagem pluvial (PORTO ALEGRE, 2014).

⁴ Em 2010, através da Lei Complementar nº 434/1999, que foi alterada pela Lei Complementar nº 646, a região é considerada Área de Ocupação Rarefeita – AOR, abrigando o patrimônio natural e as áreas de produção rural de hortigranjeiros. No mesmo ano, o PDDUA foi finalizado, incluindo na Área de Ocupação Rarefeita - AOR os Núcleos Intensivos Lageado, Boa Vista, Extrema e Jardim Floresta. Esta parcela da AOR foi integralizada na Área de Ocupação Intensiva - AOI, tornou incontestável a priorização das habitações. Esta aprovação contraria o princípio de contenção da ocupação urbana intensiva na Cidade Rururbana, de acordo com o PDDUA (PORTO ALEGRE, 2012).

Figura 1 – Diretrizes para desenvolvimento sustentável da Zona Sul

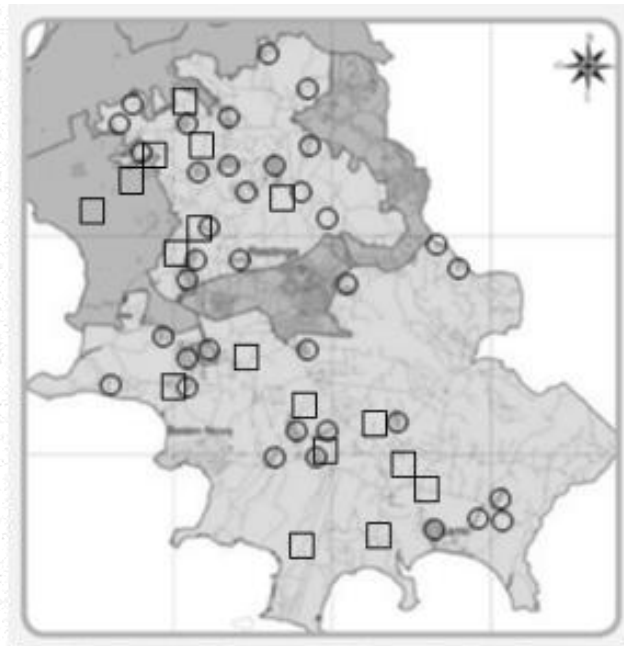


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre – SMURB (2014).

Em 2014, a Supervisão do Desenvolvimento Urbano – SDU, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SMURB, publicou o “Urbano, rural, Rururbano: considerações da Supervisão do Desenvolvimento Urbano – SMURB para a discussão do disposto no Artigo 141 da LC nº 646/ 2010”, desenvolvido ao longo de 2012, que forneceu informações para o debate sobre o uso e ocupação do solo para a Cidade Rururbana, conforme disposição do PDDUA (PORTO ALEGRE, 2014).

Conforme o estudo, o que mais impactava os agricultores eram as ocupações. As ocupações mencionadas foram a ocupação irregular ou clandestina por pessoas de baixa renda; a ocupação regular, porém, com alta densidade e a ocupação irregular em áreas de preservação, como as atividades agrícolas. A Figura 2 representa as ocupações irregulares, bem como as unidades de produção:

Figura 2 – Unidades de produção e ocupações irregulares da Zona Sul



- - Unidades de Produção
- - Ocupações irregulares

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secretaria Municipal de Planejamento de Porto Alegre - SMP (2012) e Caminhos Rurais de Porto Alegre (SMTUR, 2015).

Com crescimento urbano, surgiram as favelas. Como solução, houve a remoção destas para regiões periféricas, através da construção de núcleos habitacionais populares (MONTEIRO, 2004). Apesar da existência de áreas para novas habitações, denominadas Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS, havia moradias em locais irregulares, que eram destinados à atividade primária e à área de preservação, denominadas Áreas de Ocupação Intensiva - AOI. Com exceção da Reserva Biológica do Lami e das áreas de risco, prevaleceu sobre os zoneamentos a regularização das ocupações informais já consolidadas. Os loteamentos clandestinos em locais irregulares não dispunham de serviços e equipamentos urbanos, gerando prejuízo para o ambiente e para a atividade agrícola, pois todos dividiam o mesmo espaço (PORTO ALEGRE, 2014).

Os condomínios regulares com alta densidade também afetavam a produção primária. Estes condomínios dificultavam a mobilidade nas vias de acesso, prejudicando o escoamento da produção (PORTO ALEGRE, 2014). No entanto, os agricultores que estavam em locais impróprios, como as áreas de preservação,

também causavam danos. Mesmo que eles praticassem a agricultura de base ecológica, o manejo não poderia ser feito sem licenciamento.

Conforme as considerações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SDU, a atividade agrícola está permitida na AOR, no zoneamento denominado Área de Produção Primária. Porém, os limites territoriais não foram atualizados desde 1999 (PORTO ALEGRE, 2014). Assim, o retorno da zona rural em Porto Alegre foi possível em razão dos estudos realizados pelas secretarias, bem como as ações em relação à zona rural e à atividade agrícola, bem como as diretrizes dos projetos de desenvolvimento para a MZ8 e zona rural.

4.1.4 O entendimento dos agricultores sobre a urbanização da zona sul

A base teórica sobre os entendimentos da urbanização na zona rural foi o conceito de contra-movimentos (POLANYI, 2000; BLOCK; POLANYI, 2003), pois existe tensão entre o zoneamento, instaurado pela PMPA, e a exploração imobiliária, tornando a zona rural vulnerável. Segundo os agricultores entrevistados, mesmo com as medidas protetivas, tanto para a preservação da zona rural de Porto Alegre, como para a preservação de áreas naturais, há forte urbanização na região sul, além da exploração imobiliária na região.

Para eles, as áreas mais próximas aos aglomerados urbanos, com serviços públicos instalados, são rapidamente urbanizadas, havendo ocupação máxima do espaço. Em contrapartida, em áreas mais distantes, onde há carências de serviços, há urbanização. Entretanto, são espaços vazios propensos a urbanizar a ocupação, pondo em risco a permanência da agricultura no município.

Entre as áreas que sofreram intensa urbanização estão os bairros Lajeado e Lami. Para o agricultor que mora no bairro Lajeado, as áreas que não se alteraram com a urbanização foram as áreas protegidas, nas quais estão alguns agricultores da agricultura de base ecológica. As alterações das demais áreas foi em decorrência da construção de habitações, realizadas através do programa Minha Casa Minha Vida, reduzindo a área rural. Neste contexto está o bairro Lami, aumentou a população de baixa renda, afetando a mobilidade e o ambiente natural, pela insuficiência de serviços públicos para atender a demanda. Segundo os entrevistados, as unidades de produção para o abastecimento alimentar do Lami estão sendo destinados ao entretenimento, como canis, haras, hotéis de animais e

sítios de lazer para o turismo rural, [...] Uma cidade [...] se não for uma cidade será um canil em cada propriedade, ou cavalo, também [...]. (Fala de EP4, 73 anos, agricultor, herdeiro).

No Lami, o zoneamento ambiental é tão importante, quanto o zoneamento rural, segundo os entrevistados, pois a Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger é uma forma de evitar a excessiva urbanização, através dos órgãos ambientais que protegem esta área. Além disso, no caso do Belém Novo, não há uma tendência de urbanização, porque nesta região está a área destinada para a construção de uma unidade da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE/RS, bem como estão as áreas de grandes condomínios regulares e áreas de proteção ambiental. No caso de Campo Novo e da estrada Aberta dos Morros há bastante urbanização em áreas pontuais, segundo os agricultores entrevistados. Porém, há tendência de maior urbanização na Aberta dos Morros, pois os agricultores instalados na região estão fora dos limites da zona rural. O Quadro 16 apresenta a síntese desta discussão, abordando a urbanização da zona sul, conforme com os relatos dos agricultores entrevistados neste estudo.

Quadro 16 – A urbanização da zona sul

Tendência	Bairro Entrevistado	Fatores da Urbanização
Intensa urbanização	Lajeado EP1	Áreas foram retiradas da zona rural para a construção de habitações. Não há infraestrutura suficiente. Há difícil mobilidade desde 2009.
	Lami EP2, EP3, EP4 e EP5	A instalação de população de baixa renda aumentou, afetando a mobilidade e o ambiente. Não há saneamento suficiente. A criação de animais é para entretenimento. A Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger é uma forma de evitar a excessiva urbanização.
Não há tendência em urbanizar	Belém Novo EP6	Há espaço para a construção de uma Fase; Há grandes condomínios regulares; Há áreas de proteção ambiental.
Bastante urbanizada	Campo Novo EP7	Há tendência de maior urbanização; Os agricultores estão fora da limitação da ZR.
	Aberta dos Morros EP8	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas dos agricultores (2017).

Nota: Intensa urbanização: áreas mais próximas aos aglomerados urbanos e que já dispõem de serviços públicos. Fraca urbanização: áreas mais distantes, onde há carência destes serviços, porém, são ocupadas irregularmente

4.1.5 O entendimento dos agricultores quanto ao papel do Estado

Na fundamentação teórica um conceito importante para esta discussão foi o de contra-movimento, de Polanyi (2000). Entendendo que as reivindicações sociais organizados buscam gerar assistência social, promovida pelo Estado, através da legislação. Estes movimentos foram denominados por Polanyi (2000) de contra-movimentos. O contra-movimento é capaz de modificar as dinâmicas do mercado e as configurações políticas, através da participação do Estado e suas instancias, bem como organizações sociais e empresariais (BURAWOY, 2003). No caso da agricultura de base ecológica o engajamento político é fundamental, pois a falta dele pode desestabilizar a agricultura (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b). Tais pressupostos foram observados nas praticas e ações dos agricultores de base ecológica, já que estes se envolveram socialmente e politicamente para garantir o retorno da zona rural.

A PMPA, partindo do princípio da soberania social e da governança econômica, criou o zoneamento do território municipal. Porém, apenas o zoneamento não foi suficiente, segundo os agricultores entrevistados. Ainda é necessária a instalação de serviços e de equipamentos públicos (equipamentos de infraestrutura) que garantam aos agricultores e aos demais habitantes da zona sul condições mais adequadas à sobrevivência.

Conforme a LC, N° 775/2015, o papel da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA estabelece três segmentos estratégicos referentes ao zoneamento, como também referentes à situação socioeconômica e à promoção da produtividade e da rentabilidade. Para tanto, a Lei estabelece diretrizes para tais ações da gestão municipal que são estabelecer normas referentes ao zoneamento, ao uso do solo agrícola de terras sujeitas a intempéries, ou calamidades; criar planos, programas e projetos setoriais, para o levantamento das unidades rurais e da situação socioeconômica da população ativa vinculada à produção primária e agrupar as unidades rurais em unidades homogêneas de produção e a reorganizar as unidades existentes, promovendo melhor produtividade e rentabilidade, através de um processo de comercialização da produção sistêmico (PORTO ALEGRE, 2015). Apesar das diretrizes que esta Lei promove, foi importante nesta pesquisa a compreensão sobre a visão dos agricultores em relação ao papel do Estado.

Nesta pesquisa, a fim de compreender o posicionamento dos agricultores em relação ao governo municipal, foi questionado junto a eles sobre os entendimentos sobre a gestão municipal; a participação dos agricultores em movimentos políticos para o retorno da Zona Rural; os entendimentos dos entrevistados em relação à zona rural e as perspectivas que os agricultores têm sobre o futuro da zona rural.

Em referência ao primeiro questionamento, os agricultores expuseram que a gestão municipal deve promover mais incentivos à atividade, tendo em vista que estes foram maiores anteriormente. Segundo os entrevistados, havia incentivos para a aquisição de implementos agrícolas e atualmente não há, dificultando o aprimoramento da agroindústria. Além disso, os agricultores relataram dificuldades nos trâmites burocráticos, bem como a necessidade de fiscalização sistêmica, assistência técnica e participação das associações na fiscalização. Segundo eles, os processos burocráticos exigidos pela fiscalização devem ser simplificados, pois são bastante complexos para os agricultores. Isto ocorre devido à força de trabalho dos estabelecimentos agrícolas, que é familiar, não sobrando tempo suficiente para as exigências dos processos legais.

Por outro lado, a assistência técnica oferecida pela PMPA tem sido atuante nas orientações para a aquisição de certificações, como o SIM Vegetal (Serviço de Inspeção Municipal de Porto Alegre), que possibilitou a comercialização dos alimentos transformados e a expansão da agroindústria caseira. Segundo relatos dos agricultores, sem a ajuda técnica não seria possível cumprir os requisitos exigidos para a aquisição do SIM Vegetal, conforme relato:

O SIM (Vegetal) que o CAD montou para nós conseguirmos vender os transformados na agroindústria caseira. Nisto daí, teve muita participação. [...] começou a fechar o leque [...] as dificuldades foram se encaixando. (Fala de EP3, 67 anos, agricultor).

Outro ponto levantado pelos agricultores sobre a fiscalização foi que, para obter os resultados favoráveis na atividade, desde a produção até a comercialização, é necessário que haja um acompanhamento sistêmico da fiscalização. Ou seja, não basta haver fiscalização até a aquisição de selos, mas a permanência dela para que as práticas corretas sejam mantidas. Para tanto, segundo os entrevistados, a fiscalização deveria contar com a participação das associações dos agricultores e não apenas depender da assistência da PMPA. A

justificativa é que as associações estão em contato direto com os agricultores, o que facilitaria a gestão fiscal. Portanto, segundo eles, a PMPA está cumprindo com o papel fiscal, porém existem demandas a serem supridas.

Para os agricultores entrevistados, o mercado foi valorizado pela abertura de novas feiras em Porto Alegre, através da PMPA. Segundo eles, o trabalho da gestão municipal foi eficiente, ampliando o mercado de produtos de base ecológica em Porto Alegre e possibilitando o ingresso de novos produtores. A PMPA mostrou-se aberta ao diálogo para os agricultores o que, não obstante, pode ter influenciado a tomada de decisão da gestão municipal em relação ao retorno da zona rural. Desta forma, os agricultores se consideram engajados politicamente, empenhando-se pelos seus interesses. Por outro lado, alguns dos entrevistados acreditam que o retorno da zona rural é resultado paliativo, pois, mesmo com a delimitação de uma zona, não há como impedir a especulação imobiliária e a expansão urbana.

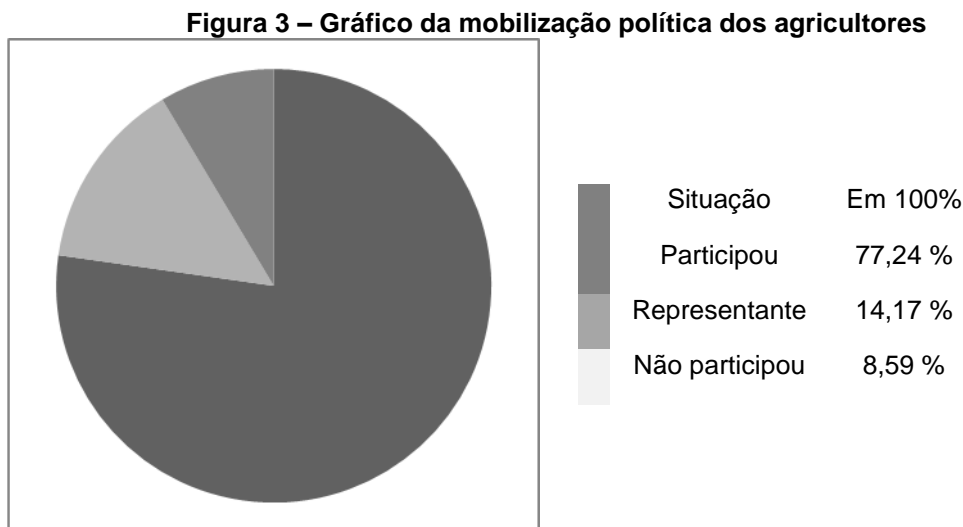
Então, são paliativos [...] deveriam estar fazendo coisas importantes, porque mudar nome de bairro não adianta nada. [...] são coisas paliativas, [...] é só pra figura. Pra mim não muda. (Fala de EP4, 73 anos, agricultor, herdeiro).

Outro ponto importante destacado pelos agricultores refere-se à troca de governo. Tal fato gera insegurança entre os agricultores porque há mudanças nos projetos e isto demonstra que os governos estão mais interessados em visibilidade, visto que todos os projetos não são plenamente efetivados. Assim, os agricultores argumentam que a descontinuidade dos projetos entre governos gera instabilidade e que somente através da implantação de um planejamento estratégico de longo prazo seria possível organizar a ocupação espacial do município. Segundo os entrevistados, existem espaços ociosos em áreas centrais, com serviços instalados que poderiam alojar populações, evitando a migração para a periferia. Porém, estes espaços são desconsiderados pelas autoridades. Se a gestão municipal tivesse uma visão sustentável sobre o planejamento urbano, conforme os agricultores, a cidade seria construída e não ocupada aleatoriamente, conforme relato:

Porque que não renovam a cidade? A cidade tem tanto lugar que já viveram e abandonaram. [...] Farrapos (refere-se a Avenida Farrapos) [...] ali tem uma estrutura e os caras saem daqui e vão para o campo fazer cidade. Por quê? (Fala de EP4, 73 anos, agricultor, herdeiro).

Para os agricultores a PMPA tem interesse em ampliar a rede viária, incluindo a zona sul, porém, as necessidades da região vão além desta demanda. São necessários investimentos em infraestrutura, como educação, saúde, habitação, saneamento e postos de trabalho. Para eles, as vias de acesso para a zona sul são atrativas para comprar lotes na região, porque que são mais baratos que os lotes da região central. Contudo, não há infraestrutura suficiente para a instalação de novos habitantes. Por esta razão é que os agricultores consideram importante o zoneamento, pois ele inibe, porém, não impede a expansão urbana. Segundo os agricultores, a zona rural não deveria ter sido transformada em “rurubana”, ou seja, não deveria ter havido a mescla entre a zona urbana e a zona rural.

Em referência ao segundo questionamento, a maioria dos agricultores (77,24%) participou de movimentos políticos para o retorno da zona rural, sendo que alguns (14,17%) dos entrevistados foram representados por membro da família. Apenas um dos entrevistados (8,59%) não participou dos movimentos políticos por considerar sem resultados efetivos como pode-se observar através dos dados apresentados na Figura 3.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de campo (2017).

Em referência ao terceiro questionamento, os entendimentos dos agricultores entrevistados sobre a zona rural envolveram aspectos sociais, ambientais e econômicos. Em relação aos aspectos sociais, os agricultores entendem que fazer parte da zona rural é motivo de orgulho, pois o zoneamento rural trouxe mais organização para a região, impedindo o avanço imobiliário na região, mesmo que

momentâneo. Porém, segundo os agricultores, a produção agrícola próxima às zonas povoadas é propensa ao roubo, causando prejuízos à produção, conforme depoimento:

A nossa atividade é muito visada para roubo. Se tu plantas perto de uma zona povoada, pode ter certeza que 50% das pessoas vão levar (referindo-se ao plantio), porque as pessoas têm um mau hábito de pegar esse tipo de coisa. Porque não valorizam, é só um aipim. (Fala de EP2, agricultor e agrônomo, 27 anos).

Para os entrevistados, a PMPA permitiu a expansão urbana horizontal. Segundo eles, se houvesse planejamento urbano e investimento adequado em infraestrutura a cidade poderia crescer verticalmente, evitando a extinção da zona rural. Para os entrevistados, mesmo com o investimento em infraestrutura realizado pela PMPA, o principal problema ambiental é referente à poluição das águas, devido ao saneamento insuficiente e à falta de conscientização ambiental da população. Para os agricultores é difícil a recuperação da bacia hídrica da região. Apesar disto, nos estabelecimentos agrícolas, ainda não há rede pública de saneamento, os dejetos são descartados através do sistema de fossa sanitária e sumidouro. Por fim, em relação aos aspectos econômicos, os entrevistados mencionam a garantia de acesso ao crédito rural, através do zoneamento rural, como um aspecto positivo do retorno da zona rural. Para eles é importante o crédito para aquisição de equipamentos e para o aprimoramento dos produtos da agroindústria de base ecológica.

Em referência ao quarto questionamento⁵, a zona rural será predominantemente urbanizada para a maioria (47,57%) dos agricultores entrevistados, porque eles acreditam que a expansão da cidade será para a zona sul e que as unidades de produção serão fracionadas, devido à expansão horizontal da cidade. Segundo os entrevistados, há muita pressão para que a urbanização aconteça na região, promovendo o fracionamento das antigas unidades rurais, conforme relato:

O pessoal compra dois hectares e quer vender vinte, trinta terrenos. [...] o pessoal está cortando aqui, cortando ali. Eu acho que tem que tomar cuidado com isso. Se não tiver fiscalização sobre isso, a nossa área rural vai diminuir bastante. (Fala de EP5, 19 anos, estudante e agricultor).

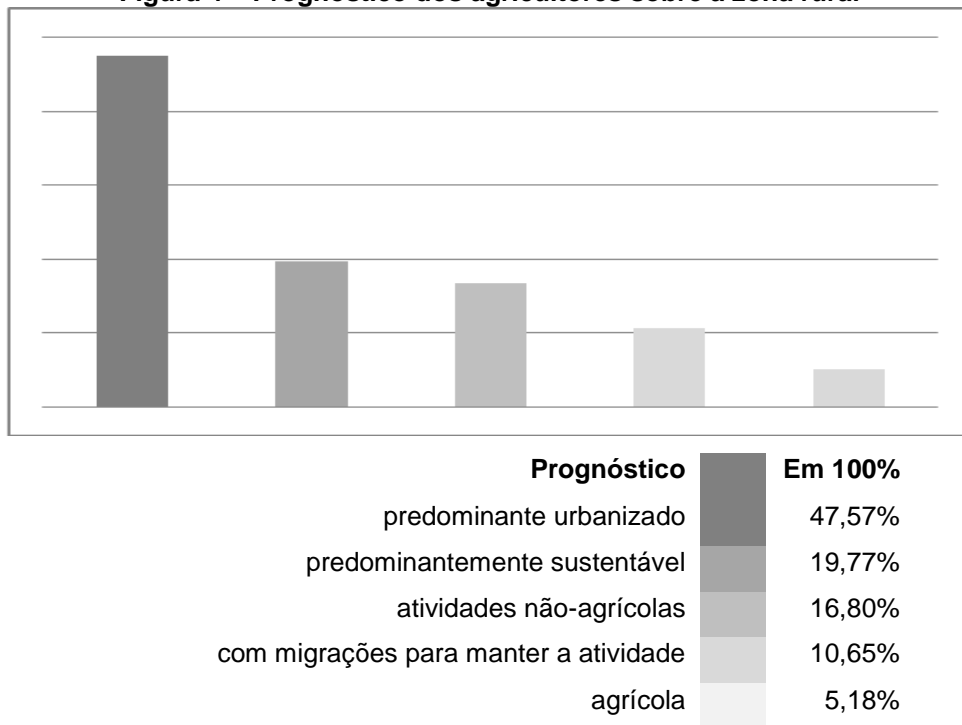
⁵ A nomenclatura utilizada no quarto questionamento foi elaborada pela autora, com base nas declarações dos agricultores na pesquisa de campo.

A zona rural será predominantemente sustentável para alguns dos entrevistados (19,77%), pois, com a mobilização dos agricultores para o retorno da zona rural, houve conscientização dos agricultores em preservar a atividade. Segundo eles, a construção de grandes condomínios fechados, que circundam áreas de plantio, são barreiras de contenção ocupacional que impedem o avanço habitacional. Para eles, se não houvesse este entorno construído, provavelmente os agricultores transformariam a propriedade em loteamentos. Por fim, outra forma de contenção dos avanços imobiliários são as áreas de preservação ambiental, que limitam o uso do solo, conforme relato:

Ali tem um condomínio grande, o Terraville (Condomínio Terraville). Se eu não me engano, eles têm 160 hectares. Então, os fundos deles faz divisa com a nossa chácara. Para nós este condomínio foi bom para manter o rural. Mas se tivessem feito um condomínio aberto, provavelmente, nós teríamos feito loteamentos. (Fala de EP7, 53 anos, agricultor, ex militar)

A zona rural será predominantemente com atividade não-agrícolas para dos agricultores entrevistados (16,80%) porque as unidades de produção serão vendidas para outros fins, ou serão loteadas para herança dos ascendentes dos agricultores. Segundo os entrevistados (10,65%), a zona rural será reduzida porque sofrerá migrações dos agricultores de Porto Alegre que queiram permanecer na atividade. Para eles, com o aumento da urbanização e da poluição ambiental, será necessária a migração dos agricultores de Porto Alegre para outras regiões da área metropolitana. Eles relataram a necessidade de se manterem na RMPA porque nela está a maior concentração de consumidores de produtos de base ecológica do estado.

A Figura 4 apresenta a síntese do prognóstico da zona rural, segundo os agricultores entrevistados:

Figura 4 – Prognóstico dos agricultores sobre a zona rural

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas dos agricultores (2017).

Ademais, quanto mais local for o processo de produção e de comercialização, menor será a poluição, fator importante na agricultura de base ecológica. Em contrapartida, para os entrevistados (5,18%), a zona rural será predominantemente agrícola em consequência do movimento político para a manutenção da zona rural.

4.2 A REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE PRODUTOS DE BASE ECOLÓGICA EM PORTO ALEGRE: AS TRANSFORMAÇÕES DAS FEIRAS SOB O OLHAR DOS AGRICULTORES

Esta seção tem por objetivo identificar os atos da gestão municipal para a formalização da comercialização dos produtos de base ecológica em Porto Alegre e a compreensão dos agricultores sobre este assunto. Portanto, será relatada a evolução da regulamentação do mercado de orgânicos, bem como as transformações da feira sob a perspectiva dos agricultores feirantes e a interpretação dos agricultores sobre a certificação orgânica.

4.2.1 A regulamentação do mercado de orgânicos em Porto Alegre

Com o crescimento do mercado de orgânicos em Porto Alegre, houve a necessidade da regulamentação, desde a produção até a comercialização. A evolução da regulamentação passou por três etapas. A primeira etapa se referia ao manejo na produção; a segunda, ao ponto de venda e a terceira ao produto final. As etapas foram institucionalizadas por meio do Serviço de Inspeção Municipal - SIM Vegetal; da regulamentação das feiras orgânicas e da rastreabilidade dos produtos orgânicos nas feiras.

Os agricultores que comercializam seus produtos nas feiras precisam estar qualificados para atender as exigências da legislação sanitária vigente. O papel da SMIC é orientar e capacitar os agricultores de base ecológica, regulamentar, qualificar e fiscalizar as feiras, promover a segurança alimentar ao consumidor e agregar valor à produção agrícola da zona rural de Porto Alegre.

Em 2000, enquanto que agricultores de outras regiões formavam redes e buscavam a certificação orgânica, os agricultores de Porto Alegre não demonstravam nenhum interesse (SCHULTZ, 2000). Este fato ocorreu devido à resistência das cooperativas de Porto Alegre, que alegavam alto custo cobrado pelas certificadoras. Além disso, havia divergência interna nas cooperativas, pois alguns integrantes defendiam o enfoque mercadológico e outros o enfoque filosófico (SCHULTZ, 2000). Foi a partir desta demanda que a certificação participativa surgiu.

Em 2008, a venda de produtos orgânicos em feiras ecológicas passou a ser regulamentado pela Instrução Normativa Nº 64, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA que estabelecia o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal; as Listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal e o Regulamento Técnico sobre Extrativismo Sustentável Orgânico. A partir deste novo contexto, com apoio do MAPA, da PMPA e da SMIC, Conselho de Feiras Ecológicas e da EMATER/RS, os agricultores buscam a adequação para a obtenção da certificação orgânica.

Conforme destaca a legislação:

O que dita a Lei, O Art. 29 do Decreto Nº 6.323/07 institui o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), que tem como integrantes órgãos e entidades da administração pública federal, estaduais

e distrital e os Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciados pelo MAPA. A validação da garantia orgânica pelas Certificadoras e OPAC permite aos produtores certificados o uso do Selo do SisOrg nos rótulos de seus produtos. Uma vez certificados, estes produtores poderão efetuar venda direta a consumidores e venda a indústrias, processadores, mercados, supermercados, lanchonetes, restaurantes etc. e, mesmo, exportação. Assim, a participação no SisOrg permite a venda a terceiros. O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é formado pela reunião de produtores e outras pessoas interessadas em organizar a sua estrutura básica, que é composta pelos Membros do Sistema e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que são pessoas físicas ou jurídicas (distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores). Os colaboradores são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações públicas e privadas, as que representam as mais diferentes classes e os parceiros (colaboradores) que possam ajudá-los a dar garantia a seus produtos. Todos tomam conta de todos e se visitam, para garantir a qualidade orgânica.

Em 2010, começou a organização para o cadastramento dos agricultores familiares de Porto Alegre junto ao MAPA, por exigência da legislação de orgânicos os produtores agroecológicos, para comercializarem seus produtos diretamente ao consumidor. A EMATER/RS e a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR, de Porto Alegre, iniciaram o processo para obtenção da conformidade orgânica, com reuniões e plenárias participativas e pelo emprego de “técnicas de visualização móvel”, promovendo a integração e a participação dos componentes (RAMOS et al., 2013).

Em 2011, iniciou o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Vegetal - SIM Vegetal. Este serviço estava vinculado à SMIC e à Secretaria Municipal de Saúde - SMS. O serviço oferecia assistência técnica de especialistas do Centro Agrícola Demonstrativo - CAD para os estabelecimentos rurais que produzem e beneficiam produtos vegetais nas agroindústrias da zona rural de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2017).

O SIM Vegetal foi criado, devido à falta de uma legislação que diferenciasse o pequeno e o grande estabelecimento e que garantisse a segurança alimentar, através da certificação sanitária. Além disto, este serviço oferecia capacitação aos agricultores e consultoria nos estabelecimentos para obtenção da documentação adequados à lei (PORTO ALEGRE, 2017).

Em 2011, treze agricultores de Porto Alegre e de Viamão receberam as Declarações de Cadastro de Produtor Vinculado ao OCS e decidiram incluir mais participantes deste processo, através de um Sistema Participativo de Garantia - SPG, passando a constituir um Organismo Participativo de Avaliação da

Conformidade Orgânica - OPAC, formalizando a Rede Agroecológica Metropolitana - RAMA como a respectiva entidade garantidora (RAMOS et al., 2013).

A RAMA reúne cerca de oitenta famílias de agricultores que trabalham com produtos ecológicos em Porto Alegre e em outras cidades da Região Metropolitana (FERNANDES, 2012). A organização institucional da entidade aconteceu através de plenárias e oficinas específicas, que resultaram em Mecanismos de Controle e na construção de um OPAC (RAMOS; et al, 2013).

Em 2012, a Resolução Nº 3, da SMIC, estabelece a disciplina das Feiras Ecológicas no Município de Porto Alegre, conforme o sistema orgânico de produção agropecuária. A definição de sistema orgânico de produção agropecuária considera a adoção de técnicas específicas, como a otimização do uso dos recursos naturais; o uso dos recursos socioeconômicos disponíveis, o respeito à cultura das comunidades rurais, a sustentabilidade e a eliminação do uso de materiais sintéticos, organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, desde a produção até a comercialização. O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, segundo o decreto, abrange as definições, como ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta lei (PORTO ALEGRE, 2012).

A administração das Unidades de Feira Ecológica - UFE é feita por OCS, através dos Conselhos e Comissões das Feiras, subordinados à SMIC. Os Conselhos fazem cumprir a resolução e as Comissões fazem cumprir o regimento interno de cada UFE (PORTO ALEGRE, 2012).

A SMIC regulamenta e supervisiona as UFE; estabelece metas político-administrativas; entre outras atribuições. As Comissões de Feira representam o interesse dos feirantes, através da elaboração do regimento interno; administram e fiscalizam a atuação dos feirantes, entre outras atribuições. As OCSs representam o interesse dos seus associados, colaborando com a construção do regimento interno, atuando politicamente junto aos seus associados, colaborando com a fiscalização da resolução, entre outras atribuições. A resolução também define critérios para a classificação e para a participação do feirante; o ingresso do produtor; entre outros critérios. Em relação às UFE estão punições pelo descumprimento das normas da resolução e a abrangência da comercialização, entre outras definições (PORTO ALEGRE, 2012).

Atualmente, há em torno de sete Feiras Ecológicas em Porto Alegre, que disponibilizam à população produtos de base ecológica, diretamente dos produtores da área rural de Porto Alegre e do interior do Estado. A distância regulamentada entre os produtores e os consumidores é de até 200 km da capital (PORTO ALEGRE, 2017a). Conforme os dados disponibilizados pela SMIC, de 2014, os espaços das feiras ecológicas ocupados pelos agricultores da MZ8 totalizam 26 bancas e o número de agricultores cadastrados na RAMA é em torno de 35, conforme relato de um dos entrevistados. O número de participantes não é preciso, pois muitos agricultores se agruparam em uma mesma banca (unidade), ou ainda, o mesmo agricultor participa de mais de uma feira (APÊNDICE G).

O Quadro 17 apresenta os fatores da regulamentação do mercado de orgânicos, entre os anos de 2000 e 2016.

Quadro 17 – Fatores da regulamentação do mercado de orgânicos

Ano	Fatores
2000	Agricultores de outras regiões formavam redes e buscavam a certificação orgânica, enquanto que os agricultores de Porto Alegre não demonstravam interesse.
2007	Foi instaurada a disciplina das Feiras Ecológicas no Município de Porto Alegre, conforme o sistema orgânico de produção agropecuária.
2008	A venda de produtos orgânicos em feiras ecológicas passou a ser regulamentado pela Instrução Normativa Nº 64, do MAPA.
2010	Foi organizado o cadastramento dos agricultores familiares de Porto Alegre, junto ao MAPA, para comercializarem seus produtos diretamente ao consumidor.
2011	Foi instaurado o SIM Vegetal para estabelecimentos rurais que produzissem e beneficiassem produtos vegetais nas agroindústrias da zona rural de Porto Alegre.
	Agricultores de Porto Alegre e Viamão receberam as OCS; SPG; OPAC e institucionalizaram a RAMA.
2016	Foram excluídos da FAE agricultores sem certificação orgânica e permaneceram os certificados pela OPAC-RAMA.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Schultz (2000), Ramos et al. (2013); Planalto; PMPA e MAPA.

Em 2016, algumas bancas da Feira Ecológica do Bom Fim tiveram que passar para outra quadra, no Parque Farroupilha, porque não tinham a certificação orgânica, enquanto outras, que conquistaram a certificação pela OPAC-RAMA,

permaneceram no mesmo local da feira. Este espaço no Parque Farroupilha foi viabilizado pela SMIC, através do CAD, a fim de que os produtores pudessem finalizar o processo de certificação, no prazo máximo de dois anos. A certificação é importante porque possibilita a rastreabilidade, garantindo a origem orgânica do produto.

4.2.2 As transformações da feira sob o prisma dos agricultores feirantes em Porto Alegre

Considerando que a dinâmica do crescimento urbano é entorno do desenvolvimento econômico de um município, o qual atrai novos habitantes que buscam melhores condições de vida, faz-se necessário identificar quais as diretrizes da gestão pública relacionadas ao crescimento urbano e à integralização dos aspectos econômicos e sociais. Conforme Somers e Block (2014), o enraizamento institucional visa à manutenção da vida social, bem como a sobrevivência dos mercados, pois, para a sobrevivência humana é necessária a equiparação entre os direitos sociais (proteção do Estado) e os direitos econômicos (regulamentação do Estado).

A equiparação entre os direitos sociais e os econômicos resultará na soberania social e na governança econômica, respectivamente. Entretanto, para a construção da governança econômica é necessária que haja a regulamentação das instituições, oriundas da legislação elaborada a partir das demandas da sociedade (ADAMAN; MADRA, 2002). Para compreender a visão dos agricultores sobre as mudanças do mercado de produtos de base ecológica, a partir da regulamentação instaurada pela PMPA, foram questionados junto a eles se os agricultores perceberam mudanças na feira; se a feira mudou a vida dos agricultores e de que forma e qual é a perspectiva dos agricultores sobre o futuro da feira.

Em referência ao primeiro questionamento, os agricultores entrevistados, as mudanças na feira foram relacionadas aos aspectos fiscais. Em 2016, o governo municipal alocou os produtores sem certificação para a quadra do Parque Farroupilha, na mesma rua da Feira Ecológica do Bairro Bom Fim, porém, no lado oposto da feira, enquanto os produtores certificados ficaram na quadra da Rua José Bonifácio, onde a feira acontece desde os anos de 1980. A alocação dos produtores não certificados deu-se por duas razões, a primeira porque os produtores mais

antigos não providenciaram a certificação, no caso dos produtores de mel, e a segunda porque os produtores mais recentes estão em processo de transição. Esta alocação causou impacto negativo, de acordo com os entrevistados, visto que os produtores de mel são considerados um atrativo da feira. Por outro lado, os entrevistados também argumentaram que a alocação foi positiva, pois despertou nos agricultores a necessidade da certificação, adequando-se às normas da SMIC. Porém, eles avaliaram que as mudanças não foram significativas, considerando apenas alterações na organização da feira, com a alocação dos produtores de mel.

Em referência ao segundo questionamento, para os entrevistados a feira trouxe mudanças sociais, pois, segundo eles, o trabalho no campo é muito solitário. Portanto, o relacionamento interpessoal entre os feirantes e os consumidores traz mais sociabilidade, conhecimentos e amplia horizontes. Além disso, a diversidade de pessoas possibilita que ambas as partes tirem proveito da socialização, além de ser um “cartão de visitas”. Dos agricultores entrevistados salientam que a feira possibilita a venda sem intermediários, garantindo maior faturamento, bem como o escoamento do excedente. Apesar disso, segundo eles, mesmo com o intenso fluxo de consumidores, a feira ainda é insuficiente para os agricultores jovens, que almejam o crescimento do mercado.

Em referência ao terceiro questionamento, para os agricultores deveria haver mais melhorias na infraestrutura, tendo em vista que algumas melhorias já foram implantadas, como a padronização das bancas, considerada pelos agricultores como investimento. Outras melhorias citadas foram a reforma das calçadas, que causam acidentes entre os consumidores e que afeta a comercialização.

Segundo os entrevistados, a implantação destas modificações trará maior enfoque mercadológico porque os produtos serão mais valorizados, através do aprimoramento do acondicionamento e da apresentação, porém preocupam-se, pois, tais modificações podem implicar em uma tendência à universalização na feira. Para os agricultores a universalização não é positiva, porque a feira poderá perder a sua essência, resultando na perda de senso ético, conforme relato:

As bancas já são padronizadas [...]. Por exemplo, as calçadas. Tem um monte de gente que cai, porque as calçadas irregulares. [...] A fiscalização deixa a desejar, a fiscalização acompanhada, regular. Sabe, vou te ajudar a regular melhorar o processo, não como fiscal, mas como apoio integrativo. (Fala de EP1, 56 anos, nutricionista e agricultora)

Segundo os agricultores entrevistados, apesar do aumento da regulação e da fiscalização, não houve interferência no modo de cada feirante proceder, respeitando a individualidade de cada um. Eles argumentam que a uniformização é uma estratégia mercadológica, enquanto que a exposição da licença de cada banca é normatização, solicitada pela PMPA e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO). Os agricultores também consideram que há uma tendência ao cartel de preços, o qual configura um meio de padronização, porém, irregular, pois desrespeita as diferenças individuais. Por outro lado, eles consideram que, com o aumento da regulação e da fiscalização, houve crescimento das feiras, em decorrência da demanda por produtos de base ecológica, fazendo com que a feira da Rua José Bonifácio tenha atingido seu limite. Entretanto, existem agricultores dispostos a vir para a feira, sendo necessário mais espaço, conforme relato:

Eu acho que tem espaço para novas feiras, mas tem que diversificar as áreas geográficas. Hoje elas estão bastante concentradas em bairros centrais, aqui na redondeza. Então, eu acho que tem bastante espaço pra crescer e talvez de um formato diferente. [...] É interessante para o agricultor ter a feira como coringa. [...] É um lugar que tu podes escoar o teu excedente. Ao mesmo tempo, tem bancas com produtos similares, então, dependendo dos produtos, a comercialização é limitada. (Fala de EP 8, 36 anos, administrador de empresas e agricultor).

Para eles, a solução seria a diversificação da área geográfica das feiras, porque estão bastante concentradas em alguns bairros centrais. Nas feiras, de maneira geral, há concentração de produtos similares, o que provoca maior concorrência e menor faturamento. Se houvesse mais feiras, com menos concentração de produtos similares, poderia haver maior escoamento dos produtos, garantindo que o agricultor vendesse mais. Isto é, mais quantidade de feiras de menor porte.

4.2.3 A interpretação dos agricultores sobre a certificação

Com o propósito de traduzir a realidade sobre a certificação para os agricultores, foram levantados oito tópicos. O primeiro é sobre o entendimento da feira; o segundo é se a certificação mudou a visão dos agricultores sobre as práticas da agricultura de base ecológica; o terceiro é se houve motivação com a aquisição

da certificação; o quarto é se a certificação distanciou o manejo das práticas tradicionais, praticadas pelos antepassados; o quinto é se a certificação trouxe estabilidade para atividade; o sexto é se a certificação trouxe equiparação entre os agricultores; o sétimo é se houve favorecimento dos públicos envolvidos no mercado de agricultura orgânica, como agricultores, intermediários, fornecedores, consumidores, atacadistas, varejistas e, por fim, o oitavo é se as práticas da agricultura de base ecológica seriam mantidas sem a exigência da certificação.

Em referência ao primeiro questionamento, os agricultores entrevistados consideram a certificação orgânica tem a função de regular e fiscalizar, porém o agricultor não depende da certificação para implantar as práticas de base ecológica, pois ele está previamente motivado por questões éticas. Para os agricultores, a certificação orgânica permite que o agricultor vá para a vitrine, ampliando a comercialização. Segundo os agricultores, a certificação transmite confiança, permitindo que os consumidores saibam o que estão consumindo. Para eles, o produto que não tem credibilidade, não vende.

Por outro lado, enquanto a certificação amplia a comercialização, a falta dela cria barreiras de produção, segundo os entrevistados, porque as normas são rigorosas, sobrecarregando o agricultor. A diferença entre a produção convencional e a de base ecológica é a escala. No primeiro caso, cuja produção é de larga escala, o tempo e os custos demandados nos processos burocráticos se diluem pelo volume de produtos. Por outro lado, para o pequeno produtor, que produz em baixa escala, o tempo e o custo dos processos burocráticos se concentram nos produtos, pois o volume é baixo. No entanto, a falta de certificação cria barreira na distribuição, como a venda em feira, por exemplo. O agricultor que está em processo de transição não percebeu nenhuma mudança com a certificação, pelo fato de que ainda não a tem. Contudo, ele acredita que haverá diferenças em relação a atual situação, pois há tendência de ampliação do mercado.

Em referência ao segundo questionamento, os agricultores que tinham maior conhecimento técnico formal, relataram que a certificação apenas trouxe mais burocracia. Porém, para os demais entrevistados, a certificação promoveu mais conhecimento e melhorou a qualidade profissional. Segundo eles, o número de agricultores de base ecológica era menor antes da regulamentação. Com a certificação houve mais publicidade sobre a atividade, atraindo mais agricultores interessados pelas práticas e como consequência, houve ampliação do mercado.

Quanto ao terceiro questionamento, os agricultores entrevistados relataram que a motivação da aquisição da certificação não foi dos agricultores, mas dos consumidores em adquirir alimentos com segurança. Com a certificação houve a comprovação regulamentada sobre as práticas e a segurança do alimento, tornando o consumidor mais confiante em comprar produtos sem contaminantes químicos, aumentando o consumo. Em decorrência, houve motivação para a abertura de novos mercados, segundo os entrevistados. Em contrapartida, os entrevistados ponderaram que a certificação representa mais tarefas burocráticas, em decorrência do volume de produção para abastecer os novos mercados.

Em referência ao quarto questionamento, os entrevistados relataram que a certificação não os distanciou das práticas tradicionais. Apesar de a certificação não ter distanciado as práticas de base ecológica das práticas tradicionais - manejada pelos antecedentes dos agricultores – os entrevistados consideram que a certificação trouxe apenas mais burocracia.

Para os agricultores, que tiveram formação técnica, é fundamental que haja a especificação do manejo, mesmo sendo empírico. Assim, eles consideram que o detalhamento é importante para satisfazer a fiscalização e as questões burocráticas, tendo em vista que a prática nem sempre coincide com a teoria. Por outro lado, os entrevistados relataram que, em alguns casos, a certificação promoveu a qualificação profissional, evitando equívocos no decorrer do manejo, tendo em vista que muitos destes agricultores não tiveram formação técnica. Porém, eles têm confiança no manejo e em seus itinerários técnicos, em decorrência dos anos de experiência prática. Por fim, os agricultores consideraram que a certificação os distanciou de suas práticas de manejo tradicional.

Em referência ao quinto questionamento, a maioria dos entrevistados considerou que a certificação tornou a atividade mais estável, através da transformação do produto em alimento seguro, impulsionando o consumo. Para os agricultores, os consumidores precisam sentir-se seguros ao consumir alimentos e a certificação promoveu este sentimento de segurança, através da rastreabilidade, considerada importante para a estabilidade da atividade. Com a certificação, o consumidor também está adquirindo a “procedência” do produto, possibilitando a sua rastreabilidade. Porém, a certificação não elimina a fraude. Os entrevistados enfatizam que o agricultor busca transmitir credibilidade ao seu cliente, por princípios éticos, independente de onde esteja comercializando. Para os agricultores, a

certificação possibilitou o ingresso em mercados diversificados, os quais não eram acessados até o momento, devido à falta de regulamentação. Isto permitiu, segundo eles, a estabilidade na atividade, através da venda direta, eliminando atravessadores e reduzindo o custo de produção e estabilizando a atividade.

Em referência ao sexto questionamento, os entrevistados consideram que a equiparação entre os agricultores foi possível através da padronização dos produtos, pois, parte do princípio de que o manejo deve ser igual para todos os agricultores certificados. Para os entrevistados, a regulamentação trouxe equiparação para a atividade, pois exigiu que os agricultores se adaptassem às normas estabelecidas e se conscientizassem de que as regras devem ser respeitadas por todos que queiram permanecer no grupo da RAMA. Além disso, os entrevistados observaram que a certificação trouxe relativo equilíbrio na concorrência. Segundo eles, os produtos comercializados na quadra dois, da Feira Ecológica do Bom Fim, eram desvalorizados em relação aos produtos comercializados da quadra um, porque não tinham a certificação. Na opinião dos entrevistados houve certa equiparação dos agricultores, porque possibilitou maior investimento na produção e maior faturamento, em decorrência do aumento de canais de venda. Por outro lado, eles enfatizaram que, em alguns casos, a certificação não trouxe equiparação entre os agricultores, mas gerou a necessidade de controle das práticas.

Em referência ao sétimo questionamento, os agricultores relataram que não houve favorecimento de nenhum dos públicos envolvidos, como agricultores, certificadoras, consumidores, estabelecimentos comerciais, sem favorecer nenhum dos públicos. Porém, os entrevistados consideram que o consumidor foi favorecido porque passou a ter a garantia da rastreabilidade, enquanto que para os agricultores, as organizações certificadoras foram as principais beneficiadas, porque lucraram com os processos de transição.

Em referência ao oitavo questionamento, os entrevistados relataram que as práticas seriam mantidas por questões éticas, pois a motivação dos agricultores foi a produção “limpa”, tendo em vista que alguns dos agricultores praticavam a agricultura convencional e optaram em permanecer na agricultura de base ecológica. Segundo os entrevistados, as práticas seriam mantidas por questões mercadológicas porque perderiam o direito de comercializar. Segundo eles, estar certificado garante a formalização das práticas, através da rastreabilidade, legitimando a integridade dos produtos. Por fim, para os entrevistados as práticas

seriam mantidas por questões ambientais, pois, para o agricultor que ingressa na atividade as questões de saúde tornaram-se importantes, pois a prática traz benefícios para o bem estar do agricultor.

4.3 ANÁLISE DOS FATORES DE PERMANÊNCIA DOS AGRICULTORES DE BASE ECOLÓGICA

Nesta seção foram analisados os fatores que incidiram sobre a permanência dos agricultores na atividade, fundamentados nos fatores que influenciaram os agricultores na escolha pela atividade agrícola e na relação do agricultor com a agricultura de base ecológica.

4.3.1 Fatores de permanência dos agricultores de base ecológica, considerando a escolha pela atividade agrícola

A abordagem substantivista da economia de Polanyi (2000) foi considerada a história de vida dos sujeitos e, segundo o autor, a economia está integrada na sociedade, a fim de suprir as necessidades humanas. Assim, direcionando a economia aos estudos das instituições sociais que integram a vida dos sujeitos. Segundo Adaman e Madra (2002), são as organizações socioeconômicas que possibilitam o reconhecimento da diversificação dos processos econômicos (e não-econômicos) e a integralização entre o sujeito e o ambiente, gerando impacto positivo, ou negativo, conforme a satisfação individual de cada um, tornando os sujeitos mais individualistas. Portanto, é este individualismo que vem movendo as relações de trocas mercadológicas.

Na abordagem substantivista as necessidades humanas são supridas pela suficiência, ao invés da eficiência (MACHADO, 2010). Por outro lado, na abordagem formalista as necessidades são fundamentadas no modelo econômico neoclássico, cujos valores sociais e motivações são irrelevantes, bem como a gestão social, pois a orientação é para o mercado (POLANYI, 2000). Partindo de um olhar mais complexo Adaman e Madra (2002) denominam o sujeito econômico como sujeito-objeto-binário (*subject-object-binary*), percorrendo as duas abordagens, ora com o comportamento direcionado à autonomia e ao coletivo, ora com o comportamento direcionado à dependência (exógeno) e ao individualismo. Partindo desse

pressuposto, a fim de compreender melhor as razões pelas quais os agricultores ingressaram na atividade, foram questionados cinco tópicos, embasados na teoria sobre o sujeito econômico. O primeiro questionamento aborda quais as motivações que levou os agricultores a ingressar na agricultura de base ecológica; o segundo aborda quais as influências que incidiram no ingresso na atividade de base ecológica. O terceiro questionamento indaga quais os impactos positivos e negativos da atividade; o quarto, quais os entendimentos sobre a atividade e, por fim, o quinto aborda quais as crises enfrentadas na atividade.

O primeiro questionamento foi embasado na fundamentação teórica sobre as motivações econômicas. As motivações econômicas dos sujeitos provêm dos padrões comportamentais ou das orientações comportamentais. Os padrões comportamentais estão embasados na subjetividade exógena, que vincula o comportamento do indivíduo aos fatores externos, tornando formal o mecanismo da motivação econômica. As orientações comportamentais visam à padronização e estão embasadas na adoção de um determinado procedimento em uma situação recorrente e na justificativa desta adoção (ADAMAN; MADRA, 2002).

Portanto, em relação às motivações econômicas para o ingresso na atividade de agricultura de base ecológica foram identificadas cinco referências, separadas em dois grupos. O primeiro grupo foi fundamentado nos padrões comportamentais, resultando em duas referências, que representaram a valorização do mercado e a queda na produtividade. O segundo grupo foi fundamentado nas orientações comportamentais, resultando em três referências, que foram a sucessão familiar, sendo espontânea entre pais e filhos agricultores; a oportunidade de trabalho com a terra, sendo esta atividade importante para os agricultores e a mudança de estilo de vida, como uma nova situação de vida satisfatória.

Em referência ao primeiro questionamento, as motivações que levaram os agricultores entrevistados a ingressar na agricultura de base ecológica foi a valorização do mercado de produtos orgânicos, como forma de obter maior lucratividade, conforme relato:

A primeira vivência de agricultura que nós tivemos, nós chamamos de sustentável. A segunda, foi a (agricultura) convencional. A convencional era aquela coisa que a gente gastava o dinheiro antes de fazer. O que motivou muito foi quando se falou em agroecologia. Hoje mudou para orgânico. A gente teve aquela ansiedade de vender tudo mais caro. Hoje tudo é mais caro, sendo orgânico. (Fala de EP3).

Além disso, a queda na produtividade, devido ao desgaste do solo em decorrência da agricultura convencional, foi outra razão que levou os agricultores a ingressar na agricultura de base ecológica. Assim, estas referências foram embasadas nos padrões comportamentais, motivando os agricultores a ingressar na atividade de agricultura de base ecológica.

Alguns dos agricultores trabalhavam desde criança na agricultura, o que levou à sucessão natural da atividade dos entrevistados. Os agricultores mais velhos, que iniciaram a atividade com as mesmas práticas dos seus antepassados e que migraram para a agricultura convencional, consideraram que, ao ingressar na agricultura de base ecológica, retomaram as antigas práticas. Segundo eles, o que mudou das antigas práticas em relação à agricultura de base ecológica foram apenas os processos. Para os entrevistados a oportunidade de trabalhar com a agricultura, junto à natureza, foi a motivação para o ingresso na atividade enquanto que, para os entrevistados, a motivação foi a mudança de estilo de vida, pois estes repensaram as condições do trabalho e perceberam que esta mudança poderia trazer mais benefícios para suas vidas. Portanto, estas referências foram embasadas nas orientações comportamentais, motivando os agricultores a ingressar na atividade de agricultura de base ecológica.

A fundamentação teórica que embasou o segundo questionamento foi sobre a tomada de decisões. As decisões tomadas por escolhas coletivas são validadas pelas tradições e pelas emoções, reportando à racionalidade substantivista. Em contrapartida, as decisões validadas pelas atividades mercantis reportam à racionalidade calculista (ADAMAN; MADRA, 2002).

Para os entrevistados a decisão de ingressar e manter-se na atividade foi própria, sem influências externas a sua vontade. Estes agricultores ingressaram por questões ideológicas, ou por mudança de vida, como demonstra a narrativa de um dos entrevistados:

Como a gente trabalhava com alimentos convencionais, com restaurante, a gente ficava pensando que não era possível essa quantidade de veneno. (Fala de EP1, 56 anos, nutricionista e agricultora).

Porém, os agricultores entrevistados tiveram influência familiar, porque a família vem mantendo as práticas agrícolas e transmitindo aos sucessores a satisfação pela atividade. Da mesma forma, os entrevistados foram influenciados

pelos amigos, os quais relataram pontos positivos da atividade. Para eles, o ato de produzir e consumir alimentos de base ecológica melhorou as condições de vida. Estas referências, portanto, foram embasadas na racionalidade substantivista.

Por outro lado, os entrevistados tiveram dificuldades na produção, em decorrência do desgaste do solo e do uso abusivo de insumo, sendo influenciados pela assistência técnica, que os orientou a ingressar na atividade. Esta referência, assim, foi embasada na racionalidade calculista.

A fundamentação que embasou o terceiro questionamento entende que a economia está integrada na sociedade, a fim de suprir as necessidades humanas. Conforme Machado (2010), a economia constitui instituições sociais que integram a vida dos sujeitos. Assim, em referência ao terceiro questionamento, os entrevistados consideraram como impactos positivos da atividade as relações interpessoais, pois permitem o contato com pessoas que têm a mesma linha de pensamento que eles, gerando confiança, credibilidade e novos conhecimentos, sendo mais importante que a lucratividade. Além disso, a dinâmica da atividade, ou seja, a transformação do insumo (semente) em dinheiro (alimento), torna o processo da atividade gratificante para os entrevistados. São estes fatores que viabilizam a melhora das condições de vida, através da atividade da agricultura de base ecológica. Desta forma, corroborando com os argumentos de Adaman e Madra (2002), estas organizações socioeconômicas possibilitaram o reconhecimento da diversificação dos processos econômicos (e não-econômicos), bem como uma forte inteiração entre o sujeito econômico e o ambiente, gerando impacto positivo, conforme a satisfação vivenciada pelos agricultores entrevistados.

A autonomia também é considerada importante e positiva para os entrevistados, porque proporciona flexibilidade no trabalho, por se tratar de um negócio próprio, como também resguarda o agricultor do trabalho exaustivo. Além disso, a autonomia está presente na possibilidade de produzir os próprios insumos, reduzindo o consumo intermediário e evitando a dependência de fornecedores externos. Para os entrevistados, a estabilidade financeira é outro aspecto positivo da atividade, a qual é adquirida pela autonomia do mercado, pois está à parte do mercado de commodities, possibilitando, também, a estabilidade de preços e maior lucratividade. A maior lucratividade é em decorrência do valor agregado aos produtos de base ecológica em relação aos produtos convencionais, assim como, a venda direta nas feiras, que elimina intermediários.

Por outro lado, os entrevistados consideraram como impacto negativo a falta de apoio do governo municipal para a atividade, através da ampliação das áreas para cultivo em Porto Alegre. Outro aspecto relatado pelos entrevistados é a dificuldade durante o processo de transição, pois é necessário um período de dois anos para a adaptação da nova atividade. Segundo eles, depois que o sistema é equilibrado, o agricultor sente-se seguro no manejo e no suprimento de suas necessidades, pela redução de custos de produção (produção dos próprios insumos) e pela eliminação de intermediários.

A instabilidade climática é uma das dificuldades enfrentada pelos entrevistados, pois o clima exerce influência direta sobre a produção, sendo este um fenômeno natural (incontrolável). Outro aspecto negativo da atividade é a falta de disponibilidade de tempo, impossibilitando o planejamento pessoal dos agricultores, tendo em vista que a dinâmica da atividade agrícola é viva. Por fim, a falta de mão de obra é outra dificuldade encontrada, pois as leis trabalhistas oneram a contratação destes serviços.

Em referência ao quarto questionamento, que buscou responder como os agricultores se sentem em relação à atividade, observou-se que há dificuldades relacionadas à comercialização, bem como a necessidade de assistência técnica para o aumento da produtividade, em decorrência do aumento do consumo. Segundo os entrevistados, há dificuldades em relação os processos de comercialização. Para eles, o que dificulta a comercialização é o preço final dos produtos, que, apesar de possibilitar maior lucratividade, torna os consumidores insatisfeitos, limitando a abrangência do mercado, pois nem todos os consumidores estão dispostos a pagar mais por este produto, conforme relato:

A valorização tem aumentado [...] o pessoal reclama muito de preço. Mesmo que o preço na feira seja o mesmo de uma produção convencional, no caso das folhosas. [...] É uma questão cultural. O pessoal não quer gastar dinheiro com comida. [...] Elas gastam com lazer, eletrodomésticos, mas com comida não gostam de gastar. (Fala de EP2, agrônomo, 27 anos).

Além da dificuldade de comercialização em decorrência dos preços finais considerados elevados, a necessidade técnica na produção foi citada pelos entrevistados. A necessidade de assistência técnica na produção é necessária, porque há dificuldades na produção em maiores escalas. Isto ocorre porque as unidades de produção são de pequeno porte, havendo escassez de conhecimento

especializado por parte dos agricultores. Também, a assistência técnica faz-se necessária, devido à esterilização do solo causada pela agricultura convencional. Por fim, os entrevistados entendem que há maior conscientização sobre os benefícios que a produção de base ecológica trás para o agricultor e para o consumidor, em relação à agricultura convencional. Mas, apesar de ter aumentado a conscientização, a produção ainda é considerada baixa para atender o aumento do consumo, segundo eles, havendo espaço para a ampliação do mercado.

A fundamentação teórica que embasou o quinto questionamento foi a teoria sobre o duplo-movimento, de Polanyi (2000) e de Block (2003). Segundo Polanyi (2000), existe uma dinâmica de interrelação entre o liberalismo econômico e a proteção social, classificada pelo autor como duplo-movimento. Segundo Block (2003), há uma tensão entre as dinâmicas do desempenho econômico e das crises sociais. A tensão desta dinâmica é em consequência de que, ao mesmo tempo em que a economia de mercado gera desempenho econômico e favorece a sociedade, ela também gera crises (BLOCK, 2003).

Em referência ao quinto questionamento, os entrevistados relataram que o abandono da atividade pelos jovens e as leis trabalhistas geraram crises na atividade. Como a região metropolitana é intensamente urbana e não rural, há interesse dos jovens em trabalhar em áreas urbanizadas, porque dispõe da variedade de serviços. Assim, a atividade agrícola é substituída pelo trabalho formal (economia de mercado) nestas áreas, que, muitas vezes, são incentivados pelos pais. Para os pais, a escolha pode trazer melhores condições de vida, como conforto e estabilidade financeira, garantidos pelos direitos trabalhistas (proteção social). Segundo os agricultores, se houvesse a inclusão de todos os direitos trabalhistas em suas unidades, a produção agrícola não cobriria tais custos. Para os entrevistados a urbanização excessiva gera crise, em decorrência dos danos ambientais causados pela falta de saneamento, aquém o desenvolvimento sustentável da MZ8, previsto no estudo Bases do Plano Estratégico da Zona Sul (PORTO ALEGRE, 2012).

Em relação aos fatores econômicos, para os entrevistados a instabilidade econômica atual do país acarreta incertezas futuras. Entretanto, as crises financeiras nesta atividade são menos intensas do que na agricultura convencional, porque há maior autonomia nos sistemas de produção de base ecológica. Outro fator econômico é a queda na produção, em decorrência de intempéries climáticas. Para tanto, a contenção de despesas, através da produção própria de insumos, bem

como a diversificação da produção. Por fim, a transição da agricultura convencional para a de base ecológica também gera dificuldades financeiras, segundo os agricultores, pois o retorno do investimento é ao longo prazo.

4.3.2 Fatores importantes para permanência: a relação do agricultor com a agricultura de base ecológica

Para os agricultores entrevistados os fatores relevantes da agricultura de base ecológica são a estabilidade financeira, a confiança, a dinâmica da atividade e as melhores condições de vida. Em geral, os entrevistados argumentam que produzir e comercializar em cadeia curta de abastecimento gera maior retorno financeiro, em virtude da ausência de intermediários. Além disso, reduz os custos da própria subsistência, porque aumenta a lista de alimentos para o autoconsumo, ou seja, há disponibilidade de alimentos da própria produção.

A estabilidade financeira também é evidenciada no processo de comercialização nas feiras, visto que a determinação do preço é feita pelos próprios agricultores, mantendo-se à parte dos canais de comercialização geridos pelos intermediários. Assim, há a possibilidade de estabilidade de preços. Este mercado, como salientam os agricultores, baseado em canais de comercialização de cadeias curtas, foi construído ao longo prazo, calcado em confiança mútua entre os consumidores e os agricultores, razão da solidez deste mercado.

Em relação aos fatores macroeconômicos, para os entrevistados a instabilidade econômica atual do país e as mudanças da gestão pública municipal, pela troca de governos, trazem incertezas futuras. Apesar destas incertezas, os agricultores acreditam que na atual atividade as crises e os riscos são menos graves. Em caso de mudanças drásticas no cenário macroeconômico, político e climático, que possam interferir ou implicar na queda da produção, a diversificação é um meio de equilibrar a renda agrícola e não agrícola, com os produtos processados (envasados e secos) e o turismo rural. Outro fator é a produção própria de insumos, que, além de gerar autonomia, não gera antecipação de dívida para a produção, como a compra de adubos e de sementes, garantindo mais estabilidade financeira da unidade de produção. Estes são fatores de maior autonomia, pois evitam a dependência de insumos externos. A transformação do insumo (semente) em dinheiro (alimento), estar na terra, cultivar o solo e tirar o alimento, a dinâmica da

atividade, enfim, torna o processo gratificante. São estes fatores que viabilizam a melhora das condições de vida, através da atividade da agricultura de base ecológica.

Corroborando com os argumentos de Adaman e Madra (2002), esses sujeitos apoiam-se nos elementos, ora formalistas, ora substantivistas, construindo-se como sujeitos binários, através de fatores como confiança, baixos riscos e maximização dos retornos. Por outro lado, eles consideram que o ônus da atividade é o processo de urbanização e a falta de apoio do Estado, tanto relacionado ao crédito, ao suporte técnico e ao acesso de mercados formais dos sistemas de produção convencional. Estes fatores desencadearam um processo de resistência e engajamento político, o qual pode ser reconhecido, como bem argumentou Polanyi (2000), de contra-movimento.

Os agricultores relataram que a urbanização foi um dos fatores que gerou embates e resistências em múltiplas esferas públicas, exigindo esforços destes sujeitos para reprimir e dificultar o avanço urbano. Exemplos de tais argumentos foram a urbanização excessiva, em decorrência da exploração imobiliária, e o projeto de urbanização que instaurou o zoneamento, realizado nos anos de 1990, que não foi plenamente executado. Portanto, a cidade está aquém de ser desenvolvida em uma perspectiva que promova a zona rural, pois os resultados gerados por este estudo demonstram que a gestão pública não teve um olhar apurado para a zona rural. A zona rural, portanto, como espaço produtivo e de vida para os agricultores, se estabelece em torno de conflitos, bem como na construção de sistemas de produção, sob uma perspectiva de contra-movimento. Ou seja, são espaços produtivos e mercantis em sistemas socialmente construídos pelos agricultores de base ecológica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central dessa dissertação foi propiciar uma discussão a respeito da compreensão da permanência da atividade agrícola de base ecológica em Porto Alegre. Para tanto, primeiramente, buscou-se descrever a história da agricultura e da agricultura de base ecológica; a expansão urbana sobre a área rural em Porto Alegre e o entendimento sobre as funções da gestão municipal pelos agricultores. A partir deste resgate foi possível relatar os atos da gestão municipal para a formalização da comercialização dos produtos de base ecológica e a compreensão dos agricultores. Assim, ressaltando a relevância do estudo, realizou-se a análise dos fatores de permanência da agricultura de base ecológica, considerando a abordagem substantivista e formalista. Tal análise permitiu apurar fatores que influenciam na permanência na atividade dos agricultores ligados aos sistemas de produção de base ecológica, na zona rural de Porto Alegre.

Em relação à história da agricultura e à vida dos agricultores, pode-se dizer que os agricultores mais velhos não tiveram outra atividade antes da agricultura, bem como não tiveram outra oportunidade de escolha, pela dificuldade de acesso à educação formal e pela indisponibilidade de equipamentos (escolas) e de serviços públicos (transporte escolar) nas mediações das unidades de produção, em meados de 1950. Portanto, estes agricultores foram familiarizados com a agricultura desde criança, havendo a sucessão natural. Os filhos destes agricultores não são agricultores e trabalham no centro urbano. As unidades de produção destes agricultores não terão atividades agrícolas para fins de abastecimento alimentar no futuro, sendo substituídas por atividades como o turismo rural e a criação de animais para entretenimento. Por outro lado, os agricultores de idade intermediária, que tiveram a oportunidade de estudar e ter outras atividades profissionais, escolheram ingressar na atividade por questões subjetivas, como mudança de estilo de vida. Estes agricultores adquiriram suas propriedades a partir de 1985, em áreas mais próximas área central, porém, naquele tempo, estas áreas eram menos habitadas. Por fim, os agricultores mais jovens, que não tiveram nenhuma atividade anterior, ingressaram na atividade por já terem contato com o trabalho na unidade de produção familiar e sentiram-se satisfeitos com a profissão, assumindo o papel de sucessor. Eles têm formação técnica e suas unidades de produção são afastadas da área central, porém próximas aos aglomerados. Como eles já tomaram a decisão de

permanecer na atividade e se no futuro a zona rural for urbanizada, a alternativa que eles encontraram é migrar para outra área da região metropolitana.

Em relação ao ingresso na atividade, os agricultores relataram que as motivações foram valorização do mercado e queda na produtividade, fundamentadas nos padrões comportamentais, bem como a sucessão familiar, a oportunidade de trabalhar em contato com a natureza e a mudança de vida, fundamentados nas orientações comportamentais. Os entrevistados relataram que ingressaram por decisão própria, bem como influenciados por familiares e amigos, que estão satisfeitos com a escolha da profissão, fundamentadas na racionalidade substantivista, bem como pela influência da assistência técnica, fundamentada na racionalidade calculista.

Em relação ao entendimento dos agricultores sobre a atividade, considerando as mudanças dos processos econômicos e não econômicos, bem como a integralização entre o sujeito e o ambiente, os agricultores elencaram impactos positivos e negativos, tanto na produção, como na comercialização. Segundo eles, os aspectos positivos da atividade referentes à produção foram as relações interpessoais; os benefícios para a saúde do agricultor; a dinâmica da atividade; a melhora das condições de vida e a autonomia gerada pela flexibilidade no trabalho e pela independência de fornecedores externos. Os impactos positivos da atividade referentes à comercialização foram a estabilidade de preço do produto final e a eliminação de intermediários. Em contrapartida, os impactos negativos da atividade referentes à produção foram a falta de apoio do governo municipal para a ampliação das áreas para cultivo, a impossibilidade de planejamento pessoal e a falta de mão de obra. Para os agricultores, as dificuldades críticas são em decorrência das leis trabalhistas; a necessidade técnica na produção em escala para atender a crescente demanda; a instabilidade climática; a urbanização excessiva e os danos ambientais; a instabilidade econômica do país e a transição da agricultura convencional. Outro fator é a degradação ambiental em decorrência da excessiva urbanização em áreas próximas à zona rural.

Em relação à gestão municipal no que se refere aos investimentos em infraestrutura, pode-se dizer que a construção dos eixos visou atender a mobilidade urbana. Entre 1935 e 1960, houve a construção dos eixos na região central para atender a urbanização no entorno do porto e, posteriormente, houve a construção dos eixos na região norte para atender a demanda a população que se instalou no

entorno das fábricas. Somente a partir dos anos de 1970, após a ocupação espacial das regiões central e norte, que foi construída a extensão “D”, em direção à região sul município, e a malha viária para atender a RMPA. Em 2005, foi ampliada a Avenida Juca Batista, sendo construída a III Perimetral.

Em relação à organização da ocupação espacial, apesar do PDDUA ter instaurado o aumento da MZ8 em 80% do território municipal, tanto a população rural (agricultores), como as unidades de produção para fins de abastecimento alimentar, vem reduzindo gradativamente. Isto porque o zoneamento aumentou o número de habitantes, que não eram agricultores, e as unidades eram para entretenimento. Também, o zoneamento da zona rural, instaurado em 2015, possibilitou aos agricultores a segurança de permanecerem em suas unidades de produção em área protegida do avanço urbano, em decorrência da exploração imobiliária que vem ocorrendo desde 2010.

Em relação à intensa urbanização, os agricultores relataram que foi em decorrência da retirada de áreas da zona rural para a construção de habitações, bem como a transformação das unidades de produção para fins de abastecimento alimentar em atividades de entretenimento. Os fatores que intensificaram a urbanização foram o avanço da especulação imobiliária sobre a zona rural, bem como a ocupação de espaços vazios próximos aos aglomerados urbanos. Por outro lado, os fatores que evitaram a urbanização foram as áreas protegidas, tanto a zona rural, conquistada em decorrência do forte engajamento políticos dos agricultores, como as áreas de preservação natural, e a construção de grandes condomínios fechados, que se transformaram em barreiras de contenção edificadas. Desta forma, pode-se dizer que a permanência na unidade de produção será possível em áreas protegidas, a partir da manutenção do engajamento político dos agricultores, que altera as dinâmicas do mercado e inibe o avanço imobiliário.

A capacidade de atendimento das demandas pela gestão municipal em relação ao deslocamento de habitações em áreas irregulares, como também em relação à instalação de equipamentos comunitários em áreas regulares, foi questionada no estudo Base do Plano Estratégico da Zona Sul, em 1999, havendo necessidade de atualização para o estabelecimento de normas para o uso do solo agrícola, conforme o apontou estudo “Urbano, rural, rururbano: considerações da Supervisão do Desenvolvimento Urbano – SMURB para a discussão do disposto no Artigo 141 da LC nº 646/ 2010”, de 2014. Além disso, é necessária a instalação de

rede de saneamento, principal reivindicação de infraestrutura levantada pelos agricultores, pois não atende a demanda populacional, colocando em risco a preservação da bacia hídrica que é fundamental para a atividade agrícola.

Em referência à regulamentação, pode-se considerar que houve regularização dos licenciamentos das agroindústrias e das atividades agropecuárias de criação de animais, através da instauração do SIM Vegetal, como também houve incentivos para a certificação orgânica, através da assistência técnica para a formação de OCSs e da OPAC/RAMA, e fomento da comercialização direta, através da abertura de novas feiras na capital. Porém, as demandas existentes estão relacionadas ao licenciamento da agroindústria, que prevê o levantamento e mapeamento das agroindústrias existentes para revisar o zoneamento previsto pelo Plano Diretor, além de incentivar o licenciamento, através da implementação de programa específico, conforme o Plano de Promoção Econômica (PORTO ALEGRE/LC N°775).

Embora a regulamentação tenha gerado exclusão dos agricultores sem certificação orgânica, ela ampliou o mercado para os agricultores certificados. Apesar de a atividade estar em ascensão na capital, ela vem sendo submetida à regulamentação constante, a fim de atender as exigências mercadológicas e garantir a segurança do alimento, desconsiderando a realidade dos agricultores, segundo os entrevistados. Por esta razão, a prática está se distanciando gradativamente da prática tradicional camponesa, exercida pelos seus antepassados. Portanto, segundo eles, é necessário que a gestão municipal crie mecanismos que facilitem a prática, através da simplificação dos processos burocráticos, como a incorporação da participação das associações na fiscalização. Por outro lado, os agricultores relataram que manteriam as práticas, mesmo sem exigência da certificação orgânica, por questões éticas e pessoais, bem como para não correr o risco de perder o direito de vender na feira, fundamentadas no comportamento subjetivo e formalista, respectivamente, construindo o sujeito econômico binário.

Portanto, a história de vida, as motivações para o ingresso na atividade e o entendimento da atividade pelos agricultores foram apurados como fatores referentes aos agricultores e à atividade. Os investimentos em infraestrutura; a organização da ocupação espacial; a urbanização; a capacidade de atendimento das demandas e a regulamentação foram apurados como fatores referentes à gestão municipal. A partir desta apuração, foi possível elencar quatro principais

fatores referentes à manutenção da agricultura de base ecológica, embasados na fundamentação teórica deste estudo. O primeiro fator refere-se ao comportamento do agricultor como sujeito econômico binário (*subject-object-binary*), que possibilita as articulações para a manutenção da atividade, construído a partir das condições de vida ao longo dos anos, através da diversidade de fontes de conhecimentos; do engajamento político; do senso ético e da coletividade e reciprocidade. O segundo fator refere-se ao protecionismo, através do cumprimento do zoneamento, e o terceiro fator refere-se à regulamentação, através da simplificação dos trâmites burocráticos, ambos estabelecidos pela gestão municipal. Por fim, o quarto fator refere-se à subjetividade econômica deste mercado, firmada pela heterogenia e pela endogenia, características dos agricultores.

Tendo em vista que esta pesquisa trata-se de um estudo de caso, no qual foi utilizado o método exploratório recomenda-se outros estudos aprofundados sobre o tema. Para pesquisas futuras a respeito dos investimentos da gestão municipal em infraestrutura sugere-se estudos sobre o uso e o aproveitamento do corredor agroindustrial, considerando, tanto o atendimento das demandas dos agricultores, como as demandas relacionadas à mobilidade urbana, em decorrência do crescimento demográfico. Também, sugere-se a inclusão da questão ambiental junto às discussões referentes às inter-relações entre sociedade, mercado e Estado, conforme fundamentadas em Polanyi.

REFERÊNCIAS

- ADAMAN, Fikret; MADRA, Yahya M. Theorizing the “Third Sphere”: a critique of the persistence of the “Economistic Fallacy”. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 36, n. 4, p. 1045-1078, Dec. 2002.
- ALMEIDA, Jalcione. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.
- AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, jan./jun. 2007
- BELLO, Helton Estivalet. **Modelos, planos e realizações urbanísticas em Porto Alegre**. Arquitetura Revista - UNISINOS, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 1-9, jul./dez. 2006.
- BLOCK, Fred. Karl Polanyi and the writing of “The Great Transformation”. **Theory and Society**, Davis, v. 32, n. 3, p. 275-306, Jun. 2003.
- BURAWOY, Michael. For a sociological marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. **Politics Society**, Providence, v. 31, n. 2, p. 193-261, June 2003.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004b.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004a. p. 17-48.
- CARVALHO, Cristina A.; VIEIRA, Marcelo M. F.; LOPES, Fernando D. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 23., Foz do Iguaçu, 1999. **Anais...** Porto Alegre: Anpad, 1999. p. 1-15.
- ECOVIDA. **Rede Ecovida de Agroecologia**. [2016]. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br>> Acessado em: 15 de agosto de 2017.
- FAUTH, Elvin M. Caracterização e evolução recente da produção agropecuária na região metropolitana de Porto Alegre. In: MIGUEL, Lovois Andrade; GRANDO, Marinês Zandavali. **Agricultura metropolitana de Porto Alegre**: aspectos históricos e contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 105-137.
- FERNANDES, Melina. **Produtos orgânicos são destaque no Dia Mundial da Alimentação**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2GQ7u3O>>. Acessado em: 12 de outubro de 2015.
- FERNANDES, Melina; PETRIK, Manuel. **Capital adere ao Pacto Mundial pela Política Alimentar Urbana**. Publicado em: 06 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_noticia=182218&CAPITAL+A>

DERE+AO+PACTO+MUNDIAL+PELA+POLITICA+ALIMENTAR+URBANA>
Acessado em: 14 set. 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIZZO, Bianca Salazar; KRZIMINSKI, Clarissa de Oliveira; OLIVEIRA, Dora Lúcia L. Correa de. O software QSR NVivo 2.0 na análise qualitativa de dados: ferramenta para a pesquisa em ciências humanas e da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 53-60, abr. 2003.

HAETINGER, Walter; MATTE, Rodolpho S. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Secretaria de Obras e Viação de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1961. (Relatório Interno)

HART, Keith; LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antonio D. Polity Press. **The Human Economy: A Citizen's Guide**. Cambridge: Polity Press, 2010.

HAUSCHILD, Cléia B. O. **Tudo é cidade**. Porto Alegre: PMPA/ SMP, [2012]. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/6.htm>>. Acessado em: 07 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431490&search=rio-grande-do-sul|porto-alegre|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

JANOSKI, Thomas E. Challenging Dominant Market Theories in Five Ways. **DisClosure: A Journal of Social Theory**, Lexington, v. 24, n. 4, p. 43-70, 2015.

KLEIN, Jefferson. Porto Alegre pode voltar a ter uma zona rural. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 25 abr. 2014. Economia. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/MARCO_QUIRANA/JC>. Acessado em: 20 jun. 2015.

KOZENIESKI, Éverton de Moraes. **O Rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre/RS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

LANDÍN, R. Tipificación de entidades geográficas y Administrativas para priorizar zonas objetivo de proyectos de investigación agropecuária. In: ESCOBAR, Germán; BERDEGUÉ, Julio (Ed.). **Tipificación de sistemas de producción agrícola**. Santiago do Chile: Internacional de Metodología de Investigación de Sistemas de Producción (RIMISP), 1990. p. 141-156.

LANES, Luciano. **Após 16 anos, Porto Alegre volta a ter Zona Rural**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Vereadores, 2015. Disponível em: <http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=25142&p_secao=56&di=2015-09-14>. Acessado em: 07 out. 2015.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de *(dis)embeddedness*. **Revista Crítica de Ciências**

Sociais, Marseille, v. 90, número não temático, p. 71-94. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1771>>. Acessado em: 23 mar. 2016.

MAUCOURANT, Jerome; PLOCINICZAK, Sebastien. The Institution, the Economy and the Market: Karl Polanyi's Institutional Thought for Economists. **Review of Political Economy**, London, v. 25, n. 3, p. 512-531, Jul. 2013.

MENEGAT, Rualdo et al. Porto Alegre antes do Homem: Evolução Geológica. In: MENEGAT, Rualdo et al. (Coord.). **Atlas de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998. p. 11-24.

MERTZ, Marli M. Breve retrospectiva da agricultura na região metropolitana de Porto Alegre. In: MIGUEL, Lovois Andrade; GRANDO, Marinês Zandavali. **Agricultura metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 13-40.

MONTEIRO, Charles. Porto Alegre no século XX: crescimento urbano mudanças sociais. In: DORNELLES, Beatriz. **Porto Alegre em destaque: história e cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 51-74.

ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – ONU; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **The Food for the Cities**. 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-ak824e.pdf>>. Acessado em: 09 out. 2015

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar Nº 434, de 01 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre – PPDUA. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/lei_434_com_alt_de_2009.pdf>. Acessado em: 17 maio 2016.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar Nº 775, de 23 de outubro de 2015**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA. Institui a zona rural no município de Porto Alegre e cria o Sistema de Gestão da Política de Desenvolvimento Rural. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/leicomplementarn775.pdf>. Acessado em: 20 jun. 2016.

PORTO ALEGRE. **Lei Municipal Nº 2046, de 30 de dezembro de 1959**. Institui o Plano Diretor de Porto Alegre e fixa normas para sua execução. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?u=/netahtml/sirel/avancada.html&p=1&r=2&f=S&d=ATOS&l=20&s1=\(PLANO+DIRETOR+DO+MUNICIPIO+DE+PORTO+ALEGRE\(1959\)\)..RELA.>](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?u=/netahtml/sirel/avancada.html&p=1&r=2&f=S&d=ATOS&l=20&s1=(PLANO+DIRETOR+DO+MUNICIPIO+DE+PORTO+ALEGRE(1959))..RELA.>)> Acessado em: 22 jun. 2016.

PORTO ALEGRE. **Bases do plano estratégico zona sul**. Secretaria do Planejamento Municipal. Supervisão de Desenvolvimento Urbano. 2012. Disponível em: <www.portoalegre.rs.gov.br/spm>. Acessado em: 31 ago. 2016.

PORTO ALEGRE. **Urbano, rural, rururbano: considerações da Supervisão do Desenvolvimento Urbano – SMURB para a discussão do disposto no artigo 141 da LC 646/2010**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2014.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento – PMP. **Lei Complementar Nº 43, de 21 de julho de 1979**. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no município de porto alegre, institui o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências. 1979. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/RS/PORTO.ALEGRE/LEI-COMPLEMENTAR-43-1979-PORTO-ALEGRE-RS.pdf>>. Acessado em: 16 maio 2016.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Indústria e Comércio – SMIC. **Feiras Ecológicas**. 2016. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p_secao=206>. Acessado em: 15 ago. 2017.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Indústria e Comércio – SMIC. **SIM Vegetal – Sabores e aromas dos produtos artesanais com segurança alimentar**. 2015. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p_secao=261>. Acessado em: 22 mar. 2017.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Indústria e Comércio – SMIC. **Resolução SMIC Nº 3, de 26 de dezembro de 2012**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=249215>>. Acessado em: 21 maio 2016.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Turismo - SMTUR. **Caminhos Rurais de Porto Alegre**. [2015]. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=270>. Acesso em: 18 fev. 2018.

RAMOS, Luís Paulo Vieira et al. Processo de Formação e Consolidação do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) da Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 8., Porto Alegre, 2013. **Anais...** Emater: Porto Alegre, 2013. p. 1-5.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA. In: _____. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa>> Acessado em: 03 ago. 2017.

SCHIFINO, Agnese. **Comissão da zona rural avança em busca de consenso**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2015b. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=178495&COMISSAO+DA+ZONA+RURAL+AVANCA+EM+BUSCA+DE+CONSENSO>. Acessado em: 13 out. 2015.

SCHIFINO, Agnese. **Projeto que prevê a volta da Zona Rural é debatido no Legislativo**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2015a. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_empendedor/default.php?p_noticia=177855&PROJETO+QUE+PREVE+A+VOLTA+DA+ZONA+RURAL+E+DEBATIDO+NO+LEGISLATIVO>. Acessado em: 10 out. 2015.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n. 27, p. 180-219, May/Aug. 2011.

SCHNEIDER, Sergio; WAQUIL, Paulo Dabdab. Caracterização Socioeconômica dos Municípios Gaúchos e Desigualdades Regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, p. 117-142, jul./set. 2001.

SCHULTZ, Glauco. **A cadeia produtiva dos alimentos orgânicos comercializados na Feira da Agricultura Ecológica em Porto Alegre/RS**: lógica de produção e/ou distribuição. 2001. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócio (CEPAN), Porto Alegre, 2001.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOMERS, Margaret; BLOCK, Fred. **The Return of Karl Polanyi**. Dissent Magazine: New York, US, 2014. Disponível em: <<https://www.dissentmagazine.org/article/the-return-of-karl-polanyi>>. Acessado em: 14 jan. 2016.

SOUZA, Célia F; MÜLLER, Dóris M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

STROHAECKER, Tânia M. A urbanização do Rio Grande do Sul: uma análise preliminar. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luís Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria (Org.). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 163-179.

APÊNDICE A – TIPOS DE OCUPAÇÃO

	TIPOS	CARACTERÍSTICAS
1	Pontual	Núcleos urbanos concentrados em grandes superfícies de áreas vazias de densidade média menor; diluídos em áreas vazias e núcleos menores em diversidade de usos, com precisão de limite sem definição de fronteira por glebas parceladas e vazias.
2	Área de Ocupação Urbana	Núcleos maiores, com densidade média maior e maior diversidade de usos; com ocupação mais concentrada e precisão nos limites; com malha estruturada em parcelamentos interligados em superfícies maiores.
3	Ocupação Intermediária	Núcleos urbanos isolados, com eixos estruturadores, densidades médias e altas concentradas. Tende à aumentar em dimensão e densidade; podendo se transformar em Ocupação Urbana Pontual.
4	Predominantemente e Rarefeita	Parte do território com baixa densidade, constituída por edificações isoladas em ambiente natural relativamente transformado.
5	Áreas de Produção	Baixa densidade habitacional, com predominância territorial à produção primária diversificada (sítios de lazer, haras) e intercalada com remanescentes áreas de preservação, edificações vinculadas às unidades de produção. Malha viária quase inexistente.
6	Bens Ambientais	Porções do território com características naturais diferenciadas que estruturam a paisagem; com predominância de bens ambientais com linhas sinuosas (morros, orla, mata de restinga, corredores ecológicos, etc.). Baixa densidade habitacional.
7	Condomínios Fechados	Glebas de extensão considerável, urbanizadas em condomínios fechados de média e alta renda. Baixa densidade em áreas de preservação ambiental incorporadas ao condomínio.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da Base do Plano Estratégico da Zona Sul (PORTO ALEGRE/SMP, 2012).

APÊNDICE B – IDENTIFICADORES DOS ENTREVISTADOS

Identificador do entrevistado: EP1

Data da entrevista: 25/03/2017

Local da Entrevista: Feira Ecológica da Rua José Bonifácio

Duração da entrevista: 69 minutos

Sexo do entrevistado: feminino

Idade do entrevistado: 56 anos

Profissão do entrevistado: nutricionista e agricultora

Estado Civil: solteira

Nº de filhos: - (dois filhos)

Escolaridade: Superior completo, formada em Nutrição e pós-graduada em Gestão de Saúde.

Endereço: Lajeado/ RAMA

Identificador do entrevistado: EP2

Data da entrevista: 28/03/2016

Local da Entrevista: Feira Ecológica da Trav. Lanceiros Negros (Auxiliadora)

Duração da entrevista: 34 minutos

Sexo do entrevistado: masculino

Idade do entrevistado: 27 anos

Profissão do entrevistado: agrônomo e agricultor

Estado Civil: solteiro

Nº de filhos: não

Escolaridade: ensino superior completo, Engenheiro Agrônomo, UFRGS.

Endereço: Lami/ RAMA

Identificador do entrevistado: EP3

Data da entrevista: 01/04/2016

Local da Entrevista: Feira Ecológica da Rua José Bonifácio

Duração da entrevista: 35 minutos

Sexo do entrevistado: masculino

Idade do entrevistado: 67 anos

Profissão do entrevistado: agricultor

Estado Civil: casado

Nº de filhos: três filhos

Escolaridade: - (ensino fundamental incompleto)

Endereço: Lami/ RAMA

Identificador do entrevistado: EP4

Data da entrevista: 01/04/2016

Local da Entrevista: Feira Ecológica da Rua José Bonifácio

Duração da entrevista: 46 minutos

Sexo do entrevistado: masculino

Idade do entrevistado: 73 anos

Profissão do entrevistado: agricultor

Estado Civil: casado

Nº de filhos: dois filhos

Escolaridade: ensino fundamental incompleto (até a terceira série)

Endereço: Lami/ RAMA

Identificador do entrevistado: EP5

Data da entrevista: 08/04/2016

Local da Entrevista: Feira Ecológica da Rua José Bonifácio

Duração da entrevista: 19 minutos

Sexo do entrevistado: masculino

Idade do entrevistado: 19 anos

Profissão do entrevistado: estudante e agricultor

Estado Civil: solteiro

Nº de filhos: não

Escolaridade: ensino médio completo, pretende fazer curso técnico e faculdade em Agronomia.

Endereço: Lami/ RAMA

Identificador do entrevistado: EP6

Data da entrevista: 01/04/2016

Local da Entrevista: Feira Ecológica da Rua José Bonifácio/ Banca 89

Duração da entrevista: 25 minutos

Sexo do entrevistado: masculino

Idade do entrevistado: 65 anos

Profissão do entrevistado: aposentado (era publicitário) e agricultor

Estado Civil: casado

Nº de filhos: três filhos

Escolaridade: ensino superior incompleto, até o 2º ano de Economia.

Identificador do entrevistado: EP7

Data da entrevista: 01/04/2016

Local da Entrevista: Feira Ecológica da Rua José Bonifácio/ Quadra da Redenção, na quadra do Parque Farroupilha.

Duração da entrevista: 32 minutos

Sexo do entrevistado: masculino

Idade do entrevistado: 53 anos

Profissão do entrevistado: ex militar, agricultor

Estado Civil: casado

Nº de filhos: 1 filho

Escolaridade: ensino médio

Endereço: Belém Novo / RAMA

Identificador do entrevistado: EP8

Data da entrevista: 04/04/2016

Local da Entrevista: Feira Ecológica da Trav. Lanceiros Negros (Auxiliadora)

Duração da entrevista: 26 minutos

Sexo do entrevistado: masculino

Idade do entrevistado: 36 anos

Profissão do entrevistado: agricultor

Estado Civil: casado

Nº de filhos: um filho

Escolaridade: ensino superior completo, curso de Administração de Empresas.

Endereço: Estrada Aberta dos Morros/ RAMA

**APÊNDICE C – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
APLICADA AOS AGRICULTORES**

Dados pessoais do agricultor
<p>Data da entrevista:</p> <p>Local da Entrevista</p> <p>Duração da entrevista:</p> <p>Entrevistador:</p> <p>Identificador para o entrevistado:</p> <p>Sexo do entrevistado:</p> <p>Idade do entrevistado:</p> <p>Profissão do entrevistado:</p> <p>Estado Civil:</p> <p>Nº de filhos:</p> <p>Escolaridade:</p> <p>Endereço:</p> <p>Contato:</p>
Dados pessoais história de vida do agricultor
<p>Seus pais eram agricultores?</p> <p>Seus filhos são agricultores?</p> <p>A vizinhança mudou, ou permanece a mesma?</p> <p>A propriedade rural é sua?</p> <p>A quanto tempo você é agricultor?</p> <p>A quanto tempo é agricultor de base ecológica?</p>
Entendimentos do agricultor em relação à atividade
<p>Fale-me de sua atividade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a motivação para ingresso 2. Quem/o que influenciou na decisão 3. O que a atividade oferece (benefícios e ônus) 4. Como você se sente <u>hoje</u> com esta atividade 5. Quais os movimentos de crise enfrentados com a atividade

Entendimentos do agricultor em relação ao ambiente produtivo

Fale-me sobre a zona rural:

1. Você participou de alguma mobilização política para o retorno da zona rural?
2. Como você imagina que esteja a zona rural no futuro, levando em consideração a sucessão familiar, a especulação imobiliária, as invasões e a proteção ambiental?

Entendimentos do agricultor em relação ao ambiente comercial

Fale-me da feira:

1. Desde quando você participa da feira e o que lhe motivou a participar?
2. O que mudou na sua vida ao participar da feira?
3. O que mudou na feira recentemente?
4. Como você imagina a feira no futuro?

Entendimentos do agricultor em relação à regulamentação comercial

Fale-me sobre a certificação orgânica:

1. Como você percebe a certificação orgânica?
2. A certificação mudou a sua visão sobre a agricultura de base ecológica?
3. Você teve maior motivação com a aquisição da certificação?
4. Você percebe que houve distanciamento do manejo tradicional, devido às normas da certificação?
5. Como você percebe que houve estabilidade na atividade com a certificação?
6. Você acredita que houve equiparação entre os agricultores em decorrência da certificação?
7. Você percebe que há alguém mais favorecido com a certificação? Por exemplo: os agricultor, os consumidor, as organizações corporativas, o varejo?
8. Você acha que, mesmo que não existisse a certificação, os agrcultores manteriam as práticas de base ecologicana atividade agrícola?

Entendimentos do agricultor em relação ao papel do governo municipal

Fale-me sobre o papel do estado:



1. O que você acha que o Estado deixou a desejar?
2. Com a instauração da MZ8 houve maior autonomia na gestão do território e maior participação popular de forma democrática?

APÊNDICE D – PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA – OPAC

Etapa 2	Etapa 2	Etapa 3	
É uma exigência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Está enquadrado no Sistema de Certificação por meio de Auditoria, que avaliam, verificam e atestam que os produtos são de procedência orgânica.	OPAC: -Trata-se de uma pessoa jurídica, -Com CNPJ, Possibilita aos produtores o acesso a venda para estabelecimentos comerciais.	
PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO OPAC DA RAMA			
Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4
<p>OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade e Orgânica</p> <p>RAMA - Associação dos Produtores de Rede Agroecológica Metropolitana (20/12/2011)</p>	<p>Apoio</p> <p>Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, em parceria da Emater/RS.</p>	<p>Consolidação</p> <p>Regimento Interno:</p> <p>- procedimentos e visitação para auditoria;</p> <p>- auditores: próprios agricultores, consumidores e técnicos colaboradores</p>	<p>Credenciamento</p> <p>- No MAPA</p> <p>- Através da solicitação no SEPDA</p> <p>- E inclusão no Sistema de Certificação por meio de Auditoria.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do MAPA e Ramos et al. (2013).

APÊNDICE E – IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS TERRITORIAL DE PORTO ALEGRE

1° PDDU - 1979	PDDUA - 1999
	
■ Zona Urbana	■ Área Intensiva (AOI)
■ Zona Rural	■ Área Rarefeita (AOR)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Porto Alegre (2014).

**APÊNDICE F – ATIVIDADES PERMITIDAS NA ÁREA DE OCUPAÇÃO
RAREFEITA (AOR) DE BAIXA DENSIDADE**

Tipo de Área	Características
Área de Proteção ao Ambiente Natural - APAN	Área prevista para atividades que perpetuem a sustentabilidade do patrimônio natural, preservando a flora e os demais elementos naturais.
Área de Desenvolvimento Diversificado	Por suas características naturais e seu grau de transformação, estas áreas permitem atividades diversificadas que compatibilizem com a proteção ambiental.
Corredor Agroindustrial	Área propícia para indústrias vinculadas à produção primária e matérias-primas locais, para promover a produção agrícola e pecuária no sul do município.
Área de Produção Primária	Área para atividades de produção primária, extrativas, comércio, serviço de apoio, pequenas indústrias vinculadas à produção por propriedade rural.
O uso e ocupação do solo e os padrões de parcelamento solo	
Área de Desenvolvimento Diversificado	
Característica	Com maior concentração populacional e menor quantidade de áreas agrícolas.
Centro geográfico	Núcleo de Belém Velho.
Morros	Da Companhia, da Polícia, da Pedra Redonda, de Teresópolis, do Agudo, da Tapera e da Ponta Grossa.
Alcança os bairros	Restinga e a Lomba do Pinheiro.
Vilas	Renascença e Parque Belém.
Ocupações	Ao longo da Avenida Professor Oscar Pereira e das estradas Belém Velho, Afonso Lourenço Mariante, do Rincão e Costa Gama.
Bairros	Belém Velho e parte dos bairros Lomba do Pinheiro, Vila Nova, Campo Novo, Restinga e Ponta Grossa.
Área de Produção Primária	
Característica	Predomínio da atividade rural e maior superfície
	Com maior extensão territorial e mais agrária,
Limites	A partir do Arroio do Salso e da Restinga até os limites do município junto a Viamão e a orla do Guaíba
Morros	Quirinas e Extrema.
Bairros	Lami, Lajeado, Belém Novo, Chapéu do Sol e parte do Restinga.
Núcleos urbanos estruturados	Belém Novo e Lami
Ocupações	Ao longo das avenidas, em especial a Edgar Pires de Castro, a Retiro da Ponta Grossa e a do Lami, junto à grandes áreas cultivadas com hortaliças ou utilizadas para criação de animais.
Para ambos os zoneamentos	
Proteção Ambiental	Proposto zoneamento para Área de Proteção do Ambiente Natural, Parque Natural e Reserva Biológica.
Ocupação Habitacional Existente	Manutenção das Áreas Urbanas de Ocupação Intensiva nos Núcleos Autônomos de Belém Velho, Belém Novo e Lami.
Escoamento Agrícola	Definição de um Corredor Agroindústria.
Agroindústrias	Implantação de agroindústria para industrializar a produção, devidamente licenciada pela SMAM, nas Áreas de Desenvolvimento Diversificado e de Produção Primária.
Área com Potencial	Foi denominada “Área com Potencial de Intensiva”, ao longo da Estrada

de Intensiva	Retiro da Ponta Grossa e no Eixo Lomba-Restinga, como opção para reduzir a segregação e dar acesso da população à habitação e aos serviços públicos, bem como e conter as ocupações irregulares e clandestinas.
Habitações de Interesse Social	Deveriam ser aproveitadas áreas vazias, ao longo da Estrada Retiro da Ponta Grossa e no Eixo Lomba-Restinga, para a reformulação dos núcleos existentes.
Lugares e Unidades de Proteção ao Ambiente Natural	Para estas duas deveriam ser estudos e identificados locais de ambiente natural, conforme conceitos adotados pelo PDDUA.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Porto Alegre (2014).

APÊNDICE G – AGRICULTORES DA MACROZONA 8 E SUAS RESPECTIVAS BANCAS

Nome da Feira	Bairro procedente do agricultor
Bom Fim	
15	-
2 e 4	Lami
7 e 9	Lami
6 e 8	Lami
86 e 88	Lami
55	Lomba do Pinheiro
57	Belém Novo
81	Belém Novo
69 e 71	Belém Velho
104	Restinga
14 e 16	Campo Novo
Menino Deus	
-	Campo Novo
Tristeza	
26 e 27	Lami
16 e 17	Lami
25	Lami
13 e 14	Campo Novo
Três Figueiras	
1 e 2	Lami

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados fornecidos pela PMPA/SMIC. A última atualização dos dados referentes às feiras de Porto Alegre, sob tutela da PMPA/SMIC, foi em 2014. Duas novas feiras foram abertas até a data da pesquisa, porém os dados oficiais não foram atualizados. Por esta razão a autora optou por manter, na tabela acima, os dados oficiais disponíveis.